

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO
LINHA DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

MUSEU HISTÓRICO EM CAMPINA GRANDE: Ação Político-cultural do
Patrimônio e da Memória.
(1980/1983)

VANESSA COSTA DE MACÊDO

João Pessoa – PB
Setembro de 2011

VANESSA COSTA DE MACÊDO

MUSEU HISTÓRICO EM CAMPINA GRANDE: Ação Político-cultural do
Patrimônio e da Memória.
(1980/1983)

Texto apresentado a Banca de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação sob a orientação do Prof. Dr. Carlos Augusto de Amorim Cardoso.

João Pessoa – PB
Setembro de 2011

M141m Macêdo, Vanessa Costa de.
Museu Histórico em Campina Grande: ação político-cultural do patrimônio e da memória (1980-1983) / Vanessa Costa de Macêdo.-- João Pessoa, 2011.
121f. : il.
Orientador: Carlos Augusto de Amorim Cardoso
Dissertação (Mestrado) – UFPB/CE
1. Patrimônio Histórico. 2. Museu Histórico – Campina Grande. 3. Protagonismo intelectual. 4. Política cultural.
5. Instituição cultural.

UFPB/BC

CDU: 719(043)

VANESSA COSTA DE MACÊDO

**MUSEU HISTÓRICO EM CAMPINA GRANDE: Ação Político-cultural do
Patrimônio e da Memória
(1980/1983)**

Avaliada em 27 de Setembro de 2011 e APROVADA

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Alarcon Agra do Ó (Membro Externo)
PPGH-UFCG

Prof. Dr. Carlos Augusto de Amorin Cardoso (Orientador)
PPGE-UFPB

Profa. Dra. Cláudia Enger Cury (Suplente Interno)
PPGE-UFPB

Prof. Dr. Wojciech Andrzej Kulesza (Membro Interno)
PPGE-UFPB

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a minha mãe e irmão que foram as pessoas que sempre estiveram comigo para tudo, especialmente a minha mãe. Se somos o resultado do seu projeto de vida, este trabalho também faz parte dele. Dedico também ao meu companheiro Flavio por todas as vezes que me apoiou a fazer o que quis, assim como todas as vezes que me escutou e compartilhou comigo da minha pesquisa, foi nas ladeiras de Olinda e Ouro Preto que com ele descobri o meu afeto ao Patrimônio e a Cultura. Dedico também a todos os meus amigos que estiveram comigo durante estes trinta meses, direta ou indiretamente participando da minha pesquisa e da minha vida. Dedico também a mim mesma que consegui terminar este texto apesar de todas as adversidades que encontrei.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo discutir sobre o processo de produção do Museu Histórico de Campina Grande entre os anos de 1980 a 1983 que compreendem a Promulgação da Lei que possibilita a criação do Departamento de Patrimônio Cultural e a Inauguração do Museu, que corresponde a uma das ações do Departamento. Buscamos estabelecer três condições e possibilidades de criação do Museu: a Demanda Político-Cultural elaborada nos órgãos deliberativos do Patrimônio Histórico e consubstanciada na Fundação Nacional Pró-Memória; a Demanda Memorialista representada pelas tentativas por parte de um determinado grupo de intelectuais da criação do Instituto Histórico e Geográfico de Campina Grande e; o Protagonismo Intelectual de William Ramos Tejo, responsável pela criação do MHCG e diretor do Departamento de Patrimônio Cultural nos primeiros anos de sua criação. Buscamos trabalhar a forma como cada uma dessas condições foi importante para a definição do *Projeto Museal* que formata diretrizes e cria a possibilidade da ação museal. Procuramos também problematizar através destas três condições de existência do Museu a prática discursiva que abre caminho para o estabelecimento da narrativa histórica elaborada através da exposição do MHCG sobre a história da cidade de Campina Grande à época. Esta prática discursiva é também vista enquanto uma ação que busca educar para o reconhecimento da memória oficial, elaborada por indivíduos localizados numa sociabilidade intelectual e cultural interessada. Procuramos com este trabalho ajudar a recriar o contexto de entrada das Ações do Patrimônio Histórico na cidade, assim como a sua operacionalização através da criação do Departamento de Patrimônio Cultural em 1980. Com este propósito destacam-se a necessidade em historicizar os lugares que promovem a memória e reconfigurá-los a partir das ações empreendidas através de agentes localizados nos locais para onde são direcionadas as demandas de Ação do Patrimônio. Compendo desta forma, um estudo que busca compreender a implementação destas práticas em nível local.

Palavras-chave: **Patrimônio Histórico, Museu, Protagonismo Intelectual, Política Cultural, Instituição Cultural.**

ABSTRACT

The main objective of this dissertation is to discuss the processes involved in the establishment of the Historical Museum of Campina Grande (Museu Histórico de Campina Grande, or MHCG) between the years of 1980 to 1983. It was in these years that occurred the promulgation of the law which enabled the creation of the Department of Cultural Heritage and the inauguration of the museum, which was one of the actions of the department. We seek to establish three conditions and possibilities which enabled the creation of the museum: the political-cultural demand which were established by the government organs of the historical heritage subsidized by the National Pro-Memory Foundation (Fundação Nacional Pró-Memória Pró-Memória), a heritage action; the demand of a group of intellectuals, responsible for the Geographical and Historical Institute of Campina Grande, of maintaining the historical memory of the city; the forefront intellectual actions of William Ramos Tejo, responsible for the creation of the MHCG and director of the Department of Cultural Heritage in its initial years. Our objective is to determine the importance of each of these conditions in the museum project, which establishes the directives and possibilities of the museum actions. Based on these three conditions, we also seek to argue the discursive practice which opens way to establish the historical narrative which exists because of the expositions of the MHCG on the history of Campina Grande. Such discursive practice can also be seen as an educational action of the intellectual society on the acknowledgement the official memory. With this work, we seek to help on the recreation of the context of the patrimonial heritage actions of the city as it was enabled by the Department of Cultural Heritage in 1980. We emphasize the need of a historical argument on the places which promote the memory of the city, reconfiguring these based on the actions regarding the demands of the heritage action established by local agents. In summary, we compose a study which seeks to understand the implantation of such practices in a local level.

Keywords: Heritage, Museum, Forefront Intellectual, Political Cultural.

AGRADECIMENTOS

Passados trinta meses após a minha entrada no Programa de Pós-Graduação em Educação na Universidade Federal da Paraíba, tenho muito que agradecer e refletir. No mesmo ano de minha entrada neste programa, havia terminado o bacharelado em História na Universidade Federal de Campina Grande e ainda durante a minha defesa de Monografia já estava aprovada na linha de História da Educação, sobre qual eu não conhecia nenhum dos professores, nem mesmo o que vinha a ser História da Educação e seus conceitos básicos de Cultura Escola e Instituição Escolar.

Com um projeto de pesquisa que apresentava, enquanto objeto de pesquisa, os recursos educativos adotados como forma de garantir o reconhecimento do Patrimônio Histórico na cidade de Campina Grande, elaborado através das agências de identificação, proteção e promoção do patrimônio. Acreditei que fosse possível estabelecer paralelos entre a Educação Patrimonial formatada enquanto Metodologia de Ensino deste tema, com a prática desta realizada na cidade.

O que encontramos, foi que não encontramos esta prática de Educação Patrimonial na cidade de Campina Grande, é possível, além de dizer que ela não existe enquanto corpo de preocupações estabelecidas, pior ainda relacionar a uma Metodologia de Educação Patrimonial desenvolvida a partir de uma referência desenvolvida no Museu Imperial no Rio de Janeiro. Isto nos levou a constatação de que não havia de fato, nem pesquisa, nem objeto de pesquisa a elaborar problematizações em nível de Mestrado. E eu me vi durante boa parte destes trinta meses, sem ter a mínima noção do que estava fazendo ou deveria fazer. Além de ter que dar conta de todo um conjunto de disciplinas sobre o qual eu não sabia como relacionar com a minha pesquisa.

O questionamento “Estou dentro da História da Educação?” esteve presente também. Este, o mote para uma série de questionamentos acerca da minha existência, no sentido de pesquisa, dentro do PPGE. Não bastasse a ideia de que este campo ainda esta se definindo e se estabelecendo, especialmente dentro das Pós-Graduações em Educação, me vinham ainda os reais detentores deste fazer... “A quem pertence este lugar de produção da História da Educação? Pertence a historiadores? Pertence a pedagogos?”; “Qual o sentido da minha

pesquisa ser elaborada dentro desta área?"; "Trabalhar com Educação e História, significa trabalhar com História da Educação?". Apesar de ser um pouco forçoso recuperar estas memórias de minha caminhada acadêmica, acho válida mencioná-las, uma vez que este trabalho também é o resultado de conflitos dos quais tive que resolver.

Para além de tudo que se passou dentre estes questionamentos, reconhecemos que considerar os modos de fazer a pesquisa se deve muito mais ao jogo teórico e metodológico elaborado. Embora o nosso lugar institucional venha a definir muito destas escolhas, assim como o campo que elaboramos referência, acreditamos que (ainda) seja possível realizar discussões que permeiam os modos de educar sobre a memória a partir de outros lugares de formação, neste caso o Museu Histórico de Campina Grande, dentro desta linha e desta pós.

Este trabalho, portanto, vem no sentido de forçar as barreiras que definem, encerram e limitam (muitas vezes) a produção acadêmica que nos é imposta através das referências departamentais que estruturam os fazeres e os saberes. Estar dentro deste contexto talvez tenha nos ajudado a pensar outros modos de sair dessas amarras e propor reflexões e ações diferenciadas. Ainda neste sentido buscamos ter elaborado valiosa contribuição.

*

Agradeço a Capes por ter-me concedido uma bolsa durante boa parte do meu mestrado. Agradeço ao meu orientador por todos os momentos em que pude conversar sobre diversos assuntos, a forma como levou a nossa orientação me permitiu desenvolver a minha maneira todo este trabalho. Agradeço aos amigos que fiz durante este mestrado em especial a Simone Vieira e Paula Frassinette. Agradeço aos professores Tek, Dadá e Jean, estes, os que mais estiveram próximos a mim e que ampliaram a minha noção de ciclo social acadêmico. Agradeço a professora Cláudia Cury que me ajudou bastante em minha qualificação.

Agradeço ao GPCES (Grupo de Pesquisa Ciência, Educação e Sociedade), o meu grupo de pesquisa na UFPB, é muito bom se sentir acolhida e ter audiência dentro de debates e apresentações de trabalho. Aos componentes Tek e Dadá que foram e são, respectivamente ex-chefinho e chefinha do grupo. Todas as reuniões, debates e confraternizações, que desejo na medida do possível continuar participando, foram muito significativos para mim e para a

minha pesquisa. Agradeço imensamente ter sido acolhida e fortalecida por eles em minha entrada no PPGE.

Em outra dimensão (UFCG) agradeço ao professor Alarcon Agra, por aceitar participar de minha defesa, tanto em minha monografia, quanto em minha dissertação, as palavras por ele proferidas são aquelas que, guardo no meu norte de pesquisa e de vida. Agradeço a Regina Coeli, minha orientadora no bacharelado, sei que não tivemos tanto tempo para trabalharmos, mas a sua atenção, carinho e preocupação, sua ajuda, ainda que pequena, mas significativa durante a minha pesquisa de mestrado foram encaminhadas neste trabalho e por ela, sou bastante agradecida. Agradeço a Elton John, o cantor, não, o cantor não, mas quase, meu amigo que me acompanha desde minha entrada no Curso de História e divide comigo risadas, conversas profundas, mesas de bar, fofocas, uma infinidade de coisas que me fazem sentir querida por tudo aquilo que sou, também não posso esquecer a sua ajuda na escrita deste trabalho final.

Agradeço aos meus queridos amigos Manel e Heloísa, que conversaram em muitas ocasiões comigo sobre a pesquisa, mantendo o interesse, foram nestas conversas que pude amadurecer muitas das minhas idéias de pesquisa. A Carina, Leonice e Ana Paula, por terem sido minhas amigas para além da graduação e estiveram comigo durante o meu mestrado. A Priscila, Débora que também estiveram comigo, torcendo por mim, mantereí a amizade de vocês para sempre comigo.

Por fim, agradeço especialmente a Fátima Nóbrega, funcionária do MHCG que me ajudou a desvendar os modos como o MHCG foi feito, mas agradeço especialmente a forma como se mostrou aberta para conversar comigo. Os seus modos de trabalho revelam não apenas comprometimento e dedicação com o acervo do Museu, mas também envolvimento e verdade. Em um ambiente marcado pelo bairrismo e pelo fechamento ao diálogo vi em sua receptividade muita humildade para responder questionamentos. Agradeço também aos funcionários da Câmara Municipal, que localizaram rapidamente todos os documentos dos quais necessitava, assim como aos funcionários do Museu.

SUMÁRIO

RESUMO.....	i
ABSTRACT.....	ii
AGRADECIMENTOS.....	iii
SUMÁRIO.....	vi
ÍNDICE DE QUADROS E ILUSTRAÇÕES.....	vii
LISTA DE SIGLAS UTILIZADAS.....	viii
LISTA DE ANEXOS.....	ix
INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO I – POR UMA HISTÓRIA DAS AÇÕES POLÍTICO CULTURAIS DO PATRIMÔNIO E DA MEMÓRIA.....	9
1.1. Caminhos de pesquisa na vontade de encontrar no IPHAEP um correspondente.....	17
1.2. Pró - memória, a Lei nº 599 de 25 de Junho de 1980 e a possibilidade museológica.....	22
CAPÍTULO II – O MUSEU HISTÓRICO DE CAMPINA GRANDE E O PROTAGONISMO INTELLECTUAL DE WILLIAM RAMOS TEJO.....	30
2.1. Como se faz um intelectual? William Tejo e a construção do seu lugar de fala. Professor e Jornalista? Intelectual e Memorialista?.....	34
2.2. As tentativas de criação do Instituto Histórico e Geográfico de Campina e a escrita oficial da História.....	39
2.3. Protagonismo intelectual em Ação do Patrimônio.....	42
CAPÍTULO III – O MUSEU HISTÓRICO DE CAMPINA GRANDE EM AÇÃO EDUCATIVA DA HISTÓRIA E DA MEMÓRIA.....	46
3.1. Museu e Educação: para além de práticas em educação formal. Prática discursiva enquanto prática educativa.....	46
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	60
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	63
ANEXOS.....	66

INDICE DE QUADROS E ILUSTRAÇÕES

QUADRO I: ESTRUTURA METODOLÓGICA DA PESQUISA.....	35
FOTO I. FOTOGRAFIA DA PLACA DE INAUGURAÇÃO EM 1983 ONDE CITA WILLIAM TEJO ENQUANTO CHEFE DO DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO CULTURAL.....	40
FOTO II. FOTOGRAFIA EXPOSTA NO MHCG, LOCALIZADA NA ESCADARIA QUE DÁ ACESSO AO PRIMEIRO PISO “WILLIAM RAMOS TEJO. IDEALIZADOR E FUNDADOR DO MUSEU HISTÓRICO DE CAMPINA GRANDE”	41
FOTO III. FOTOGRAFIA RETIRADA DO JORNAL DA PARAÍBA SOBRE A INAUGURAÇÃO DO MUSEU DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ALGODÃO EM MARÇO DE 1979.....	50
FOTO IV E V. FOTOGRAFIA EXTRAÍDA DO JORNAL DA PARAÍBA QUE EXIBE UM DOS SETORES DE EXPOSIÇÃO DO MHCG À ÉPOCA.....	58

LISTA DE SIGLAS UTILIZADAS

CNRC - CENTRO NACIONAL DE REFERÊNCIA CULTURAL (1975)

DPHAN - DIRETORIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (1937)

DPHAN - DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (1946)

IPHAN - INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (1970)

IPHAEP - INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO DA PARAÍBA (1971)

IHGCG – INSTITUTO HISTORICO E GEOGRÁFICO DE CAMPINA GRANDE.

MHCG – MUSEU HISTÓRICO DE CAMPINA GRANDE (1983)

MINC - MINISTÉRIO DA CULTURA (1985).

PCH - PROGRAMA DE RECONSTRUÇÃO DE CIDADES HISTÓRICAS (1973)

SPHAN - SERVIÇO DE PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO HIST. E ARTÍSTICO NACIONAL (1937)

- SECRETARIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (1979)

UNESCO - UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA -1945.

LISTA DE ANEXOS

ANEXO A – Lei n.599/80

ANEXO B – Trabalho de recuperação do prédio e do Acervo do Museu Histórico de Campina Grande.

INTRODUÇÃO

Acreditamos que a grande dificuldade seja encontrar o nosso problema, talvez nem isto, mas sim delimitar o nosso problema, ou problemas. Se formos escolher qualquer objeto que seja, teremos que justificar as nossas escolhas, sejam elas teóricas, sejam metodológicas, que se resumem a: encontrar algo que possa ajudar a visualizar/explicar o seu objeto; e: encontrar uma maneira de dissecar o objeto e fazer com que possam ser respondidas as questões que foram formuladas a luz da sua reflexão teórica. Perguntamo-nos inúmeras vezes se conceber o objeto enquanto um dado real, objetivo, positivo, dá conta de aproximar-se do seu *por que* de existência. E quando nos questionamos sobre isto, pensamos acerca das inúmeras leituras que são elaboradas sobre um objeto “x” que o responde de variadas formas. Então, qual seria o critério válido? Conseguimos compreender que as formas pelas quais o nosso lugar de pesquisadores de uma determinada área de conhecimento nos coloca em contato com os nossos pares, ou seja, aqueles que nos ajudam a compreender a nossa problemática. Mas a pergunta “Estou no caminho certo do meu problema?” Sempre irá nos perseguir.

Todas estas questões estão intimamente relacionadas ao próprio engajamento acadêmico no qual o pesquisador se encontra. Está claro que, fazer parte de uma Pós-Graduação em Educação e mais ainda na Linha de História da Educação ajudou a desenvolver as linhas gerais da minha pesquisa, uma vez que este resultado apresenta, de certa forma, o desenvolvimento de um esboço enviado como Projeto de Pesquisa para o trabalho a ser realizado no ato da seleção. Ainda em relação a isto entram outros fatores, e um deles, o fato de haver pouca tradição de pesquisa sobre Patrimônio Histórico envolvendo Educação nesta Pós. Trazemos a título de referência o trabalho da professora Cláudia Engler Cury. Desta forma e a partir destes lugares de referência, assumimos completa responsabilidade da pesquisa, das referências e das problemáticas.

Aquela pesquisa esboçada enquanto Projeto de Mestrado, foi aos poucos sendo modificada, ora a preocupação com uma prática educativa sobre o passado e a memória impregnada nas ações dos órgãos responsáveis pelo reconhecimento, preservação e promoção do Patrimônio, (essa promoção que poderia me permitir discutir acerca das práticas educativas patrimoniais em Campina Grande), ora, ainda nesta vontade, elaborar uma pesquisa sobre uma metodologia conceituada da Educação Patrimonial.

Restava buscar nesse conceito que se refere a uma metodologia de educar sobre o patrimônio histórico e cultural, suas práticas na cidade de Campina Grande e assim, encontrar

um ambiente de discussão e dispor uma documentação sobre a construção pedagógica de uma idéia de cidade, enquanto uma prática de memória, ou seja, como fora elaborada, a que se referiu e o que pode criar enquanto possibilidade de concepção do patrimônio histórico.

Durante a busca das fontes, a impossibilidade de encontrar registros de ações que correspondessem a um lugar de produção pedagógica da memória da cidade, mas mais difícil ainda, ações que tivessem relação com a elaboração de uma Educação Patrimonial formulada segundo uma concepção que estabelece como referência o Museu Imperial no Rio de Janeiro e na Regina Horta como mentora desta vontade estruturada no Guia de Educação Patrimonial. Esta vontade se revelou, mais a frente, certa imaturidade acadêmica, uma vez que esta ação que tem referência o Museu Imperial, não é aquela que poderia ser dada como responsável por toda uma construção de uma Educação Patrimonial, enquanto conceito, ou uma Educação sobre o Patrimônio, enquanto uma prática. Para isto faz-se necessário a leitura da dissertação da Maria Ivonilde Mendonça Targino, que com trabalho sobre o processo de elaboração das Cartilhas do Patrimônio pelo IPHAEP na cidade de João Pessoa entre 1980 e 2003, elabora toda uma referência desta Educação Patrimonial situada dentro das Políticas Culturais e a própria trajetória das Ações do Patrimônio Histórico. Fazia-se necessário encontrar outro objeto de pesquisa.

O Museu Histórico de Campina Grande, localizado na Avenida Floriano Peixoto em Campina Grande e ocupando um prédio tombado pelo IPHAEP no final do século XX, tem sua fundação em 1812 onde serviu de Cadeia Pública e Câmara Municipal, esteve direcionado a esta funcionalidade até 1933, em 1935 guardou o Serviço Médico de Obras Contra as Secas e ainda na década de trinta, abrigou a Reitoria da Universidade Regional do Nordeste e o Museu de Arte, onde ficou até 1966, a última mudança ocorrida data de 1980 a partir da Lei n 599 de 25 de Junho de 1980 para abrigar o Museu Histórico de Campina Grande. Juntamente a estas mudanças de funcionalidade, o prédio também sofreu variadas descaracterizações, ou reformas, desde o prédio nitidamente colonial até a atual de características ecléticas, “As linhas gerais que definem o edifício atualmente viajam pelo enquadramento de vãos do neoclássico (...) e Art Decó”¹.

A escolha do MHCG como objeto de pesquisa se mostrou absolutamente amadora, no sentido de que a centralidade da localização espacial do museu no centro da cidade de Campina e da centralidade por apresentar uma proposta relativa à História da Cidade, temática centralizada, eram as principais questões que atravessavam esta escolha, entretanto

¹ Trecho do parecer da Coordenadoria de Arquitetura, elaborada por Ivan Cavalcanti Filho

mais a frente, se mostraram pertinentes, foi a partir deste objeto que pôde surgir uma pesquisa de mestrado.

Os interesses de pesquisa, em um primeiro momento, se apresentavam bem redondos e acabados, pelo que poderia acontecer; digamos que não nos deixamos levar pela aventura de descobrir pouco a pouco o que poderia ir surgindo ao remexer papéis, revisitar falas. A sensação é aquela de antever os fatos e previamente tentar responder às perguntas. Mas a intenção era de escolher, sempre e cada vez mais, o objeto delimitado da minha problemática que havia previamente surgido com os debates em torno das questões referentes ao Patrimônio Histórico que acompanhavam as reflexões, desde a monografia de bacharelado em História na Universidade Federal de Campina Grande, sob orientação da professora doutora Regina Coeli do Nascimento no ano em 2009.

Entender o Museu enquanto um dos lugares para o qual são lançadas as preocupações em torno das questões referentes ao Patrimônio Histórico, é, antes de mais nada, o desejo em isolar o objeto de pesquisa, ou seja, o desejo de retirar do caos da “realidade” aquele pequeno ponto para onde desejamos convergir as nossas teorias e métodos. Assim estava dado o objeto de pesquisa, o Museu Histórico de Campina Grande.

Entretanto, todos os feixes de reflexões acerca do por que da existência do museu, só faziam crescer o problema. O desejo, que consideramos extremamente válido em tentar isolar o objeto é uma característica de nosso método científico, aquele que justifica e dá lógica aos nossos procedimentos e sabíamos que precisaríamos recortá-lo mais ainda. Mas como gerenciar essa vontade de saber, que tem relação com o nosso engajamento enquanto pesquisador em uma Pós-Graduação e a todas as referências teóricas que mensuram e definem o tema e o objeto de estudo?

A partir disto que nos permitimos que aflorassem, os desejos de origem, de marco zero, de começo meio e fim, transformamos esta vontade em uma Linha Cronológica que seria o norte para outra ordem de problemas. E por mais que esta assertiva seja de cunho positivo, esta disposição de fatos, nomes, datas, ajudou a organizar, a partir deste lugar, a trajetória institucional do Museu. Buscamos estabelecer, de acordo com as pesquisas, mas principalmente com as entrevistas, os lugares cronológicos da consolidação histórica do museu e a partir disto direcionar problematizações. Esta Linha Cronológica percorreu especialmente as primeiras iniciativas oficiais de musealização da História da Cidade, que estabelecessem, de alguma forma, relação com o MHCG aos dias de hoje, buscando estabelecer certo paralelo entre estas duas temporalidades; uma, de onde parte toda um

conjunto de questionamentos e desejos localizados no presente, outra; para um outro momento histórico situado entre os anos de 1980 a 1983.

Justificamos esta escolha por termos como referência, a ideia de que a Ação Patrimonial esta alocada em recorte temporal de presente e age sobre o passado de modo que expressa a sua contemporaneidade. Nem por isto o exime de que seja pensada a sua ação de presente sobre o passado em termos de temporalidade, ou seja, temos um histórico de quase 30 anos de Ações sobre o Patrimônio. É por isto, História do Tempo Presente, uma vez que os debates em torno da destruição do Patrimônio Histórico têm sido, no cenário Político Cultural de Campina Grande, denunciados e levados a mesas de discussão² por vozes militantes e, em certa medida aparecendo de forma cíclica, sem referência umas com as outras. Ou seja, o fazer de passado, aqui identificado através de uma ação do Patrimônio Histórico, apresenta certo nível de discussão que é do tempo presente e que, em certa medida, direcionou o meu foco de preocupações, uma delas o próprio caráter cíclico destas ações e a não referência a outras ações dentro de um mesmo contexto.

Mais uma vez vem à necessidade em se estabelecer esta grade temporal, relacionar discussões e ações nos ajuda a perceber o movimento de Ações do Patrimônio elaboradas em Campina Grande. Na primeira parte desta linha cronológica, a que chamei de fundação, estão datados a Promulgação da Lei (Junho de 1980) que cria a possibilidade para o estabelecimento no prédio da Antiga Cadeia pública da cidade, o novo Museu de Campina Grande que percorrem os anos de 1980 a 1983, assim como o Departamento de Patrimônio Cultural que respondia diretamente a Prefeitura da cidade e a Secretaria de Educação. Procuramos estabelecer, neste lugar, reflexões acerca do processo de construção do Museu, ou seja, os três anos que vão da Promulgação da lei à Inauguração do Museu (Janeiro de 1983).

De certa forma, estabelecido este recorte, saímos em busca da documentação que pudesse ser disposta e possibilitássemos problematizar esses três anos que foram fundamentais para a estruturação de um *Projeto Museal*, este, o catalisador de problemas. Deparamo-nos com a dificuldade em encontrar disponível o tal **Projeto de Construção do Museu**, assim como os documentos oficiais que tramitaram e que poderiam ajudar a elucidá-lo. Por outro lado, a personificação do projeto em figuras políticas e intelectuais, permitiram o redimensionamento desta parte do problema.

² Trago como referência o documentário “A identidade da Memória Morta” dirigido por Rebeca Cirino e Fabiano Raposo, lançado em 16 de Abril de 2011 no recém aberto Cine São José, localizado no bairro do São José.

Por conseqüência disto, teríamos que abandonar uma reflexão que dava importância ao lugar de poder, enquanto lugar das coisas oficialmente ditas e feitas (institucionalizada), e assim, abraçar outro domínio, ainda que eu não estivesse abandonando uma reflexão que problematizasse o lugar de poder enquanto ação personalista e intelectual, ou seja, saber e poder, aqui a referência a Michel Foucault é direta. Portanto, não seria no Projeto de Museu (que nem existe enquanto papel), que iríamos encontrar as vontades ou os discursos, uma vez intelectualizados e personificados do projeto de memória, de cidade e de educação. Foi necessário abandonar o desejo de ver em pilhas de papéis oficiais as respostas para as problemáticas de pesquisa.

Os lugares de memória, em especial os Museus neste contexto, os Centros Históricos, as ações dos órgãos de identificação, preservação e promoção do patrimônio, lugares que estavam constantemente lutando pelo reconhecimento de suas ações e buscando ao longo de suas trajetórias, justificarem a sua existência, justificarem o tombamento, a necessidade da preservação, educar em torno de variadas ações os seus públicos³. Ou seja, a necessidade de reconhecimento e de validação de suas ações, que poderiam se sustentar de certa forma com o incentivo do estado, mas que necessitavam serem percebidas enquanto importantes e vitais para a sociedade. Em torno disto que nos concentramos em buscar estas justificativas e se, uma vez personalizadas, buscar seus oradores, o que diziam? Sentiam obrigação em buscar justificativa para as suas ações? Quais os principais argumentos que colocavam como sendo importante para a construção de um espaço de formação da memória, um museu?

Ao entrar nesta temática de pesquisa, passamos a perceber que as ações patrimoniais estão longe de serem apenas ações burocráticas e políticas, são acima de qualquer coisa, ações que atribuem noções de valor a um determinado dado, ou seja, ações que buscam implantar um determinado sentido para que algo seja escolhido para ser preservado e ter valor representativo e que exerça função simbólica (BOURDIEU).

Quando trazemos para as nossas reflexões a idéia de que é necessário problematizar a importância atribuída à construção destes espaços, seria necessário destrinchar os processos onde o reconhecimento da memória transita, entre o campo da memória social (HALBWACHS, 2006) que transformada em memória instituída (POLLAK, 1989) e mais

³ A idéia de público em se tratando de Patrimônio Histórico, chega a ser de certa forma contraditória, uma vez que a sociedade deveria ser a responsável pela prática destas ações, no sentido de prática de uma memória social e coletiva. Trazer o patrimônio a título de produção, que estabelece referência com um lugar de poder e saber denuncia uma prática contraditória, que pensa na elaboração, na formação de públicos que tendem a serem receptáculos desta produção. Embora possamos discordar da idéia de uma recepção sem critérios, existe sim uma apropriação diferenciada, o próprio não reconhecimento destas ações, pode ser entendido como uma tática, usando CERTEAU.

adiante se tornando uma ação cultural (FONSECA, 2005), amparada por lugares de poder (FOUCAULT, 2009) e por personagens intelectuais. Localizamos-nos, portanto, no momento de elaboração, ou ainda produção, de uma escrita da história, que setorizada em grupos específicos e possibilitada através da demanda Político-Cultural e ainda, operada por um protagonismo intelectual resultante de um engajamento intelectual, será transformada em exposição museal. Todo este conjunto de fatores: Escrita oficial da História; Demanda Político-Cultural; Demanda Memorialista; Protagonismo Intelectual; Engajamento Intelectual e por fim Exposição Museológica em Narrativa da História será possibilitada através de uma prática discursiva operada por uma sociabilidade intelectual presente em dado grupo. Deixamos de lado, por motivos de dificuldade metodológica e teórica o campo de recepção dessas práticas, ainda que consideremos extremamente necessário estabelecer paralelos que possam se aproximar do “que de fato está acontecendo”, ou ainda elaborarmos feixes de sentidos que recomponham um cenário, que uma vez dado, estabelece sentidos que criam e recriam imaginários, para os atores envolvidos, estejam eles localizados na produção de uma ação ou não.

Estamos, neste momento, buscando explicar com base em estruturas teóricas e através de uma seleção de dados dizer o que, entre os anos de 1980 e 1983, foi e talvez ainda seja, o MHCG. Para isto é necessário recompor outras plataformas que foram determinantes e agiram em termos de condições e possibilidades de existência do MHCG, a exemplo da discussão sobre as Políticas Culturais; as tentativas de construção do Instituto Histórico e Geográfico de Campina Grande e as Demandas Memorialistas. Entretanto, como estabelecer a ação museal do MHCG em relação às ações patrimoniais? É possível identificar, unidade ou ajustamento destas condutas em relação ao Brasil, especialmente a partir da década de 1980 e 1990?

Ao longo do desenvolvimento deste trabalho sobre o MHCG algo que nos incomodou esteve relacionado à questão da identificação de um perfil museal. Questionamo-nos o tempo todo quanto ao reconhecíamos o MHCG enquanto uma construção *a priori* autoritária, elitista e que compunha uma linguagem museal extremamente rígida e ultrapassada. Percebemos que este julgamento não daria conta da dimensão histórica de sua criação. As leituras que questionavam o museu em termos de sobrevivência, frente a pouca visitação e ao pouco reconhecimento nos dava sentido de uma problemática, mas ainda assim não validavam a derrubada ou ao abandono de uma ação que considerada falha, ainda compunha paisagens importantes para a compreensão do que fora elaborado em termos de construção e reconstrução da memória. Mas foi em Ulpiano Meneses (2005) e Francisco Ramos (2004) que

aparecerem outros sentidos para a elaboração de uma investigação da História do Museu. É em suas falas que encontramos a necessidade de pensar o museu enquanto uma construção histórica, pesquisar em termos de montagem social, assim como em Ana Cláudia Brefe, lemos:

[...] investigar sua importância cultural e sua inserção social e política em uma dada época e sociedade, explicitando suas correspondências com a elaboração de legitimidades intelectuais e questionando a revalorização de determinadas heranças do passado pelo tempo presente. (1998, p. 315)

Coloca-se em plano de problematizações não apenas o modelo museal consolidado, as formas de atendimento ao público, a relação com a escola, entre tantas outras questões, mas a origem, história do museu e o seu desenvolvimento ao longo do tempo, assim como os sujeitos que participaram daquela construção e as narrativas elaboradas a partir de suas construções de sentido. Acrescentando a isto, o museu enquanto um espaço de dinâmica social e palco para a operacionalização de subjetividades amparadas por um protagonismo intelectual e personalista.

É neste ponto que se iniciam de fato todas as problematizações da pesquisa que realizamos em busca dos “pareceres” de justificativa, de necessidade e de legitimação do projeto de construção do MHCG. O período que percorrido está relacionado à Promulgação da Lei e ao processo de Construção do Museu até a sua inauguração; entretanto, olho com especial zelo ao período que precede a inauguração, assim como ao período que precede a Promulgação da Lei, que considero especialmente vitais para a tentativa de legitimação do projeto, aqui entendido como um projeto intelectual, que mais a frente aparecerá como um projeto personalíssimo.

No primeiro Capítulo, tentaremos fazer referência a uma História das Ações Político Culturais do Patrimônio e da Memória, situando historicamente o conjunto de ações patrimoniais elaboradas na cidade de Campina Grande e que tem o IPHAN e o IPHAEP como referência de ações. Procuraremos também estabelecer paralelos entre as Políticas Culturais em âmbito Nacional; o Pró-Memória durante a ditadura militar e a administração do então Prefeito Enivaldo Ribeiro. Falaremos também sobre o projeto de Lei que abre precedente para a construção do Museu.

No Segundo Capítulo, iremos tratar com mais detalhes sobre o fundador do Museu, William Ramos Tejo e buscar em sua atuação intelectual, enquanto engajamento intelectual, as vontades e possibilidades em dar fundação ao Museu Histórico de Campina Grande.

Faremos também referência a uma tradição da escrita da história da qual William Tejo atuava, e a sua construção intelectual enquanto jornalista, memorialista e professor.

No terceiro Capítulo abordaremos acerca de uma História das Ações Museais no Brasil e procuraremos localizar o contexto de criação do MHCG. Discutiremos sobre a estrutura narrativa do MHCG com base em documentos que remontam a sua exposição à época. Procuraremos problematizar o perfil educativo identificado na ação museal do MHCG e em como uma prática discursiva foi determinante para a constituição deste espaço.

CAPÍTULO I - POR UMA HISTÓRIA DAS AÇÕES POLITICO CULTURAIS DO PATRIMÔNIO E DA MEMÓRIA

Pensar a construção histórica, ou **trajetória histórica**, do patrimônio enquanto ação de estabelecimento, negociação, delimitação de uma narrativa sobre o passado é, problematizar estas ações em nível de **produção de saber**, de sentidos históricos e de ordenamento de coisas. A ação de delimitação de marcos de passado é uma ação de escolha que é arbitrária (arbitrária uma vez que a escolha de um se coloca, em detrimento de outro) e de negociação entre agentes e receptores (ainda que estes lugares possam ser questionados). Esta problematização de um tipo de escrita, aqui enquanto um tipo de narrativa da História que é, a nosso ver, extremamente localizada nos lugares de produção de saber, e a isto, estamos fazendo referência (ao corpo institucionalizado destas ações localizadas num lugar de poder que legitima esta ação de escolha); lugar de poder este que estabelece, neste estudo, um referencial teórico e metodológico.

Temos por análise de contexto de tais ações do patrimônio histórico a localização em uma estrutura de estado, é nesta estrutura de estado que se encontram institucionalizadas estas ações, ou seja, falamos também de um **processo de institucionalizado**, localizado numa estrutura de poder localizada na figura de Estado. Em relação a isto nos referimos a Política Cultural desenvolvida a época, tendo ela enquanto referência não apenas a demanda centralizada através do Ministério da Cultura, mas também a demanda local, localizada em Secretarias de Educação e Cultura. Com base nesse contexto, a literatura da área Maria Cecília Londres Fonseca (2009), Andréia Ferreira Delgado (2003) e José Reginaldo Gonçalves (1988) dão conta de uma História das Ações da Memória e do Patrimônio Histórico⁴ que pode ser dada a partir de uma visualização que tem como preocupação a trajetória institucionalizada vista, a partir da década de 1930, sendo refinada e redefinida através de novos elementos e novas demandas. O que queremos neste momento é localizar alguns pontos.

Onde está o corpo institucionalizado destas ações? Onde ele se faz, promove suas ações e se estabelece enquanto uma demanda pública capaz de criar possibilidades e promove a si mesma sob o signo da legitimidade? Por um lado é teoricamente fácil, pensar nestas

⁴ História das Ações da Memória e do Patrimônio Histórico vem no sentido de agregar em torno de um verbete a produção acadêmica em torno da trajetória histórica das ações institucionais com foco na memória e no patrimônio histórico.

problematizações, ou seja, questionar o lugar de produção da construção de uma narrativa é algo teoricamente simples (Por que narrar desta forma? E não de outra? Quais os sujeitos e onde estão localizados?), uma vez que o questionamento abre diversas possibilidades de leitura e de pesquisa. Entretanto, corre-se o risco de tornar a pesquisa retórica, intrincada em si mesma⁵, ou até mesmo superficial. É, em vontade contrária a isto, que tomar a referência enquanto uma Ação Institucionalizada não é apenas uma escolha metodológica, ajuda-nos também a estabelecer uma determinada ordem de coisas, propiciando novos questionamentos e algumas respostas.

*

Hoje temos o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN⁶ como o principal promotor de ações de salvaguarda, reconhecimento, proteção e promoção de inúmeras expressões e elementos de dado material e imaterial de passado.

No nível federal, foi no âmbito dos museus nacionais que surgiram as primeiras iniciativas nesse sentido [...] O primeiro órgão federal de proteção ao patrimônio surgiu no Museu Histórico Nacional, por iniciativa de seu diretor, Gustavo Barroso [...] Barroso era o principal concorrente na disputa com os modernistas da gestão federal do patrimônio. Em 1934, foi criada a Inspeção dos Monumentos Nacionais, norteadas por uma perspectiva tradicionalista e patriótica. Essa instituição teve atuação restrita e foi desativada em 1937, em consequência da criação do Sphan. (FONSECA, 2009, p. 95)

Ao passo que o órgão estava sendo estruturado e atravessando seu momento de institucionalização vemos na construção do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Sphan a centralização de um projeto que a partir do “Estado Novo instalava uma nova ordem política, econômica e social onde o ideário de patrimônio passou a ser integrado ao projeto de construção da nação pelo Estado” (Idem, 2009, p. 96). Esta **referência institucional** presente em nossa pesquisa, se faz em níveis distintos onde é possível problematizar esta questão. A referência institucional funciona? Funciona para este estudo e em consequência, em nível de pesquisa acadêmica?

⁵ A isto me refiro acerca de uma não contextualização destas Ações do Patrimônio.

⁶ “A criação da Instituição obedece a um princípio normativo, atualmente contemplado pelo artigo 216 da Constituição da República Federativa do Brasil, que define patrimônio cultural a partir de suas formas de expressão; de seus modos de criar, fazer e viver; das criações científicas, artísticas e tecnológicas; das obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; e dos conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico” (retirado do site <http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=11175&retorno=paginaIphan>, setembro de 2011)

É completamente válido fazer referência e manter este lugar enquanto delimitador de ações e sentidos para a prática da ação patrimonial, em certa medida esta é a nossa referência. Entretanto isto não basta, ou isto fundamentalmente não é capaz de responder alguns de nossos questionamentos.

Pensar na elaboração, a partir da década de 1930, de ações patrimoniais em nível nacional, é colocar enquanto categoria de análise um tipo de **produção simbólica** de nacionalidade brasileira, portanto de uma identidade, que esta relacionada à proteção de dados de passado que busca nos identificar e indica a nós mesmos, o que somos o que fomos e a que pertencemos. Procurando deixar mais claro é: estabelecer enquanto referência ao estudo, a noção de uma política, gestada, pensada e elaborada a partir de um lugar de Estado, de um corpo de atuação política, que em momentos específicos estabelece direcionamentos distintos ao longo de sua atuação institucional. Entretanto a referência isolada não é capaz de nos responder aos questionamentos que serão apontados em relação ao nosso objeto de pesquisa, o Museu Histórico de Campina Grande – MHCG. Ela se faz através de uma referência que entra em conflito com outras que serão levantadas ao longo deste trabalho e que correspondem a nível local de produção simbólica de identidade.

Isto parece bem simples, mas o que queremos mostrar é o deslocamento de sentidos que o caminho: **Ação Patrimonial (local) > Ação Político-Cultural > Ação Institucional > Ação Política > Política Pública > Política Cultural (nacional)**, estabelece em relação ao nosso estudo. Todos estes verbetes recobrem noções específicas e localizações das quais desejamos estabelecer paralelos e dentro delas a possibilidade de aproximar e distanciar o nosso objeto de pesquisa. O que queremos estabelecer neste momento é um referencial para alocar o nosso estudo e possibilitar, posteriormente, a discussão do nível de produção do nosso objeto da pesquisa.

Esta discussão nos permite sair do lugar de uma problematização retórica, uma vez que nos faz entrar em contato com o lugar de debate estabelecido através de nossos pares acerca desta temática (FONSECA, 2009). Se por um lado parece óbvio pensar na problematização da Ação do Patrimônio, enquanto Política Cultural para assim ligar as duas pontas (Ação Patrimonial - Política Cultural). Por outro lado estabelecer este correspondente em nosso estudo não foi fácil de ser elaborado. Talvez isto se deva ao fato de que a Ação do Patrimônio esteja em muitos casos localizada e referenciada a entidades e figuras locais. O que por outro lado, e apresentando-se enquanto um problema em outro sentido, não nos permite enxergar tais atores em ações locais, acabando por ficar apenas no nível nacional das diretrizes das ações enquanto demanda, o que se configurou o primeiro problema de ordem metodológica.

Isto nos remete mais uma vez a problematização dos níveis de interação entre estes verbetes enquanto lugar de produção de saber em relação ao nosso objeto de estudo.

Portanto, ter o IPHAN, enquanto uma referência a estas ações significa, neste estudo, elaborar uma problematização em nível de referencial (enquanto uma trajetória de construção da Ação Político-Cultural do Patrimônio) enquanto instância norteadora de ações, passível de questionamento de validade. Neste sentido que abrimos o nosso primeiro capítulo, tentando pensar esta Ação Político-Cultural do Patrimônio e da Memória⁷ enquanto uma referência, encontrada em nossos pares e também enquanto um correspondente, que através de uma análise comparativa estabelece pontes ou não em relação ao nosso objeto de estudo, sua localização e seu recorte temporal. Esquematizando:

- a) Ação Político-Cultural do Patrimônio e da Memória enquanto referência, pares, problematizações e leituras estabelecidas;
- b) Ação Político-Cultural do Patrimônio e da Memória, enquanto estrutura comparativa de ações, entre o local e o geral.

Tomamos como referência duas separações distintas para se pensada as Políticas Culturais do Patrimônio, a primeira de Maria Cecília Londres Fonseca (2009) mais centrada na trajetória institucional do IPHAN que toma o período entre 1930 e 1940 como o período fundador e 1970 a 1980 como o período renovador; e a segunda de Cláudia Engler Cury (2002) que com uma visão mais preocupada com o estabelecimento das Políticas Culturais percebe três momentos distintos, o Controle da Política, período Vargas 1930, a Política do Controle, Ditadura Militar e a Constituinte em 1988. Embora também reconheça que dentro do período militar houve uma progressiva abertura que funcionou como uma gênese para o estabelecimento de uma Política Social no período Constituinte, o que torna de certa forma, estes dois últimos períodos aproximados.

Outro ponto se refere à ideia de que a Ação do Patrimônio localizada a partir da década de 1980 abrange a formatação de uma Política Cultural que é posterior e correspondente à formatação de uma **Política Pública**⁸ de teor social, ou seja, um propósito diferenciado que

⁷ Ação Político-Cultural do Patrimônio e da Memória enquanto um conjunto de práticas elaboradas através de políticas culturais e, ou, em referência a estas, voltadas para a identificação, proteção, promoção do Patrimônio Histórico e Cultural e da memória.

⁸ “se referem a ações que determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado, voltadas, em princípio, para a redistribuição dos benefícios sociais visando a diminuição das desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico” (HÖLFLING, 2001, p. 41 apud CURY, 2002, p.5)

reagrupa vontades e noções. Esse propósito é visível quando se reestrutura demandas e ações. Segundo Cláudia Cury (2002):

[...] noção de política pública, entendida a partir da relação entre Estado, que detém a responsabilidade pela sua implementação, e parcerias com o setor privado e sociedade, o que vem a diferenciar-se da noção mais restrita de política estatal. [...] políticas públicas podem ser entendidas a partir de formulações elaboradas pelo Estado e articuladas por uma série de decisões governamentais cujos objetivos seriam o de transformá-las em programas ou práticas institucionais com recursos próprios ou destinados para este fim (p. 4).

Estas referências ajudam a perceber as inspirações de Estado para a área cultural, ou seja, a demanda Institucional na forma de construção discursiva, elaborada a partir de diretrizes que orientam, em certa medida, a produção da narrativa da história no qual estamos preocupados em problematizar.

*

Esta preocupação esteve ligada à tentativa em elaborar, ou melhor, em se fazer referência a uma História das Ações do Patrimônio e da Memória para Campina Grande e inserir a compreensão de uma trajetória histórica para o museu enquanto seu correspondente.

A escolha do Museu Histórico de Campina Grande não é desinteressada, muito ao contrário. Entram nesta vontade elementos de centralidade e de representação de uma História da cidade. Centralidade no sentido de que se impõe enquanto o lugar através do qual funciona enquanto guardião da história da cidade e alinhado a isto, de representação oficializada (amparada por um lugar de poder e produção autorizada) da História da cidade. Podemos inserir a isto a ideia de que o museu, ao menos em seu propósito funciona enquanto gerenciador de concepções de passado, embora a isto possamos inserir questionamentos, entretanto pensando no elemento centralidade de representação de memória e da escrita da História dentro desta representação. A escolha esta relacionada à problematização da construção dessa representação (o Museu da História da cidade), baseada numa vontade de centralidade enquanto lugar autorizado a representar.

Esta vontade vem no sentido de situar, as ações construídas a nível local em Campina Grande e está relacionada à:

- a) identificar de que forma, oficialmente estas demandas de uma Política Cultural foram sendo estruturadas;
- b) de que forma foram implementadas em seus locais de ação, e;

- c) estabelecer compreensões acerca do gerenciamento a nível local destas demandas, possibilitando em nosso trabalho reconhecer a inserção de indivíduos interessados.

Ou seja,

- a) Identificar demandas e, portanto, a estrutura da Ação Político-Cultural em nível geral;
- b) Encaminhamento destas Ações no recorte local e comparação;
- c) Gerenciamento local e personagens da ação.

E na tentativa de percorrer um caminho através do qual nos fosse possível pensar na trajetória histórica do MHCG, nos propusemos a refazê-lo estabelecendo referências ao que, foi sendo elaborado ao longo do tempo desde a criação do organismo que localmente representa as ações do Patrimônio Histórico no estado e nos municípios, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba - IPHAEP.

O IPHAEP, que tem sua construção datada entre 1971 a 1974, é a referência local mais acessada, juntamente com o IPHAN. Atua à frente da ação do patrimônio como correspondente de uma demanda de passado legal, uma vez que detém poder juntamente com o IPHAN de tombamento de prédios, entornos e centros históricos.

Art. 40. O pedido de tombamento será encaminhado pelo IPHAEP com exposição de motivos ao Secretário de Educação e Cultura e sancionado através do Decreto pelo Governador do Estado, que se tratam de bens pertencentes ao Estado ou aos Municípios, sendo o mesmo dispositivo aplicado à coisa pertencente à pessoa física ou pessoa jurídica de direito público ou privado (DECRETO-LEI, 1978, p. 6).

De acordo com Vasti Cléa M. Costa Lopes (2000), curadora do Patrimônio Público e Promotora de Justiça, no ofício nº 177/00 - 2º CAOP/ CPP acerca do tombamento de bens patrimoniais em Campina Grande (Vila Nova da Rainha) no ano de 2000 corrobora com a necessidade de estabelecer referência e encaminhar o pedido formalizado de acordo com a lei que assegura o cumprimento do pedido de tombamento:

Campina Grande é uma cidade que, historicamente, destruiu parte significativa do seu patrimônio histórico e cultural. Ao longo dos tempos, significativa parcela da memória foi apagada, com prejuízos irreparáveis à sua história. Por outro lado, carecem iniciativas capazes de disseminar na sociedade uma mentalidade preservacionista. Com esta preocupação o Ministério Público, através da Curadoria do Patrimônio e a UFPB – Campus

II, por seus Departamento de História e Geografia e Educação resolveram agir no sentido de interromper este processo (p. 1).

A possibilidade de ação que a lei concede, situa a referência da ação do patrimônio uma vez que encaminha o reconhecimento dentro de um processo que é de presente, justificando com base nesse contexto temporal o seu reconhecimento, assim como a sua possibilidade de existência, ou, de nova existência. Vemos, não apenas a justificativa amparada em um recorte atualizado com o seu contexto seja ele de descaso ou de reconhecimento identitário, mas também, a ação institucional do Patrimônio revestida de um sentido bastante ligado a legislação, e, portanto bastante amparada e caracterizada neste viés. Um destes motivos talvez esteja relacionado ao conflito em torno da destruição principalmente arquitetônica na cidade, necessitando da intervenção da justiça, em casos de destruição ou proteção.

Estes encaminhamentos, na forma de processos judiciais acabam por caracterizar um modo de encaminhar sentidos de uma expressão que encontra justificativa no campo da memória coletiva, das múltiplas expressões da cultura, dos saberes e fazeres populares e eruditos⁹. Ou seja, traduz nestes termos, sentidos da cultura que acabam escapando dentro da tramitação documental, dos recursos, dos amparos políticos e institucionais. Elaborando desta forma uma ação do patrimônio revestida de valores alheios ao valor cultural e simbólico. Sobre isto Maria Cecília L. Fonseca (2009) coloca:

[...] embora a proteção incida sobre as coisas, pois estas é que constituem o objeto da proteção jurídica, o objetivo da proteção legal é assegurar a permanência dos valores culturais nelas identificados. Esses valores só são alcançáveis através das coisas, mas nem sempre coincidem exatamente com unidades materiais [...] Esse duplo exercício de propriedade sobre um mesmo bem gera, obviamente, uma série de problemas, pois o exercício de um tipo de propriedade [legal] limita necessariamente o exercício do outro [cultural]. É evidente que os conflitos de interesses – sobre tudo entre o interesse público e o privado – ficam, nesse caso, mais agudos, mesmo porque o chamado valor cultural de um bem não é regulado por um mercado específico, mas se define no nível da “economia das trocas simbólicas” [...] são valores atribuídos em função de determinadas relações entre atores sociais, sendo, portanto, indispensável levar em consideração o processo de produção, de reprodução, de apropriação e de reelaboração desses valores enquanto processo de produção simbólica e enquanto prática social (p. 40).

Além desta referência legal agregada a ação do patrimônio, veremos que os caminhos através dos quais o IPHAEP entrará em Campina Grande, trazem consigo a validação da ação institucional sobre a memória, tornando solene e legítima suas ações, estando sempre

⁹ Ou seja, no conceito de cultura em seu sentido etnográfico, antropológico.

colocada enquanto norte de procedimentos que contam fundamentalmente com esta prerrogativa legal.

*

Voltando a História das Ações da Memória e do Patrimônio Histórico veremos que a trajetória histórica do IPHAEP é diferenciada da trajetória do MHCG, ao menos em sentido institucional. Ainda na vontade de situar temporalmente a ação institucional do IPHAEP em Campina Grande, que é recente e data ao começo do século XXI, estamos propondo também estabelecer de que modo a estrutura da demanda da Ação Patrimonial, elabora referência conceitual para estas práticas. Entretanto, as ações organizadas sobre memória, têm um recorte temporal anterior a sua entrada do IPHAEP em Campina Grande, temos, portanto o cuidado em situar essa distinção temporal uma vez que diferenciadas vontades e diferentes atoras, estarão encaminhando e, encontrarão, mais a frente um campo de conflito sobre o qual outras estratégias serão elaboradas.

Portanto, se formos tomar como referência a distinção temporal dos marcos que elaboram Políticas Culturais no Brasil teremos, segundo a separação onde a Cláudia Engler Cury (2002) elabora três momentos distintos:

[...] três momentos da história republicana no Brasil que resultaram na periodização [...] e para os quais **foram elaborados planos, leis ou orientações** para as ações de governo, o período Vargas mais especificamente **o Estado Novo** com o anteprojeto de Mário de Andrade de criação de SPHAN depois transformado em Decreto-lei número 25 e que no nosso entendimento inaugura as políticas culturais no Brasil, um segundo momento **o período da ditadura militar** com os planos nacionais de cultura de 1973 e 1975 que deram a configuração do que seria mais tarde o futuro Ministério da Cultura e o terceiro e último período após a ditadura militar com a própria criação do MINC e a **Constituição de 1988**. Esta periodização foi pensada como marcos para a análise e não apresentou uma rigidez na determinação dos períodos, mas foram trabalhados como marcos cronológicos que dialogam com períodos anteriores e intermediários, por isso denominados por nós de **momentos históricos** (p. 2, grifo nosso).

A partir destes momentos históricos de uma Política Cultural que estava sendo desenhada a nível nacional, como pensar as ações que tem como referência a memória e o patrimônio nas inúmeras cidades brasileiras? E, neste caso específico, para Campina Grande? A questão esta relacionada à possibilidade de, além de estabelecer esta referência em nível de contexto, pensar acerca dos suportes que estruturaram o estabelecimento de tais ações, ou seja, em que sentido as demandas foram encaminhadas e incorporadas ao fazer da ação do patrimônio quando tomamos como referência o MHCG?

1.1. Caminhos de pesquisa na vontade de encontrar no IPHAEP um correspondente.

A necessidade em se fazer essa referência surge, como já explicitamos, em alocar as ações do Patrimônio Histórico amparadas por uma estrutura estatal que caracteriza e dá suporte à ação cultural. Procurar no IPHAEP esta relação vai se revelar mais a frente um erro metodológico, que, entretanto, nos ajuda a pensar as Ações do Patrimônio dentro de Políticas Culturais na Paraíba. A respeito disto Ivonilde Targino (2007), em sua dissertação de mestrado em História na UFPB, faz referência a uma compreensão das ações do SPHAN e do IPHAEP, inseridas embrionariamente na formatação de uma política cultural na década de 1930:

A década de 1930, pelas vozes dos intelectuais, foi responsável por uma nova feição cultural do cenário brasileiro. A partir da Revolução, o Estado fortalecido e ampliado passou a interferir nas relações de trabalho, no sistema educacional, e de saúde, no movimento estudantil e na organização da cultura, até então organizada e articulada em outros moldes. (p. 17)

Situa historicamente a formatação de uma política cultural para a nação e tem na década de 1930 como o momento histórico de centralização estatal na Era Vargas, entendido como uma gênese das ações que viriam a se configurar em política cultural mais a frente, especificamente no período final da ditadura militar. Entretanto a nível local, do incentivo a ações locais, são nas décadas de 1970 e 1980 onde irá aparecer o nascimento destas ações conseqüentes em nível geral, da descentralização das demandas nacionais. É, aliás, esta descentralização da demanda, onde anteriormente faziam referência a uma ação do Estado corporificada apenas no Sphan, portanto estatal e centralizadora, que propicia uma redefinição na década de 1970, em tempos da ditadura militar, e possibilita o encaminhamento de outras estruturas correspondentes (estados e municípios), desta forma, sendo apenas em 1974 organizado o IPHAEP, ainda Ivonilde, salienta:

A preocupação com a memória histórica, a partir dos anos 1970/1980, tem se manifestado muito freqüentemente por meio das reivindicações de movimentos sociais populares representativos dos mais diversos grupos sociais, que reclamam direitos de cidadania e o direito à memória – como afirmação de sua identidade étnica e cultural. (p. 22).

E mais adiante:

Essa descentralização consolidou-se com a disseminação, em todo o País, das secretarias de cultura e de órgãos estaduais e municipais de preservação, reduzindo assim a possibilidade de ser a instituição federal a única alternativa para a proteção de bens de valor histórico, artístico, natural, arqueológico ou paisagístico

Esta descentralização significou a nível local o encaminhamento de ações que propiciassem o reconhecimento, proteção e promoção do patrimônio e da memória social. Entretanto vai ser no período militar que a descentralização das demandas de patrimônio será estabelecida:

A discussão a respeito das políticas culturais ganha novo fôlego e se amplia com as transformações no interior do próprio regime militar, que entra em sua fase final. Constatamos que boa parte das reestruturações que vão acontecer na área cultural, neste período, foram de fato incorporadas ao futuro MinC (Ministério da Cultura) 40, na segunda metade da década de 80. Formuladas durante as gestões de Jarbas Passarinho (governo Médici, 1969/1973) e de Ney Braga (governo Geisel, 1974/1978), ou seja, em pleno regime militar (...) inaugurando um período no qual o Estado obriga-se a formular políticas públicas com preocupações sociais mais amplas, a fim de garantir sua estabilidade. (CURY, 2002, p. 49)

Corroborando a tese de que os usos do patrimônio enquanto recurso simbólico para manutenção da referência de poder é acionado em momentos de ascensão e declínio de uma estrutura de poder segundo Pierre Bourdieu (2010). É ainda neste momento que serão incentivadas a criação das Secretarias de Cultura, assim como a elaboração dos Planos Nacionais de Cultura, que inauguram, numa outra escala e no recorte espacial desta pesquisa, as ações Político Culturais para a cidade de Campina Grande. É, portanto, este recorte temporal que faremos referência para as ações da memória e do patrimônio, inseridas numa recente Política Cultural, que vai de certo modo se estabelecendo na cidade.

Apesar de encontrarmos o IPHAEP neste mesmo contexto de descentralização em final da ditadura militar, suas ações ficaram distanciadas de Campina Grande, durante todo o período entre, a sua criação e os anos 1999 e 2000. Por outro lado e não menos distanciado disto, a estrutura discursiva que elabora a compreensão do fazer patrimonial do IPHAN, enquanto organismo nacional estarão em consonância institucional, podendo ser estabelecidas enquanto referência, uma vez que compartilham de um mesmo universo simbólico, assim como o compartilhamento de enunciados discursivos e, em muitos casos, as mesmas práticas discursivas.

Neste sentido, e buscando enquanto referência essa estrutura discursiva, como poderíamos demarcar os caminhos de ação, ou seja, da prática da memória que corresponde a estes lugares de prática discursiva? E mais ainda, como poderíamos situar o museu enquanto lugar de ação do patrimônio, especialmente na década de 1980 em Campina Grande em relação a isto? É possível reconhecer uma prática discursiva que acompanha a Ação do Patrimônio Histórico em Campina Grande e como verificar?

Tentando seguir nesta possibilidade, fomos buscar as interlocuções estabelecidas entre estes organismos em relação ao Museu Histórico de Campina Grande. Segundo as entrevistas elaboradas com Fátima Nóbrega, funcionária do MHCG desde 1997 e Walter Tavares atual diretor e co-fundador do MHCG, as relações entre estes lugares (IPHAEP e MHCG) eram bastante precárias, e o museu respondia quase que exclusivamente a uma demanda local do município, estando ele vinculado à Secretaria de Educação e Cultura. Fazia-se necessário rastrear essas ligações, afinal, se localmente o IPHAEP se configurava como o principal responsável pelas ações patrimoniais, qual o limite de interlocução entre IPHAEP e o MHCG? Se este limite era a princípio o que norteava a ação de construção do MHCG enquanto ação do patrimônio, para que assim pudéssemos elaborar outras problematizações relacionadas a possibilidade de existência de uma continuidade discursiva.

O IPHAEP, criado em 1971, com inúmeras dificuldades e respondendo a uma demanda do Estado da Paraíba, ligado à Secretaria de Educação e Cultura tinha como finalidade a preservação dos bens culturais do estado que não estavam sob a proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o IPHAN, teve a sua atuação ampliada, na cidade de Campina Grande, registrada apenas em 1999, segundo Almir Oliveira (2002):

O Cine Capitólio encontra-se construído na cidade de Campina Grande, e foi adquirido pela Prefeitura Municipal ao Sr. Luciano Wanderley com o objetivo de ser demolido e para a construção da “*Area Comercial e Cultural ao Ar Livre - ARCCA*”. Porém em maio de 1999, é julgada uma Ação Cautelar movida pelas Curadorias do Patrimônio Público, Cultural, Estético e Paisagístico e dos Direitos Humanos da Comarca de Campina Grande, na qual o juiz Carlos Antonio Sarmiento concede liminar que impede a demolição do Cine Capitólio, em vista o cadastramento do imóvel. Essa não seria a primeira solicitação com tal finalidade, pois em 1984, isso já havia ocorrido e, naquele momento, encontrou grande resistência popular, inclusive com o movimento a favor do prédio, indo as ruas protestar. Sendo o imóvel já cadastrado no IPHAEP, foi dada entrada no pedido de tombamento pela Associação de Docentes da UFPB/PB. Sendo este aprovado em 11/02/2000, conforme o Decreto de Tombamento n. 20.905. Após a publicação no Diário Oficial em 12/02/2000, a Prefeitura Municipal de Campina Grande entrou na justiça não para pedir a revogação do Decreto, mas a autorização de demolição do prédio, alegando o direito à propriedade. (p. 95)

Sendo esta, portanto, a segunda¹⁰ intervenção oficial na cidade de Campina Grande que corresponde a uma prática do Patrimônio. Se fossemos escrever a história de uma prática que corresponde a este lugar de ação, estaríamos localizados no século XXI, no ano 2000 a partir desta intervenção, merecendo destaque por se configurar enquanto campo de batalha política, uma vez que este reconhecimento do patrimônio de Campina Grande se deu por meio da denúncia e da mobilização, principalmente acadêmica.

O grupo que deu início a este debate, que se deu acerca da descaracterização e até mesmo destruição do Cine Capitólio para a construção das ARCAAs durante o mandato de Cássio Cunha Lima enquanto prefeito em 2000, a organização dos professores da então Universidade Federal da Paraíba, Campus II, do curso de História, entre eles Luciano Mendonça, Silêde Leila, Keyla Queiroz e Alarcon Agra, assim como o professor Josemir Camilo da Universidade Estadual da Paraíba se deu no sentido de alertar a então instância responsável IPHAEP da situação que Campina Grande estava vivendo, ajudando a elaborar pareceres que justificassem o seu tombamento. Além de, em um segundo momento, compor uma comissão responsável pelo reconhecimento desses lugares de memória, elaborando *laudós* que seriam encaminhados ao IPHAEP e ajudariam no processo de tombamento de prédios isolados, e mais adiante de *entornos históricos* no centro de Campina Grande.

Vale salientar que durante a administração de Cássio Cunha Lima na década de 1990 há a elaboração da Lei Orgânica do Município, onde na seção IV, trecho III ao tratar da cultura onde dedica 13 artigos que, em linhas gerais, redefinem as noções e responsabilidades do município frente às expressões culturais, a memória e ao patrimônio, além de criar uma comissão com várias representações culturais e intelectuais para servir enquanto conselho das ações do município nesta área.

Se formos pensar nos três momentos definidores da Ação do Patrimônio na forma de Políticas Culturais, Era Vargas, Ditadura Militar e Constituinte, a Lei Orgânica do Município se apresenta como o documento que introduz no corpo da cidade a nova dinâmica da abertura política ocasionada no período democrático da década de 1980. Esta lei, claramente inspirada nos novos princípios que regem a nação, é o documento através do qual a Ação do Patrimônio possa vir a fazer sentido e funcionar, e é ainda hoje, a base das ações que estão sendo elaboradas na cidade nos dias de hoje. Este seria, portanto, o marco histórico da Ação do

¹⁰ A primeira intervenção na cidade de Campina Grande foi através do tombamento isolado do prédio mais antigo da cidade, registrado no tombamento da Sede da Uepb, atual Museu Histórico de Campina Grande, em 24 de Dezembro de 1997.

Patrimônio na cidade, se revelando mais tarde como o principal conjunto de ações desta natureza.

Estariam, portanto, apresentando-se enquanto correspondentes desta ação a frente da direção do IPHAEP Itapuan Bôtto Targino, e José Otavio de Arruda Melo diretores do IPHAEP que atuaram no período de maior atividade do órgão na cidade, estando atualmente este vínculo entre IPHAEP desgastado, caracterizando esse desgaste, as atuais demolições de prédios, residências, sejam elas tombadas ou inseridas nos *entornos históricos* da cidade. Representando assim, para muitos, uma segunda fase de destruição do patrimônio da cidade. Sendo a primeira, a fase de destruição promovida pelo poder público representado pelo então prefeito Cássio Cunha Lima e esta, mais recente, promovida pelo avanço econômico da cidade e pelo abandono em relação ao Patrimônio Histórico.

É interessante ressaltar neste momento, mesmo antes da ação de destruição do Cine Capitólio empreendida pelo Poder Executivo, a Lei Orgânica do Município de 05 Abril de 1990 que é claramente baseada na Constituição de 1988 e absolvendo a demanda de reconhecimento das manifestações culturais, dos variados grupos participantes do processo civilizatório, assim como atribuindo caráter democrático de participação popular e criando a Comissão Executiva e Permanente do Patrimônio Histórico, com representação do poder Executivo, das instituições de ensino superior assim como das entidades culturais. Esse mesmo poder e esta mesma representação política, irão, em finais do século XX, empreender a destruição de dados de memória, revelando uma contradição visceral no encaminhamento de ações que compõem estas relações institucionais de gerenciamento da cultura.

É em torno desta contradição que será possível restabelecer, para o nosso estudo, outras problemáticas e referências que compõem esse momento de encaminhamento de ações que tem uma demanda institucional específica (o MHCG, construído na década de 1980). O que queremos apontar é que a demanda encaminhada a partir do conjunto de Ações do Patrimônio, surgirão a partir da década de 1970 em Campina Grande e irão percorrer caminhos diferenciados e abrir espaço para seu redimensionamento (a partir da entrada de novas configurações na Política Cultural e transformando-se a partir dela). Compondo assim um modo de operar na narrativa histórica da cidade a partir de um espaço de composição da memória, específico, neste caso o MHCG. Maria Cecília L. Fonseca (2009) sobre os novos sentidos de preservação empreendidas a partir da década de 1970, observa esse movimento de descentralização:

Um dos princípios dessa nova orientação da política de preservação era a descentralização. Já no artigo 23 do decreto-lei n 25 de 30.11.37, havia menção à colaboração dos estados na proteção do patrimônio nele localizados. Nos documentos *Compromisso de Brasília* e *Compromisso de Salvador* se recomendava que estados e municípios exercessem, uma atuação supletiva à federal na proteção dos bens culturais de valor nacional, e assumissem, sob a orientação técnica do então Dphan, a proteção dos bens de valor regional. Para atender a esse objetivo, estados e municípios deveriam criar, quando fosse o caso, instituições e legislação próprias. (p. 142)

O que colocamos enquanto uma demanda encaminhada, aqui Fonseca chama de princípios de uma nova orientação, esta que, a partir das ações do Centro Nacional de Referência Cultural, o CNRC em 1975, criam a possibilidade de em 1979 a elaboração de “uma nova estrutura: um órgão normativo – A Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan) e um executivo – A Fundação Nacional pró-Memória (FNpM)”

Entretanto, onde localizar o MHCG enquanto uma prática de memória, de patrimônio, dentro deste turbilhão de acontecimentos envolvendo o IPHAEP? É preciso localizar que estamos falando de um conjunto de ações do patrimônio que tem como referência o IPHAEP, e para isto o conjunto de ações é outro. Percebam o erro metodológico que acompanha o nosso estudo. Não se trata de reconhecer nas ações do IPHAEP nos anos de 2000 a partir do tombamento significativo de elementos de passado da cidade que iremos nos deter a esta referência. Ela falseia e encobre outras práticas elaboradas anteriormente, uma vez que esta referência apesar de significativa nos dias de hoje, não dá conta desta História das Ações da Memória e do Patrimônio, mas aponta problemáticas, como falamos anteriormente. É sobre a referência da Ação do Patrimônio elaborada nas décadas de 1970 que alocaremos o nosso estudo. É neste lugar de construção de demanda que encontraremos o MHCG.

1.2. Pró - memória, a Lei nº 599 de 25 de Junho de 1980 e a possibilidade museológica.

Seguindo a referência de Maria Cecília Londres Fonseca (2009) do momento fundador em 1930 e 1940 e do momento renovador entre 1970 e 1980 do órgão que se constitui hoje como IPHAN. Podemos caracterizar o contexto de criação de Política Cultural no Brasil claramente influenciado pelo modelo de desenvolvimento, com valores advindos da industrialização, da interiorização do país e da urbanização. Esse modelo que em princípio comporá um território de embate com a lógica preservacionista do órgão de preservação do

Sphan principalmente nas cidades com forte presença de elementos de memória, será também um dos motes para a renovação administrativa e conceitual da atuação do órgão federal.

O objetivo era demonstrar a relação entre o valor cultural e o valor econômico, e não apenas procurar convencer autoridades e sociedade do interesse público de preservar valores culturais, como ocorreu nas décadas anteriores. Essa articulação foi feita em duas direções: seja considerando os bens culturais enquanto mercadorias de potencial turístico; seja buscando nesses bens os indicadores culturais para um desenvolvimento apropriado. (p. 142).

Essa indicação de mudança fará com que seja repensada a constituição do órgão no seu sentido orgânico, ou seja, enquanto organização administrativa, mas a mudança também ocorrerá no campo discursivo com a entrada de novos conceitos. No sentido administrativo temos a elaboração dos documentos *Compromisso de Brasília* (1970) e *Compromisso de Salvador* (1971), assim como o Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas PCH (1973) respondendo a uma

solicitação do Ministro da Educação e Cultura, e com participação do Ministério do Planejamento do Interior (através da Sudene) e da Indústria e do Comércio (através da Embratur), que passou a funcionar com o recursos da Seplan [...] com o objetivo de criar a infra-estrutura adequada ao desenvolvimento e suporte de atividades turísticas e ao uso de bens culturais como fonte de renda para regiões carentes do Nordeste (Idem, p.143).

Mas a grande contribuição da qual este momento de renovação irá proporcionar, será em 1975 a criação do CNRC - Centro Nacional de Referência Cultural, que distanciado de uma burocracia estatal se propõe enquanto alternativa crítica à prática institucional do Patrimônio Histórico até este momento, configurando-se enquanto fruto de conversas de um pequeno grupo que se reunia em Brasília de que participavam algumas figuras políticas, como o ministro da Indústria e do Comércio Severo Gomes, o embaixador Vladimir Murtinho, então Secretário de Educação e Cultura do DF e o próprio Aloísio Guimarães, então Ministro da Educação.

O CNRC parte de uma vontade inicial, de elaborar uma crítica à ação do patrimônio, esta preocupada também, em pensar os modelos culturais brasileiros contemporâneos à época, ou seja, vemos aí, uma preocupação em tornar o dado cultural atualizado com a demanda de desenvolvimento nacional, e de elaborar modos de compreender o contexto cultural brasileiro, tornando-o capacitado a dialogar com as atuais necessidades. Vem daí o interesse em verificar dentro desde cenário as paisagens culturais capazes de formatar a identidade cultural

brasileira. Podemos então caracterizar o CNRC em um primeiro momento através desta vontade de encontrar nos dados culturais os elementos de uma cultura marcadamente brasileira. Este será o mote inicial que atravessará as discussões do grupo em Brasília. “Tratava-se não de eleger símbolos da nação nem de conhecer e divulgar as tradições brasileiras, e sim de buscar indicadores para a elaboração de um modelo de desenvolvimento apropriado às necessidades nacionais” (Idem, 2002, p. 144)

É visível que neste processo de releitura e disposição catalográfica elaborada pelo CNRC, através deste diagnóstico disposto em um banco de dados e a ser utilizado enquanto referência, ação que toma o conjunto das práticas culturais contemporâneas dispostas à ação, seja ela política, seja ela econômica, preparando na forma de acervo catalográfico a cultura brasileira..

Nas leituras elaboradas através da Maria Cecília Fonseca, que é categórica em afirmar que, os trabalhos realizados através do CNRC têm uma inspiração antropológica, pelo fato de se disporem a pensar as práticas culturais e elaborarem um panorama de suas ações através de uma prática de observação de campo, além de, como ressalta Andréia Delgado (2003)

“incorporando noções oriundas do campo da antropologia, ao propor que as práticas do Iphan se voltassem para identificar, documentar, classificar, proteger e divulgar os bens culturais brasileiros, **procedentes, sobretudo, do fazer popular que estão inseridos na dinâmica viva do cotidiano**” (p. 127, grifo nosso).

Entretanto, a possibilidade de tornar este conjunto de práticas culturais funcionais, se liga à ideia de, tornar economicamente viável a exploração destas. Pensamos que esta ação é nitidamente uma prática da Economia da Cultura, esta uma vez que mantém uma preocupação em tornar os dados culturais que, reinseridos em uma dinâmica social econômica, mantenham suas referências, contextos e concepções.

Mas, dando continuidade à importância da ação da CNRC, apontamos que em 1979 este grupo aspira a sua institucionalização e se transforma em um órgão normativo – a Secretaria de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Sphan, e um órgão executivo – a Fundação Nacional Pró-Memória, juntamente com o Iphan e o PNC. É a partir deste marco da constituição de uma Política Cultural que encontraremos de fato o correspondente a primeira ação em Campina Grande vinculada oficialmente a este lugar de formatação de uma demanda institucional do patrimônio.

O MHCG foi criado a partir de um incentivo federal que parte do conjunto de ação do Sphan através do órgão executivo Fundação Nacional PRÓ-MEMÓRIA estando o museu inserido dentro do projeto de criação do Departamento de Patrimônio Cultural, na Lei nº 599 de junho de 1980, encaminhada no mesmo mês para a Câmara de Vereadores da cidade e tendo como autor o próprio poder Executivo na figura do então prefeito Enivaldo Ribeiro.

A Lei estabelece a criação do Departamento de Patrimônio Cultural como setor responsável por outras divisões culturais (bibliotecas, museus, arquivo público, cinema e teatro) cada uma representado por uma divisão subordinada ao Departamento e chefiada por um diretor. Na Lei é importante destacar como ação a ela resguardada:

Elaborar normas e padrões para o recolhimento, preservação e difusão do Patrimônio Cultural de Campina Grande, prestar assessoria técnica e coordenar as atividades de planejamento e divulgação dos órgãos que lhe são subordinados; (1990, pg. 96)

Neste sentido que, para Campina Grande encontraremos, na formulação da Lei nº 599 de 1980, aquele que será o primeiro projeto de Ação do Patrimônio sob a forma de uma Política Cultural vinculada a uma ação da memória e do patrimônio correspondente a uma demanda institucionalizada, esta também, consonante a tentativa de organização de uma Política Cultural ampla que toma os dados de passado, enquanto uma manifestação social para o qual o aparelho de estado através de Políticas Públicas irá a princípio formular, ou seja, é através da organização da Lei que irá girar em torno do Departamento de Patrimônio Cultural:

ART. 2º - O Departamento de Patrimônio Cultural será composto de:

1. Divisão de Bibliotecas
2. Divisão de Arquivo Público
3. Divisão de Museus
4. Divisão de Cinemas e Teatros.

Existem, portanto, duas tensões a serem resolvidas a partir destes elementos apresentados. O encaminhamento da demanda de Ação do Patrimônio através da Fundação Pró-Memória é a nosso ver um vetor que direciona ações e estimula determinadas práticas apresentadas em seus pareceres. Por outro lado a forma como esta demanda será de fato executada, encontra ligação tanto com o ponto inicial de formação de sua ação (Pró-Memória), quanto com diversas outras tensões presentes no contexto local (personalismo e contexto político).

Esta tensão é nada mais que o problema metodológico em definir os gerais e os particulares da execução de uma prática estruturada na forma de museu. Veremos que algumas destas demandas serão dissipadas a ponto de comporem um quadro, deveras local e individual, particularizado no objeto de pesquisa aqui trabalhado, entretanto não podemos cair no risco de caracterizar esta ação de modo isolado, tomando como referência apenas o contexto local e os atores que personalizam seu projeto. Caímos, portanto, nas dificuldades em se determinar as demandas, vetores desta ação.

De que modo resolver esta tensão? Buscando relacionar a demanda da Ação político-cultural enquanto possibilidade de estruturação de uma prática discursiva que, comparada com os limites enunciativos da narrativa histórica que buscam elaborar no momento do encaminhamento da estrutura funcional do Museu.

Temos então:

QUADRO I: ESTRUTURA METODOLÓGICA DA PESQUISA

DEMANDA PRO-MEMÓRIA	CONSTRUÇÃO DO MHCG
<ul style="list-style-type: none"> • Ação Institucional Federal do Patrimônio • Concepções culturais - Estrutura discursiva (conceitos e modelos que operam práticas) 	<ul style="list-style-type: none"> • Encaminhamento de estrutura funcional do Museu • Escolhas das narrativas da História da cidade – Prática discursiva, atores sociais, contexto político e cultural.

Estamos desta forma, elaborando uma análise comparativa entre a demanda da Ação do Patrimônio formatada em um contexto de criação de Políticas Culturais, com o encaminhamento destas ações a nível local a fim de compreender as formas através das quais essas práticas foram sendo estabelecidas. Este trabalho, portanto, busca ajudar na composição de uma análise acerca das formas de implementação de experiências museais, ocorridas no Brasil neste período específico, atentando para a formatação da estrutura discursiva e, assim ajudar na composição de quadros teóricos acerca das formas sobre as quais estas práticas foram sendo realizadas, além de discutir em outro nível se estas exerceram ou não, poder simbólico efetivo sobre seus públicos e grupos.

*

Podemos perceber que a demanda do Pró-Memória é de fato reconhecida e implementada na cidade através do poder Executivo. Nas palavras do então prefeito Enivaldo Ribeiro em documento anexo ao processo de submissão à câmara de Vereadores, atesta:

O desenvolvimento do nosso município, que está, felizmente, em processo irreversível e rápido, deve ser abrangente e harmonioso, para que todos os segmentos da comunidade dele se beneficiem da melhor maneira. A Administração pública deve dinamizar suas funcionalidades para acompanhar a marcha do progresso em todos os sentidos. O aspecto cultural insere-se no contexto das primeiras preocupações do Governo e Campina Grande não pode deixar de engajar-se no processo de valorização dessas atividades. Por isto é que, em **consonância com a política cultural do País**, a filosofia de ação e prática administrativa vigente nas esferas federal e estadual, temos de adaptar nossa estrutura funcional de tal forma que possamos integrar nossos projetos aos projetos nacionais de interesse cultural tal como o PRÓ-MEMÓRIA do Ministério da Educação e Cultura (Mensagem n 25/80 de 1980, grifo nosso)

Apontamos e reconhecemos na fala do então prefeito de que era partilhada a ideia de que o país vivia um momento de desenvolvimento econômico e necessidade de desenvolvimento, assim como, de que as manifestações artísticas e culturais poderiam ser vinculadas a esta possibilidade de desenvolvimento e progresso. Manifestações estas canalizadas através de uma ordem administrativa, agora consubstanciadas em uma Política Cultural de caráter nacional ligada ao Ministério da Educação e Cultura.

Outro dado importante que acompanha a elaboração do processo de submissão da Lei à Câmara de Vereadores é o seu caráter cultural abrangente. Temos a criação de um Departamento de Patrimônio Cultural subordinado a Secretaria de Educação e Cultura do município especialmente endereçada ao gerenciamento do fazer cultural da cidade. Embora o seu principal objetivo venha a ser a causa do Patrimônio e da Memória e sua preservação, outros lugares de ação serão citados, em especial aquele relacionado ao Teatro e Cinema.

Podemos dizer que a Política Cultural que vem sendo elaborada hoje no Brasil, tem o objetivo de percorrer variadas áreas da produção cultural e manifestação humana atravessada pelas concepções de cultura até então estabelecidas. Tanto a música, o teatro, o artesanato, a pintura, a culinária, a dança, os modos de viver, são considerados dados de cultura passíveis de apreensão e de inserção dentro de uma lógica de produção e gerenciamento, através de uma Política Cultural adotada em nível federal. Entretanto alguns desses dados de cultura, ou elementos que compõem cenários culturais nem sempre foram vistos como símbolos eficientes para ativar a lógica cultural estabelecida, seja de preservação, seja de promoção de Identidade Cultural, a exemplo da culinária. Isto compõe mais uma noção que acompanha o

nosso estudo, a de que é na manifestação cultural, em especial arquitetônica e histórica, que veremos o principal ponto de construção de uma Política Cultural no Brasil, em seu momento fundador.

É chamada *pedra e cal* a noção de que é no monumento físico imponente, geralmente referenciado a cultura do colonizador que serão encaminhadas ações de preservação. Entretanto o que queremos apontar em relação a isto é a ideia de que é no dado de passado, onde inicialmente se elaborarão ações culturais caracterizadas como Políticas Culturais no Brasil onde se desenvolverão novas concepções, assim como sofrerão críticas profundas¹¹. O fato é que o dado de passado, de memória, passível da ação de preservação, será o elemento que promoverá a criação de tais políticas. Em acordo com isto, ainda que respondendo a outro momento, a entrada destas demandas de Ação do Patrimônio na cidade de Campina Grande, estarão lideradas pelo dado de passado, de memória, ou seja, de Patrimônio Histórico.

Podemos então afirmar que, a criação do Departamento de Patrimônio Histórico presta atividade no setor da ação do patrimônio, relacionado aos bens culturais que articulam idéias de passado. Entretanto a entrada do setor de Cinema e Teatro demonstra não apenas uma necessidade em estender a ação administrativa de uma Política Cultural a estas áreas, tornando-as também organizadas e sistematizadas, mas também a noção de que uma sociabilidade cultural, ou um grupo específico de produção cultural, na cidade buscava se estabelecer por meio de incentivos e apoio do aparelho de estado, ou seja, as duas principais manifestações culturais das quais o poder Executivo tinha entendimento, e das quais acreditou ser necessário vincular ao Patrimônio Cultural da cidade, na forma de um Departamento relacionado à Secretaria de Educação e Cultura. Estas duas consideradas atividades culturais significativas da área cultural da cidade.

O Museu Histórico e Geográfico é elaborado a partir da Lei, e configurando o principal fruto deste projeto. Hoje em dia é o MHCG o único elemento fruto da formulação da lei, que esta atualmente funcionando. O Departamento de Patrimônio Cultural foi extinto devido à reformulação das práticas de Ação do Patrimônio advindas no final da década de 1990 com a ação mais presente e coordenada do IPHAEP, descentralizando suas ações de João Pessoa e adentrando no Estado.

¹¹ Nada caracteriza tão bem isto como o recente uso do Patrimônio Imaterial, enquanto conceito e enquanto prática institucional por parte dos órgãos responsáveis, ou seja, ainda há muita dificuldade na elaboração de ações substanciais dentro desta nova noção de patrimônio para que venha a tornar eficiente a sua preservação.

São os jornalistas Jaldete Soares, William Tejo e Walter Tavares que empreenderam a partir da Lei a construção do Museu. Essa possibilidade é, antes de mais nada, aquilo que define e escapa toda a ação de construção do MHCG, esta possibilidade de ação museológica é a lacuna entre Poder Executivo, Políticas Culturais e a Lei nº 599/80, é aquilo que abre possibilidade para que o Museu seja construído e que seja definido a partir e dentro desta possibilidade e obedecendo a uma demanda da qual caracterizamos a partir de dois lugares de preocupação:

1. Demanda Político Cultural, localizada na década de 1970 - 1980;
2. Demanda Memorialista, local, política e personalista;

Estas duas demandas serão em sentido prático o que irão definir a prática discursiva a ser elaborada para o MHCG. A nossa ideia é a de que as possibilidades elaboradas a partir da operacionalização da demanda Político-Cultural quando encontra com o campo de prática Memorialista atuante na cidade, era definir modos particulares de ação. Embora a nossa preocupação esteja ligada a encontrar os pontos de convergência e divergência destas duas demandas, veremos que quando a possibilidade de encaminhamento desta ação se faz através de uma possibilidade museológica de construção do MHCG, encontraremos outros pontos de discussão.

É sobre o protagonismo intelectual de William Ramos Tejo e o seu pertencimento a um lugar de prática discursiva e reconhecimento da escrita da História, que encontraremos os alicerces de uma lógica museal, ou de uma recriação teatral¹² da História da cidade de Campina Grande

¹² Laboratório da História, teatro da memória, lógica cunhada por Ulpiano Meneses no artigo A exposição Museológica e o Conhecimento Histórico (1994), Anais do Museu Paulista.

CAPÍTULO II – O MUSEU HISTÓRICO DE CAMPINA GRANDE E O PROTAGONISMO INTELECTUAL DE WILLIAM RAMOS TEJO

Existe em muita gente, penso eu, um desejo semelhante de não ter de começar, um desejo de se encontrar, logo de entrada, do outro lado do discurso, sem ter de considerar do exterior o que ele poderia ter de singular, de terrível, talvez de maléfico. A essa aspiração tão comum, a instituição responde de modo irônico; pois que torna os começos solenes, cerca-os de um círculo de atenção e de silêncio, e lhes impõe formas ritualizadas, como para sinalizá-los à distância. (FOUCAULT, 2009, pg. 6)

Quando estabelecemos uma lacuna entre a Lei, a Demanda Político Cultural e, a construção do museu, também estamos falando na falta de um projeto museal atualizado e regulado no qual fossem verificadas referências ao contexto de incentivo a musealização de forma genérica e de forma pontual, ou seja, atualizado as demandas já vistas à década de 1980, seja pelo viés das Ações do Patrimônio ancorada nas Políticas Culturais, seja através da reformulação da prática museal a partir da Mesa Redonda de Santiago do Chile promovida pela Unesco em maio de 1972.

[...] novas práticas e teorias sinalizavam a função social do museu, se contrapondo a museologia tradicional que elege o acervo como um valor em si mesmo e administra o patrimônio na perspectiva de uma conservação que se processa independentemente do seu uso social. (JULIÃO, 2002, p. 27)

Esta falta de referência força a observação sobre outro ponto de vista, pois são nos modelos de submissão de projetos culturais¹³ contemporâneos, que apresentam preocupações ligadas a variados aspectos estruturais, onde iremos elaborar uma comparação que revela determinados aspectos importantes da formatação do projeto museal, aspectos estes que não estavam colocados enquanto uma necessidade á época, mas que ajuda a perceber outro ordenamento de premissas, necessidade e objetivos. Essa comparação irá nos permitir dizer que o modo como foi elaborada a construção do MHCG é diferenciada, e apresenta aspectos que o singulariza dentro de um determinado contexto e em relação a um conjunto de noções

¹³ A referência a um Projeto Cultural esta relacionada à submissão de projetos na atuação de uma Política Cultural em finais do segundo mandato de Lula em 2010, onde o Estado transfere recursos públicos através de renúncia fiscal a empresa e organizações privadas, que tem o direito de escolher qual projeto, quem irá financiar e como utilizará os recursos.

atuais, mas que nos permite encontrar modos de produção de espaços museais que serão comuns à década de 1980.

Esta comparação¹⁴ pode ser entendida no contexto deste estudo enquanto um anacronismo, uma vez que não é a partir dos modelos contemporâneos de elaboração de projetos culturais que foram elaboradas Ações do Patrimônio à década de 1980. Entretanto o anacronismo força a observação da problemática no sentido da elaboração de tal projeto museal. É também por via de uma observação anacrônica que veremos que o MHCG não é elaborado através de uma submissão de vontades a uma banca de avaliação. Ou seja, não vamos encontrar profissionais da área aguardando a liberação de editais com diretrizes postas, embora esta tenha sido uma vontade durante o período de pesquisa.

O que encontraremos dentro de um contexto específico, este que se configura o nosso projeto museal, é uma documentação de estado, em especial legislativa que responde oficialmente à demanda da Ação Político-Cultural do Pró-Memória e possibilita a montagem da construção do museu enquanto prática museal. A montagem do acervo ocorre fora da tramitação burocrática e legislativa. É impossível até mesmo encontrar a nomeação do diretor, ou localizar a origem da escrita do texto que compõe a lei através desta documentação. O que encontraremos entre os documentos oficiais serão as operações administrativas da demanda do Pró-Memória, a abertura da possibilidade de ação museal e suas primeiras diretrizes.

O trabalho de promoção e gestão da memória é omitido pelo discurso que propõe o resgate da essência de uma história por meio de uma exposição auto-significante e auto-explicativa. No entanto o acervo museológico é fruto de uma seleção material e simbólica, cujo interesse não é reproduzir “tudo como no tempo de Cora”, mas enquadrar o passado dentro dos limites da biografia que se quer oficializar. A Monumentalização perpetua lembranças recorrentes e produz múltiplos esquecimentos. (DELGADO, 2005, pg. 20)

Embora Delgado elabore em sua tese uma reflexão ligada à produção de uma história de vida de Coca Coralina, através de um processo de musealização biográfica, podemos perceber a omissão não apenas de discursos, mas neste caso de setores, grupos e personagens, estes enquanto produtores e reprodutores de discurso. É, até mesmo, através das dependências do MHCG, apenas as placas marcam a inauguração do museu e dão conta de alguns nomes e

¹⁴ Esta lacuna nada mais é de que a não referência posta de setores, pessoas, demandas, estrutura, orçamento, diretrizes ideológicas ou culturais justificadas. E tomando como referência esta noção é possível ser reconhecida tal lacuna.

personagens que compõem a sua criação. Além de um retrato do jornalista William Tejo localizado na escadaria do MHCG.



Foto I. Fotografia da placa de Inauguração em 1983 onde cita William Tejo enquanto chefe do Departamento de Patrimônio Cultural.

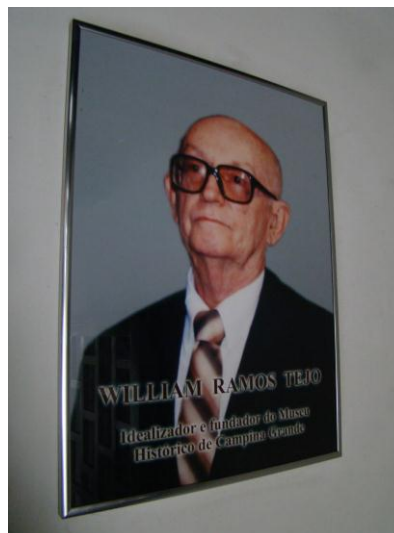


Foto II. Fotografia exposta no MHCG, localizada na escadaria que dá acesso ao primeiro piso “William Ramos Tejo. Idealizador e fundador do Museu Histórico de Campina Grande”

Foto: Vanessa C. Macêdo

Esse distanciamento entre autor e obra, ou entre narrador e narrativa é algo que acompanha as reflexões acerca da escrita da História, e é em certa medida compreensível. Corresponde a um dado de objetividade científica da qual sujeito e objeto não partilham da mesma natureza e partem de pontos diferentes a tal ponto de não estabelecerem nem referencial relacional. É comum encontrarmos esse distanciamento referente não só a obras intelectuais e culturais, pois consideramos o distanciamento que acompanha as Ações do Patrimônio

característico de sua ação, onde a nomeação de agentes, sejam eles intelectuais, sejam eles institucionais, não se faz presente¹⁵.

É este “silenciamento” do sujeito da Ação do Patrimônio, seja ele institucional, seja ele intelectual e pertencentes a lugares específicos de formação e de escrita da História e operação da memória, que teremos dificuldade em determinar para fins de estudo. Em volta deste problema que durante boa parte da elaboração deste estudo será exercida importância demasiada a Instituição enquanto lugar de poder, pela responsabilidade em responder as práticas elaboradas em diversos níveis. Não queremos retirar deste lugar sua importância formatadora e alimentadora de demandas, de todo modo não podemos deixar de analisar outros lugares que encaminham estas possibilidades. É na migração das ideias, no seu repasse, que encontraremos o protagonismo intelectual de William Tejo como o fundador do MHCG, seu engajamento intelectual será o ponto necessário onde encontraremos o complexo jogo de composição de narrativa a ser elaborada para a cidade de Campina Grande através de uma exposição, enquanto plano de fundação do MHCG entre os anos de 1980 e 1983.

Apesar do desejo em se atribuir à figura do intelectual, toda a razão de ser da criação do MHCG, estaremos às voltas com a problemática da autonomia do sujeito em meio às inúmeras determinações de seu tempo. Estamos falando sobre as possibilidades de encontrar na figura do intelectual a capacidade de ter sintetizado, ou não, as vontades e demandas de seu tempo, diferenciando a partir de um protagonismo do sujeito, ou; continuidade de vontades compartilhadas, ou ainda; síntese de desejos compartilhados e empreendidos a partir da capacidade de perceber tais manifestações.

Não estamos absolutamente certos sobre isto, neste texto em diversos momentos pontuaremos as demandas externas na forma de Ações do Patrimônio (especialmente no primeiro capítulo), assim como o reconhecimento das ações do personagem, aqui trazido enquanto intelectual e agindo sob a forma de um protagonismo. Este protagonismo carrega em si, enquanto conceito, a noção de que o sujeito foi capaz de despontar dentro do contexto e criar algo que carrega a sua marca. Talvez nisto estejamos certos, a narrativa de memória elaborada através da exposição trás um modo de apresentação que é o produto da subjetivação do William Tejo, que embora tenha apreendido em outros lugares e espaços, modelos

¹⁵ Entretanto podemos também citar em contrário a isto, uma vez que é possível encontrar em variados museus referências a sua criação e aos fundadores enquanto exposição museal, trazendo sua relação de criação enquanto um dado de reflexão. É o que acontece com o Museu do Brejo Paraibano localizado na cidade de Areia sob administração da Universidade Federal da Paraíba – UFPB. Em um painel relacionado à exposição acerca da estrutura da Casa-Grande, encontramos Antônio Carlos de Almeida tido como fundador conceitual e participante. Devemos justificar, entretanto que a introdução de tal painel se deu na reforma elaborada em 2010

narrativos da história da cidade e do fluxo de memória, irá de fato efetuar a coleta de objetos para serem expostos e compor a exposição que é o foco de nossa pesquisa. De acordo com isto e sob este ponto de vista, o nosso recorte favorece a tomada do personagem como protagonista de uma ação que é a criação do MHCG. Seguiremos na composição dessa estrutura narrativa que desemboca na exposição museal, através da observação do personagem de nosso estudo enquanto um intelectual e seus espaços de atividade. Mais adiantes retomaremos o debate acerca do protagonismo contraposto a Ação do Patrimônio.

2.1. Como se faz intelectual? William Tejo e a construção do seu lugar de fala. Professor e Jornalista? Intelectual e Memorialista?

Antes de ser professor fui bancário, trabalhando no Banco Auxiliar do Povo, de seu Terto Barros, onde hoje é a firma Costa Santos & Cia. Para ser sincero, mesmo como estudante, já ensinava matemática, eu e meu irmão Antônio, visto que a família era grande e a renda pequena [...] O certo é que não continuei os meus estudos, mas, como um dos meus irmãos foi para Natal, na época da guerra, deixei o Banco e para lá segui, tendo terminado o Curso científico no Ateneu do Rio Grande do Norte. Terminando o conflito mundial, voltei para Campina Grande e fui convidado pelo Padre Emídio Viana para ensinar no Pio XI, graças a interferência do professor Everardo Luna. Isso foi em 1946. No mesmo ano, passei a ensinar no Colégio Alfredo Dantas, do professor Loureiro. Também ensinei no Colégio das Damas, na Escola Técnica de Comércio, que era da Prefeitura, fui diretor do “Anita Cabral” e diretor do Colégio Estadual da Prata por dois anos. Parece até que eu nasci mesmo para ser professor, e ainda hoje, faço parte da Escola de Comunicação da Universidade Regional, o que muito me honra. (DINOÁ, s/d)

William Tejo nasceu em 26 de Dezembro de 1919 na cidade de São João do Cariri na Paraíba, chegou a morar em Pernambuco na cidade de Belo Jardim ainda moço, mas logo após a morte de seu pai mudou-se para Campina Grande com sua mãe e irmãos. Nesta entrevista cedida a Ronaldo Dinoá sem data de sua publicação, mas estando por certo localizada na década de 1980 uma vez que William encontra-se já enquanto diretor do MHCG e chefe e do Departamento de Patrimônio Cultural. O principal tema da entrevista gira em torno dos antigos Carnavais, embora William dê sinais dos quais demonstra não dominar o assunto, Tejo dá conta de sua formação, é antes um professor.

Esse traço de sua identidade, enquanto tal é mais um reconhecimento da ação educativa em seu posicionamento social, e não apenas enquanto profissional, veremos isto no contexto deste estudo, que William Tejo atribui maior peso a figura do intelectual educador, aquele que

foi professor, mas também, aquele que educa para além da sala de aula. Veremos que a noção de intelectual engloba múltiplas facetas de sua atuação profissional, mas a ideia de professor e educador, perde o sentido quando isolada, veremos que a sua atuação enquanto jornalista trás o engajamento, uma vez que, não apenas o lugar de professor irá ocupar sua formação e sua atuação, é também enquanto jornalista que fará emergir o seu engajamento intelectual.

Enquanto jornalista, William Tejo, segundo Josemir Camilo em publicação na revista da Academia Campinense de Letras quando toma o lugar na cadeira a que pertencia William Tejo em 2000. Elabora:

Em 1951, William Tejo adquiriu “tipo” de chumbo (a velha técnica tipográfica) e fundou o Jornal de Campina [...] Sua experiência em Jornalismo começa com o semanário “A vontade” (Belo Jardim - PE). Em Campina (Xeque-Mate, Jornal da Paraíba) Tejo contava que começou com Jornalismo em 1945 e foi colaborador ainda dos Jornais “Voz do Dia”, “Rebate” e “Gazeta do Sertão” (CAMILO, p. 10.)

Na escrita provocadora do cenário político e econômico que William Tejo se fará enquanto crítico da política local. É no Jornal de Campina de 1952, fundado por ele, que William Tejo adentrará ao círculo intelectual da cidade e demonstrará uma escrita marcadamente política, onde tomou dimensão maior ao explorar o assassinato do então prefeito Félix Araújo à época e trazendo dois intelectuais conhecidos na cidade.

Tejo agrupou naquele jornal dois pesos da literatura local, Epaminondas e Cristino Pimentel, ambos engajados no clima político aterrorizado com os acontecimentos e mortes daquele ano: o de Félix Araújo e de seu algoz João Madeira. Epaminondas resgatava a história da violência política no final do Século XIX e primeiros anos do Século XX. Já Cristino Pimentel escrevia uma crônica política sobre o clima que se apoderou da cidade após o duplo assassinato. (IDEM, p. 11)

Essa ligação enquanto editor e fundador do jornal, e fazendo uso da crítica política através de dois intelectuais consagrados, fará de William Tejo mais um ocupante desta sociabilidade intelectual. Assim como outros intelectuais á época, que farão da crítica e da escrita, os instrumentos de captação de tensões sociais, absolvendo novas sensibilidades e engajando visões e concepções de mundo, William Tejo também reelaborara estas tensões a seu modo.

Este contexto do ativismo jornalista está bastante situado ao convívio intelectual que William Tejo compartilhava especialmente entre os anos da década de 1950 em Campina Grande. A “Fruteira de Cristino” local de sociabilidade intelectual na cidade congregou

nomes que tinham respaldo na cidade entre eles: Dr. Telha, Omega Sodré, Lopes de Andrade, Cláudio Porto, Hortênsio Ribeiro, Raimundo Asfora, Félix Araújo, Zeferino Lima, Anésio Leão, Antonio Pimentel, Eptácio Soares, Virginuis da Gama e Melo, Dante Cavalcanti, Zezé Buchudo, e mais seus irmãos João e Arlindo Pedrosa, e Orlando Tejo irmão de William Tejo. Dentre eles jornalistas, figuras políticas, engenheiros, pessoas que se reconheciam enquanto formadores de opinião e homens de letras. Junto a “Fruteira de Cristino” havia também a Livraria Pedrosa, pertencente a José Cavalcanti Pedrosa, que compunha um pequeno conjunto de espaços privados localizados no centro da cidade de Campina Grande onde uma sociabilidade intelectual fora sendo desenhada, situados na década de 1950, veremos que a cidade vivia um contexto onde estes intelectuais reelaboraram a história da cidade, criando uma determinada tradição historiográfica.

Dentre os nomes mais significativos deste espaço temporal estão o de Cristino Pimentel dono da “Fruteira Pimentel” e o Epaminondas Câmara. Embora Epaminondas não compartilhe deste convívio intelectual específico, veremos a continuidade de sua escrita historiográfica presente em Cristino Pimentel, uma vez que ambos se debruçaram sobre a escrita da História da Cidade através de publicações¹⁶ que são consideradas importantes na composição da historiográfica local.

Esta composição historiográfica sobre a qual Cristino Pimentel e Epaminondas Câmara participam vêm de um traço bastante peculiar da história da cidade. É preciso situar também que o ofício de historicizar a cidade vem com mais força em finais do século XIX e por todo o século XX. Claro que para a historiografia contemporânea presente na cidade especialmente proveniente das universidades nos cursos de História¹⁷ coloca estes homens de memória sobre o conceito de memorialistas, ou ainda cronistas. Estas pessoas não desempenhavam a atividade de Historiador, embora até hoje não seja uma atividade profissional regulamentada, mas historiavam, a seu modo, ainda que carregando atributos de legitimidade sobre o devir temporal sobre um determinado recorte espacial, que faz sentido dentro deste contexto historiográfico. Os pares, ou ainda, intelectuais, cronistas, memorialistas e literatos, elaboraram e reelaboraram significados compartilhados a partir de discursos produzidos. Ou

¹⁶ Cristino Pimentel escreveu: Pedços da História de Campina Grande (1958), Abrindo o livro do passado volumes I e II (1958), Pedços da História da Paraíba (1953), Mais um mergulho na História Campinense (reeditado em 2001), entre outros e crônicas. Epaminonda Câmara, por sua vez escreveu: Datas Campinenses (1947), Os alicerces de Campina Grande: esboço histórico-social do povoado e da vida, 1697-1864 (1943) entre outros.

¹⁷ Duas Licenciaturas em História, uma na Universidade Federal de Campina Grande e outra na Universidade Estadual da Paraíba.

seja, para além do debate acerca da veracidade dos fatos, ou acerca do encadeamento temporal produzido, estas falas produziam sentido e se apropriavam destes, compondo um modelo historiográfico bastante amparado na eleição de homens e fatos, assim como o privilégio ao devir temporal baseado na história econômica e história política. É sobre isto que a História da Cidade de Campina Grande, vai ser vista enquanto uma narrativa linear onde estes intelectuais, memorialistas, cronistas, irão preencher variados pontos significativos da História, determinada pelas estruturas econômicas e políticas. São pontos, ou ainda, fatos, que irão explicar o que a cidade foi, e o que ela pôde vir a ser. Portanto pensar esta historiografia campinense e os homens que a fizeram é retomar uma história por eles contada, aquela que elege o encadeamento temporal composto pelo apogeu econômico decorrente da economia do algodão e o reaparelhamento da cidade baseado em símbolos de modernidade.

Também faz parte do roteiro de engajamento intelectual de William Tejo sua participação no processo de tentativa de montagem do Instituto Histórico de Campina Grande. É neste ponto onde podemos compreender o seu engajamento enquanto formatador de uma prática regular da escrita da História. Vai ser William Tejo enquanto organizador de várias publicações jornalísticas e também responsável pelo “projeto” de elaboração do MHCG, onde irá aparecer enquanto um dos líderes durante uma das três tentativas de construção do Instituto Histórico e Geográfico de Campina Grande em 1948, que abordaremos mais adiante.

Dentre as categorias de identificação do sujeito aqui colocadas: Professor e Jornalista ainda dentro da lógica do engajamento intelectual; há mais uma categoria que merece citação, a do Político. Segundo William Tejo ainda na entrevista a Ronaldo Dinoá, afirma que:

[...] não nasci mesmo para ficar plantado em partidos de qualquer natureza. Não gosto de freios ou arreio. Gosto de fazer o que me dá nas ventas [...] curado do mal político fiquei e continuo livre como os pássaros, como o vento, mas por muito tempo mantive uma página política no Jornal. da Paraíba e também escrevi para outros jornais (Idem, s/d)

O que queremos extrair daqui é a tensão entre homem de ação política e homem de letras ou homem de escrita, este que compõe o seu engajamento intelectual. William não se vê enquanto um político, ou seja, filiado a partidos e sofrendo os *poréns* das mudanças de configuração da lógica política. Essa sua tensão é típica quando pensamos acerca do intelectual que se propõe a interferir na realidade e promover algum tipo de mudança, mas que esbarra na reflexão ética de seu engajamento. Em contrário, sua atividade jornalística que se debruça sobre contextos políticos, não valida uma atuação formal política, em relação a isto

William se vê muito mais enquanto um educador. Tais contextos políticos são encadeados e pensados para explicar ou evocar um devir da história, assim como são expostos de forma exemplar, com função de educar.

Nos documentos encontrados, não encontramos uma outra tensão característica da reflexão ética do intelectual, a da validade e funcionalidade de sua ação. Ao contrário, William vê em sua prática intelectual validade e veracidade, o que faz com que veja no comportamento social de seu tempo desapego ao passado, assim como o não reconhecimento de suas ações. Fiquemos por hora com a tensão do sujeito intelectual com a ação política.

Nas palavras da Fonseca encontramos que o respaldo político acompanhará as ações do CNRC e qualifica enquanto uma “mediação relevante” (2007, pg. 151). Essa mediação, anteriormente corporificada na Ação do Patrimônio em sua fase heróica, mas neste momento de abertura absolvendo outras concepções culturais e desenvolvendo novas práticas, demonstra a dependência do aparelho administrativo enquanto ação pra área da cultura à ação política. Essa lógica não será diferente em Campina Grande.

William Tejo enquanto o fundador do MHCG e neste estudo compondo o personagem principal da trama de construção deste espaço de formação de memória, não esta distanciado desta mediação através da qual o componente político exerce poder de consolidação na estrutura de estado, assim compondo a recente Política Cultural. É um diálogo aproximado, não apenas no sentido crítico de sua produção jornalística, mas também no sentido de certo compartilhamento de ações e concepções acerca do ideário civilização e progresso, veremos que a filiação política não é apenas estrutural, ela também é filosófica. Será, não apenas no compartilhamento deste ideário, mas também no reconhecimento de que a mediação política será fundamental para a sua prática intelectual, que William Tejo atua em seu projeto de memória e de escrita da história.

Veja que separamos dois elementos que compõem o seu engajamento intelectual:

- a) Intelectual - professor: educador
- b) Intelectual - jornalista: crítico social.

Falta um terceiro intelectual:

- c) Intelectual memorialista: historiador

É sobre este último intelectual que teremos mais tempo para trabalhar sobre.

2.2. As tentativas de criação do Instituto Histórico e Geográfico de Campina e a escrita oficial da História.

Para compor algumas problemáticas, partimos de um contexto contemporâneo de Ações do Patrimônio na cidade de Campina Grande considerado por muitos como inoperante, pouco significativo, caracterizado pela quantidade de prédios históricos destruídos. As recentes reportagens, curtas-metragens, e divulgações na imprensa, dão conta de que a destruição é visível e arbitrária.

Em meio a esta discussão tímida entre acadêmicos, alguns cidadãos e o setor cultural, encontramos a identificação desta destruição patrimonial. É considerada a segunda grande destruição de conjuntos arquitetônicos. Nas palavras de Walter Tavares no Colóquio Cultura Agora realizado em Campina em Maio de 2011.

“A questão de Campina Grande é tão séria do ponto de vista de seus imóveis culturais, artísticos e arquitetônicos [...] Nos anos 1980, onde já havia uma mentalidade de preservação da cidade a gente viu a derrubada da casa de Cristiano Lauritzen na rua Maciel Pinheiro [...] Pensávamos até, devido a repercussão do crime de derrubada da casa, que outros imóveis fossem ser salvos, mas por engano nosso. A gente perdeu também o prédio da Sociedade Beneficente dos Artistas, a casa de Acácio Figueiredo, o palacete próximo a Supermercado Ideal”

A primeira grande destruição esta localizada na década de 1940, através da reforma urbana empreendida pelo então prefeito Vergniaud Wanderley. Embora possamos considerar que esta destruição não corresponde a uma problemática de preservação histórica, uma vez que as políticas de preservação não se faziam presente¹⁸. Trazer a tona esta referência serve para ilustrar o dado de modernidade versus o de preservação, característica esta que acompanha a tensão da destruição do patrimônio da cidade.

O que queremos observar na fala de Walter Tavares, que, aliás, é o atual diretor do MHCG é a denuncia da destruição do patrimônio. Esta fala comporá as reflexões acerca dos porquês de destruição. E um deles está relacionado às tentativas de implementação do Instituto Histórico e Geográfico de Campina Grande.

¹⁸ O lugar de memória através do qual se estabelecem conflitos acerca da reforma urbana e descaracterização da cidade, tem uma referência mais ligada à memória coletiva de cidadãos.

Campina é uma cidade desmemoriada, ela não tem nada de memória, a memória de Campina Grande foi destruída. O grande historiador francês Fernand Braudel diz que a história é filha de seu tempo e que não existe história sem memória, não existe memória sem história. E como fica a História de Campina Grande sem memória? Desfalcada, destruída. Não pode se separar, desde a Grécia Antiga onde a história era chamada de Clio e a memória de Mnemosis. O conhecimento necessita da memória para guardar. Se há uma coisa que não se pode separar é história de memória, mas Campina Grande é desmemoriada. Nem sequer um abrigo para guardar a sua memória Campina Grande tem. A memória de Campina Grande precisa de um abrigo, que é algo próprio da evolução da consciência do homem. Que procurou um lugar para guardar sua memória, onde ele guardasse seus utensílios de trabalho, onde ele chorasse, amasse, odiasse, esse abrigo é a memória [...] O abrigo ideal para se guardar a memória seria um Instituto Histórico e Geográfico de Campina Grande. (informação verbal)¹⁹.

Esta fala de Léa Amorin, professora formada na área de História, aposentada da UFPB, atual UFCG, acerta as responsabilidades da atual destruição do Patrimônio Histórico. Apesar de haver certa confusão entre, memória e abrigo, uma vez que não entendemos se é a memória o próprio abrigo, ou se o abrigo seria o local para ser guardada a memória, tenta demonstrar que esta destruição é a consequência por em Campina Grande não haver ações precisas de preservação.

Apontar a não existência de um Instituto Histórico e Geográfico de Campina Grande é atribuir causa em não haver ações de preservação na cidade. Na ocasião de sua fala no Colóquio Cultura Agora, Léa Amorin pontua as tentativas de implementação, advindas de uma classe intelectual da cidade formada pelo médico João Tavares, Elpídio de Almeida, Epaminondas Câmara, Cristino Pimentel entre outros.

Em contrário à ideia de preservação advinda da Ação do Patrimônio localizada na construção do IPHAN²⁰. O que acompanharemos nesta fala, é um deslocamento na identificação de demanda da preservação da memória, que revela o quanto a necessidade em se formatar um espaço de produção oficial da história e gerenciamento da memória é considerado vital para práticas preservacionista, identificadas tanto em seus agentes quando em seus públicos.

Queremos pontuar que o reconhecimento desta demanda de preservação tem dois caminhos enquanto formação de uma prática preservacionista reconhecida através de seus agentes. O da ação de escrita da História através das tentativas de formação do Instituto

¹⁹ Fala proferida por Léa Amorin durante o Colóquio Cultura Agora, em Campina Grande, em Maio de 2011.

²⁰ ainda que vista enquanto um organismo federal que é herdeiro de uma escrita da história dos Institutos Históricos e Geográficos distribuídos pelo Brasil

Histórico e Geográfico de Campina Grande e o da Ação Político-Cultural do Patrimônio. Estas duas demandas têm uma relação muito forte. Em certo sentido a História destas práticas são herdeiras de uma escrita positiva. Mas os pontos que as diferenciam, também as separam. Especialmente no que diz respeito a sua entrada na cidade de Campina Grande.

Localizar, a partir de uma **falta** de ações significativas de preservação, uma responsabilidade atribuída a setores que produzem uma escrita da história, ou ainda reconhece lugares de memória, nos traz para uma problematização relacionada a pessoas e grupos que elaboram, através do reconhecimento de um lugar de poder, determinada concepção da história. Isso redimensiona o nosso estudo para esta categoria, pensada através de uma sociabilidade intelectual, exercida através destes agentes através de um engajamento intelectual.

As dimensões do engajamento intelectual visto nas ações de William Tejo seja enquanto pertencente a um grupo intelectual que produz história, assim como mantém certa relação com o setor político, se diferencia dos demais no sentido de que elabora uma prática preservacionista que responde a uma demanda da Ação do Patrimônio à época e atualizando a criação de setores responsável pelo gerenciamento da memória. E exerce uma mediação entre estes lugares. Esta mediação será o próprio engajamento intelectual em prática museal. William Tejo irá à ação de musealização e de reconhecimento da memória em artefatos e dados de passado com todo suporte de lugar de poder e de escrita da História que lhe cabe. Não podemos esquecer o setor político enquanto mediação relevante nesta ação de construção do MHCG.

É dentro desta mediação política que William Tejo enquanto acessor de imprensa durante o mandato de Enivaldo Ribeiro terá seu projeto de memória acatado e implementado. Dentro deste quadro de possibilidade de construção do MHCG que vemos o protagonismo de William Tejo como fundamental para elaborar a conexão entre diferentes lugares de formatação de demanda:

- Ação do Patrimônio (Política Cultural) – Federal e externa;
- Produção Memorialista (IHGCG) – Intelectual e local;
- Mediação Relevante do Estado (Estado da Paraíba e Prefeitura Municipal) – Política e local.

Os dois setores de atuação local (Memorialistas e Políticos) são também lugares de formação de demanda e de atuação intelectual, sendo a produção memorialista mais

relacionada a William Tejo. As combinações destes lugares através do protagonismo intelectual irão compor as condições e possibilidades de construção do MHCG. Condições e possibilidades estas que irão caracterizar o projeto museal. É sobre este projeto, no formato de escrita da história de Campina Grande e através de uma linguagem específica que iremos nos deter mais adiante.

2.3. Protagonismo intelectual em Ação do Patrimônio

A hipótese é a de que William Tejo conseguiu elaborar uma ação que agrega duas vontades diversas, ainda que, em consonância. A primeira está relacionada a uma tradição da escrita da história, sobre a qual fez parte (as tentativas de construção do IHGCG) e também; a implementação de uma recente Política Cultural para a cidade, elaborada a partir do Pró-Memória. Esta ação é vista enquanto um protagonismo intelectual, uma vez que o engajamento de sua atividade deu forma a, introduzir na década de 1980, a primeira ação formal do Patrimônio na cidade de Campina Grande.

Este protagonismo é visto aqui enquanto o ponto que abre para a possibilidade museológica, ou seja, a ideia de que embora estejamos lidando com duas demandas que tem contextos distintos, este protagonismo é o que vai caracterizar de fato o projeto museal sobre o qual estamos trabalhando. A atividade de intelectual que desempenha na cidade, atravessado pelo papel de professor, jornalista e memorialista, aparecerá no projeto. Esta opção metodológica é o que responde a criação do MHCG.

Embora estejamos acompanhando desde a década de 1940 o crescimento e o refinamento das atividades relacionadas à Ação Patrimonial, principalmente no que diz respeito a um ajustamento administrativo no corpo do Estado, será o encaminhamento da demanda em conformidade com um contexto local, aliada ao personalismo de William Tejo que define o que vem a ser o projeto museal.

Este personalismo demonstra fragilidade de uma política cultural que, de certa forma, depende de um encaminhamento pautado no trabalho de um indivíduo que acaba por caracterizar toda esta ação. A isto se liga também, o fato de que, o museu, enquanto uma estrutura que responde a uma demanda de modernidade caracteriza-se por manter-se enquanto

uma atividade sem pressupostos e demandas formalizadas²¹ (MENEZES, 1994), como a exemplo o que acontece com os processos educativos formais, em contrário.

O museu, por sua vez, responde a uma estrutura alocada nos processos de produção cultural, sejam eles recentemente relacionados a Indústria Cultural ou, a Política Cultural com referência ao Estado. Isto possibilita o desenvolvimento de diversas experiências museais aliadas à noção de patrimônio, espalhadas pelo Brasil.

[...] Forçadas as portas, o domínio patrimonial, em vez de restringir, dilatou-se. E dilatou-se a ponto de se transformar num terreno de fronteiras imprecisas, terreno brumoso e com um nível de opacidade peculiar. (CHAGAS, 2003, pg. 32)

Esta opacidade é tão significativa que permite a entrada do caráter personalista da ação intelectual de William Ramos Tejo, é através de suas mãos que as políticas culturais do patrimônio adentrarão pela primeira vez na cidade de Campina Grande, tanto que William Tejo passa a ser reconhecido enquanto o homem de referência para tal assunto e sobre tais temas, sendo chamado sempre que necessário para elaborar reportagens e colunas com temática histórica, nos jornais locais Diário da Borborema, Gazeta do Sertão e Jornal da Paraíba. Tanto que também se responsabiliza, ainda em 1979 do recolhimento de acervo para o Museu de História e Tecnologia do Algodão, este que se mostra enquanto o primeiro engajamento museológico de William, ainda que sob responsabilidade da Embrapa e respondendo a suas demandas.

²¹ Embora esteja mudando tal panorama.



JPCG - Março de Maio 1979 - Inauguração da Reforma do Museu do Algodão.

Foto III. Fotografia retirada do Jornal da Paraíba sobre a Inauguração do Museu de Ciência e Tecnologia do Algodão em Março de 1979.

Tal engajamento, a partir desta vinculação intelectual na década de 1980 de Ações relativas ao Patrimônio e a Memória, permite variadas outras possibilidades de atividade para William Tejo. Nascerá neste momento, enquanto referência para a área Cultural da cidade, sendo uma de suas principais referências pós-construção do Museu, na responsabilidade de elaboração da Coluna Paineis no Jornal da Paraíba na década de 1990.

O encaminhamento deste fazer patrimonial, atrelado ao personalismo de William Tejo cria uma referência no setor de Ação da História e da Memória, ainda que, na década de 1980 seja fundado o curso de História na UFPB campus II em Campina Grande, este papel desempenhado de fazer, enquanto escrita da história, continua a ser entendido como uma atividade de referência a grupos específicos, e isto criará conflitos. Entre eles a dificuldade em estabelecer diálogo entre os dois setores e eventuais negações de referência.

Nossa intenção, não é a de explorar este conflito, uma vez que diferentemente do que se constituem algumas ações museais, o conflito não é o lugar embrionário onde é gestada a criação do MHCG. E talvez por conta disto que suas atividades estejam, de certa forma, adormecidas. Voltaremos a isto mais adiante quando falarmos sobre a pouca visibilidade de suas ações dentro do panorama cultural da cidade.

O que queremos extrair neste momento é a ideia de que o MHCG será uma referência personalista ligada a um protagonismo intelectual e de referência a um determinado contexto e grupo social, tornando difícil encontrar o seu porque de existência sem levar em conta tal característica e tal organização estrutural.

Considerar este grupo cultural e intelectual, enquanto compartilhamento entre indivíduos um determinado capital simbólico que valida e cria sentidos sobre a necessidade de construção de uma determinada ação, é levar em consideração que estão sendo criadas possibilidades específicas. Estas possibilidades específicas serão vistas mais adiante enquanto uma determinada disfunção entre a demanda Pró-memória e o seu contexto de criação quando leva-se em conta toda a discussão elaborada pelo CNRC. Portanto, até que ponto será possível encaminhar uma demanda e encontrá-la operacionalizada? Quais as reais noções acerca da necessidade em se elaborar uma ação museal? É neste grupo portanto, onde serão gerenciadas estas noções, e elas são vistas enquanto uma prática discursiva, substanciada em Ações do Patrimônio. Grupo este, visto enquanto sociabilidade intelectual na qual William Tejo esta inserido.

CAPÍTULO III – O MUSEU HISTÓRICO DE CAMPINA GRANDE EM AÇÃO EDUCATIVA DA HISTÓRIA E DA MEMÓRIA.

Neste capítulo tentaremos esboçar o **Projeto Museal**, que define e caracteriza o MHCG. Este *projeto* como já colocamos, não existe. Não há uma submissão de projetos à época onde encontraremos tal documentação e aqui a apresentaremos. O que queremos esboçar aqui é o *Projeto Museal* enquanto pontos resultantes das convergências e divergências entre as três condições e possibilidades de existência do MHCG e a sua resultante enquanto ação intelectual de William Tejo.

Como já falamos, estamos preocupados com a forma através da qual William Tejo exerceu através de um protagonismo intelectual uma prática museal e foi capaz de empreender a construção deste espaço. Dentro desta vontade que, o nosso recorte temporal está relacionado, aos três anos que precedem a inauguração do museu, ou seja, os anos que cobrem as ações de elaboração da lei e a sua instalação, estruturação e a forma como exerceu uma prática museal à época. E como forma de tentar reconstruir este contexto, que recorreremos a entrevistas com personagens envolvidos, fotos, reportagens em jornais e ao documento elaborado durante a reforma em 1996, que registra a exposição em volta da necessidade de reformá-lo. Até este momento estávamos ligados a uma problematização que pensou o MHCG enquanto resultante de demandas, a demanda Político-Cultural e a demanda Memorialista.

Neste capítulo, ainda que, não perdendo estas dimensões, estaremos preocupados com a constituição deste museu enquanto **estruturação museológica** e mais ainda, discursiva e narrativa, da história da cidade de Campina Grande. Aliaremos a isto, a dimensão educativa da ação museal, analisando que esta estrutura de ação da memória é essencialmente uma vontade de educar sobre algo, uma vontade que procedente de atores e condições, elaboram práticas. É neste ponto que iniciaremos o último capítulo desta dissertação.

3.2 Museu e Educação: para além de práticas em educação formal. Prática discursiva enquanto prática educativa.

As ações em torno da construção de museus no Brasil apresentam uma referência contemporânea, relacionada ao final do século XIX, segundo Lilian Schwarcz

os museus estariam ligados ao progresso da memória escrita, figurada da Renascença e à lógica de uma nova “civilização da inscrição”. O século XIX via nascer uma nova sedução da memória, uma explosão do espírito comemorativo. (1993, pg. 69)

Essa compreensão advoga para a área da produção de saber, elaborando dentro de tais museus, um caráter mais positivo e científico. Acompanharemos a criação a partir desta referência: o Museu Nacional no Rio de Janeiro e do Museu Paulista em São Paulo.

Tais espaços vêm a desenvolver duas lógicas de atuação: Ação de recuperação da memória das nações, mais europeizada e; a ação etnográfica ligada a uma cultura material fetichizada e evolutiva, mais americana.

No país, esses centros cumprirão papéis específicos. Cópia dos modelos europeus, estabelecendo uma prática bastante isolada em relação aos demais estabelecimentos científicos nacionais, dialogando basicamente com os museus europeus e americanos. Por outro lado, ao adotar modelos evolucionistas e darwinistas sociais tomarão parte, de forma específica, do debate que se travava acerca das perspectivas dessa jovem nação. (1993, pg. 69)

Vem a ser em 1808 que no Brasil adentrarão, por meio de medidas culturais da atuação do monarca d. João VI, ações museais a fim de estimular estudos de botânica e zoologia local, apesar de estar distante dos padrões científicos das instituições européias, cumprirá seu papel comemorativo de coleções de curiosidade ainda que sem qualquer classificação e rigor metodológico. Será por meio de publicações *Archivos do Museu Nacional* em 1876 onde agregam membros correspondentes e mantém o debate aproximado com o exterior que será inaugurada outra abordagem. A iniciativa de ação do Museu Nacional, além de fornecer emprego a cientistas nacionais, criará ambiente de produção e discussão do meio museal dentro do território nacional.

As publicações serão uma forma de atuar neste cenário e para este cenário, para o Museu Nacional será o principal instrumento de atualização de saber e produção científica, embora o museu tenha a marca de museu etnológico, as publicações estarão mais centradas em botânica e zoologia, mostrando que temas de cunho social ligadas a explicações biológicas e físicas. As tentativas de pesquisa etnográfica esta ligada a J. B. Lacerda ainda que ancoradas na vontade de explicar por meio de teorias raciológicas e evolutivas, praticando Antropologia como um ramo das Ciências Naturais, destacando ainda o grau de deterioração racial dos

índios Botocudos, caracterizando uma produção contrária a etnografia social considerada pouco científica.

Por outro lado o Museu Paulista:

Personifica o exemplo mais extremo de “gabinete de quinquilharia” a serviço da elite local e em homenagem a ela. No próprio monumento, que pouco se assemelhava a um museu revela-se o casamento da idéia de construção de uma “grande e imponente obra” com os desejos da elite paulista de se fazer representar na esfera da cultura. Longe da cidade o museu sofreria com a distância e os problemas de comunicação que lhe acarretava, mas alcançaria projeção no mirrado ambiente cultural da época. (2003, pg. 90)

Criado entre dois objetivos em 1890 na cidade de São Paulo, o de funcionar enquanto monumento grandioso em homenagem à independência e; ser local de estudo da história natural da América do Sul e em particular do Brasil. Por meios considerados científicos, o Museu Paulista apresentou um projeto de museu profissional e enciclopédico, também trabalhou com publicação *Revista do Museu Paulista* e teve uma fundação também atrelada a um programa de caráter personalista.

A partir de 1895, montava-se em São Paulo um projeto de “museu enciclopédico” com a pretensão de reunir exemplares de todo o conhecimento humano (Paiva, 1984:13). Tendo como base um saber evolutivo, classificatório e pautado no modelo das ciências biológicas, Von Ilhering imprimirá ao MP um perfil profissional, adaptado aos grandes centros europeus e conforme eles” (Idem, pg. 79)

Entretanto esta via museológica dos museus etnográficos baseados em correntes evolucionistas não vingará no Brasil, uma de suas causas se deve a quebra de paradigma científico vivido em finais de século XIX. Outra corrente que se desenvolve, a dos museus de História e Cultura Nacional, gestará muito de nossas características do fazer museal. Como afirma Letícia Julião (2002) estes museus, a partir da atuação do Museu Histórico Nacional no Rio de Janeiro que servirá enquanto modelo a atuação destas instituições culturais.

A questão da nação, no entanto, ganharia evidência museológica, no Brasil, somente a partir da criação em 1922, do Museu Histórico Nacional (MHN). Marco no movimento museológico brasileiro, como observa Regina Abreu, o MNH rompeu com a tradição enciclopédica, inaugurando um modelo de museu consagrado à história, à pátria, destinado a formular, através da cultura material, uma representação de nacionalidade. Resultado do empenho de intelectuais apoiados pelo Estado, e tendo a frente Gustavo Barroso, diretor do museu entre 1922 a 1959, o MHN foi organizado com o

objetivo de educar o povo. Tratava-se de ensinar a população a conhecer fatos e personagens do passado, de modo a incentivar o culto à tradição e a formação cívica, vistos como fatores de coesão e progresso da nação. [...] Com um perfil factual os objetos deveriam documentar a gênese e evolução da nação brasileira, compreendida como obra das elites nacionais, especificamente do Império, período cultuado pelo Museu. (2002, pg. 22)

Esta característica, de elogio a nacionalidade e de valorização de nomes, fatos e personagens históricos, acompanhará o desenvolvimento da linguagem de museus de caráter histórico. Letícia Julião dá ênfase ao objetivo de educar o povo, a que se propõe o MHN, entretanto este “caráter educativo”, ainda que a expressão não dê conta, não é algo pensado e elaborado, uma vez que está situado em relação a um objetivo de formação cívica e incentivo ao culto e a tradição. Faz-se necessário redimensionar esta noção para momentos distintos da ação museal no Brasil, uma vez que vai ser no chamado Movimento de Renovação de Museus, e antes disto com a reforma conceitual do momento renovador da Ação do Patrimônio - o IPHAN, que a prática educativa, enquanto prática pedagógica será pensada e trabalhada.

Ainda sobre a reflexão de construção de prática museal em Lilia Schwarcz, é preciso situar que uma vez que a elaboração de saber a partir deste tipo de instituição analisada por ela vem estabelecer uma referência da antropologia atrelada à biologia evolutiva e classificatória. Nossa reflexão, no contexto deste estudo, busca pensar a institucionalização deste espaço e a sua formatação dentro de um contexto político cultural, enquanto lugar de atuação intelectual, juntamente à ideia de personalismo enquanto condição de existência de tal prática de produção de saber. Em Lilia há não apenas, a construção de uma estrutura discursiva, que tem como referência a instituição de museu, mas a estruturação também de uma prática científica. Desta forma, essa estruturação, é vista enquanto formação de cientistas e concepções acerca de raça e sociedade brasileira, o museu compõe um dos cenários de construção destas práticas.

Entretanto a sua análise contribui para situar o contexto de criação destes espaços, e a entender um pouco de sua genealogia. A vinculação a uma atividade personalista e intelectual que dá corpo a atividade de alguns museus, retira do formalismo institucional todo o peso de sua representatividade para um campo, como se a instituição se consolidasse enquanto a grande promotora de ações. Usando as palavras de Foucault (2009) o suporte institucional é o modo como o “saber é aplicado na sociedade, valorizado, distribuído, repartido e atribuído”, suporte este, capaz de “elaborar uma pressão e um poder de coerção”. Com base nisto é impossível não reconhecer a sua importância explicativa.

Entretanto, como já apontamos anteriormente, o museu não se apresenta enquanto um corpo que institucionalizado seria detentor de regras inscritas nos processos formais de enculturação, como aponta Ulpiano Menezes (1994). Este pedaço do corpo funcional do estado não compartilha da mesma formalidade, ou demanda social a que, por exemplo, se submete a Educação Formal. Estamos trabalhando com uma instituição cultural que preenche um lugar dentro deste aparato estatal que é bastante maleável, permissivo e moldável. Embora venhamos ao longo do tempo percebendo o seu refinamento administrativo, ainda encontramos um conjunto de ações que não estão conectadas, ou ainda, que não dialogam entre si e que permitem outros modos de aplicação.

Será através desta brecha, ou ainda desta **possibilidade**, vista dentro de uma lógica de Estado que encontraremos a diversidade de práticas e ações. Podemos a partir disto considerar um caráter maleável a tal ponto de permitir uma caracterização baseada no protagonismo intelectual de William Tejo e considerar a partir deste protagonismo a consolidação do projeto museal que instala em 1980 o MHCG.

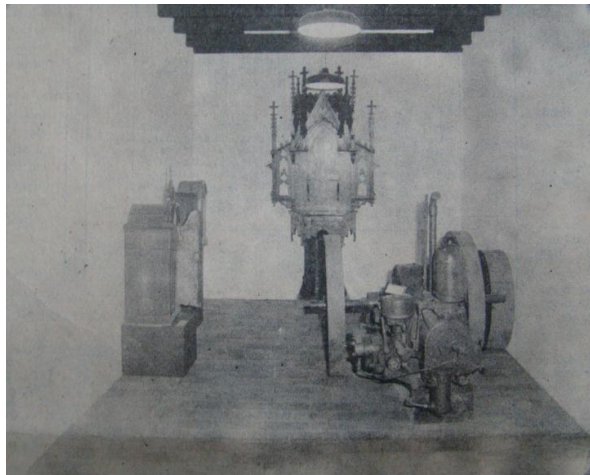
A prática da qual temos nos preocupado diz respeito à atividade intelectual do William Ramos Tejo a frente de todo este projeto de construção do MHCG, aqui identificada enquanto narrativa da história da cidade através de uma exposição museal. Narrativa que estruturada dentro de uma rede de condições e, atrelada a lugares de poder e estrutura de estado, apresentam um caráter educativo, consubstanciada em narrativa da história, caráter este, ligado a uma abordagem que relaciona a produção/elaboração de uma verdade, relacionada e estruturada enquanto narrativa da História da cidade, através de uma exposição, ou, de uma linguagem específica, a linguagem museal.

Sabemos que quando o museu foi inaugurado em 1983, passados dois anos de reforma do prédio onde viria a ser instalado, assim como catalogação, recolhimento e seleção de peças, apresentava toda uma forma de exposição que esta modificada hoje em dia. A sua principal reforma elaborada entre os anos de 1994 e 1996 pelo então Diretor de Patrimônio Cultural e hoje em dia atual Diretor do MHCG, Walter Tavares que foi responsável por acrescentar mais setores (salas de exposição, assim como novas temáticas de abordagem, como cinema, carnaval e teatro).

Fica de certa forma impossibilitada a análise de tal estrutura museal, uma vez que sua estrutura inicial fora modificada. Seria necessário, portanto, inventariar através de entrevistas como seria aquela primeira amostragem do museu à época de sua inauguração, ou seja, aquele primeiro resultado referente à ação protagonista de William Tejo. Algumas fotografias nos

ajudaram a ter dimensão de tal estrutura, mas o documento que nos propicia a análise de tal estrutura é o documento de “Trabalho de recuperação do prédio e do acervo do Museu Histórico de Campina Grande - Realizado no período de 1994 a 1996. Gestão de Walter Tavares – Diretor do Departamento de Patrimônio Cultural”.

Tal documento serve como diagnóstico da situação que o museu se encontrava à época. Nele estão registradas fotografias que servem para denunciar o estado em que o prédio do museu se encontrava (principalmente no que se refere a infiltrações e desgaste da estrutura antiga do prédio). Entretanto este documento também nos dá conta de toda a estrutura de exposição do museu, nos informando acerca das temáticas elaboradas nas salas de Exposição, registro de painéis, estruturas em vidro e peças. A forma como fora elaborada, mostra como flui a exposição, nos informando seus textos e suas principais abordagens temáticas. Portando serve, ainda que, apresentando-se como um registro elaborado com um objetivo específico, para nos informar acerca dos principais sentidos narrativos da história da cidade. E será no contexto deste trabalho, mais um registro da prática discursiva elaborada dentro de grupos e pessoas a frente deste projeto.



JP/CG - Terça 14/06/1983 - Reportagem Caderno 2 Página completa. Primeira Reportagem sobre o Museu Histórico de Campina Grande. Imagem do Interior do Museu.



Foto 2

Foto IV e V. Fotografia extraída do Jornal da Paraíba que exhibe um dos setores de exposição do MHCG à época. Foto: Vanessa C. Macêdo

Estas duas imagens que, registram o interior do museu logo após a sua inauguração em 1983, pelo Jornal da Paraíba, se referem ao contexto do qual procuramos entender. A forma como o museu estava organizado, visto através do documento de reforma, nos coloca que apresentava duas grandes salas de exposição, organizadas de modo temático. O prédio onde funcionava o Museu, não contava com arquivo, como acontece hoje em dia, mas tinha uma sala de reuniões e uma dependência no primeiro andar onde funcionava o Departamento de Patrimônio Cultural. A expansão de suas salas, áreas temáticas e funcionalidade, ampliou o leque de possibilidades do museu, principalmente no sentido de conteúdo relativo ao tema de História da Cidade, por outro lado também reduziu suas atividades enquanto instituição cultural uma vez que a sala de reuniões foi reduzida para se transformar em sala de exposição sobre o Carnaval de Campina Grande.

Entretanto não é sobre o momento de reforma que buscamos discutir, mas antes, a forma como se apresenta a narrativa histórica dentro da exposição estabelecida no MHCG à sua inauguração. Vamos retomar, portanto, algumas problematizações. Se tomarmos enquanto pressuposto a ideia de que existe um universo simbólico compartilhado entre indivíduos, e estes reconhecidos enquanto participantes de uma determinada sociabilidade intelectual, que por sua vez praticam, a partir de determinadas condições e possibilidades suas compreensões de história. Vemos através disto uma prática discursiva.

Temos, portanto, a análise de uma prática museal vista enquanto resultante de uma prática discursiva, elaborada dentro de um contexto institucional e por indivíduos participantes de uma sociabilidade intelectual – Demanda Memorialista. O protagonismo intelectual de William Tejo é visto como potencializador desta prática ainda que ancorada no seu contexto social, uma vez que agrega duas demandas, não que em seu total distintas, mas

em certo sentido diferenciadas. Reconhecer o caráter diferenciado da ação intelectual de William Tejo ao dar fundação ao MHCG, não significa que fuja de tal prática discursiva. O rearranjo de sua estrutura facilita também a ampliação de sua ação, ou seja, torna mais complexa sua ação.

Portanto, será em termos de continuidade e refinamento de uma prática discursiva que esta sendo entendida a ação museal de William Tejo consubstanciada na construção do MHCG. Esta continuidade é vista de modo que permite que sejam verificadas na exposição temáticas, objetos e recortes da história da cidade que corroboram uma narrativa sustentada em noções compartilhadas entre indivíduos (atores). O seu refinamento é verificado uma vez que esta narrativa esta transformada, ela agora não é mais a mesma coisa, uma vez que é exposição museal, uma vez que é museu.

O MHCG é um museu histórico e temático. O Seu caráter histórico vem da vontade em se trabalhar com um recorte temporal e com o devir; e o seu caráter temático este relacionado à referência sobre a cidade. Essas duas características percorrem a sua intencionalidade. Portanto a História da Cidade de Campina Grande é o grande tema a ser exibido por meio de uma exposição. De acordo com o documento de restauração do museu, a fundação da cidade, o desenvolvimento e o apogeu, são os suportes para definir a narrativa que percorre de 1697 a 1940.

No contexto de História da Cidade, a exposição percorre três momentos: O Aldeamento, a fundação da Villa Nova da Rainha e por fim a fundação da cidade de Campina Grande. Dentro de cada contexto, pontos são atribuídos a sua causa, por exemplo, quando pensar no Aldeamento como uma consequência da política da Coroa Portuguesa de em gerenciar o movimento de mercadorias entre o sertão e o litoral e à ocupação pelos índios Ariús liderados por Teodósio de Oliveira Lêdo, Capitão-mor dos Sertões, em 1º de dezembro de 1697. Aparece ai um ponto escolhido para pensar o devir para aquela dada localidade. E os elementos escolhidos comporão a narrativa para que se compreenda o sentido evolutivo até a consolidação enquanto cidade. Este devir da história da cidade, consubstanciado em narrativa desemboca na estrutura que uma vez alimentada e desenvolvida para que se entenda a História da Cidade de Campina Grande enquanto resultante de escolhas elaboradas no passado.

Quando entendemos o Aldeamento realizado por Teodósio de Oliveira Lêdo enquanto marco inicial para uma futura formatação da cidade de Campina Grande, os elementos se organizam para que seja compreendido isto, ou seja, apesar de que na historiografia deste período seja considerado que na localidade já tenha certa ocupação, o dado de demanda

oficial para que seja feito por Teodósio, ou ainda, o reconhecimento da necessidade de se pensar aquela determinada localidade atravessada pela função de entreposto comercial, ajudam a pensar mais a frente o que vem a ser tal cidade.

Embora, estes marcos, sejam desenvolvidos ao longo da exposição, se faz necessário entendê-los enquanto pontos que promovem uma explicação da História da cidade com o objetivo de explicitar o **por que** de existência. O que temos é uma Campina Grande marcada pelo comércio de Algodão em finais de século XIX e início de século XX e o desenvolvimento rápido em termos de modernidade e crescimento urbano. Em relação a isto é importante lembrar outro fato, de que a busca por marcos explicativos da sua história estão atrelados a compreensão do que seja. Esta Campina Grande em exposição é a Campina Grande de começo de século, marcada pelo desenvolvimento do comércio de Algodão e pela modernização advinda desta atividade de comércio.

O comércio, portanto, enquanto atividade econômica será a principal via explicativa presente na narrativa da exposição. Esta atividade será responsável pelo crescimento da cidade e será, não apenas, colocada na exposição enquanto dado objetivo, mas enquanto valor. Esta observação se coloca em termos de entender o museu enquanto valorização de uma história vista enquanto narrativa operada através de uma prática discursiva.

Estamos, portanto, trabalhando com uma exposição que se faz através da exibição de uma compreensão de cidade. Não nos cabe aqui no contexto deste trabalho problematizar os pormenores da escrita historiográfica elaborada e usada como referência, ainda que seja necessário mencioná-la. O mérito da questão se encontra no fato de que a própria exposição se faz enquanto narrativa da história, ainda que se apóie na escrita da história e em outras formas de inventariar a memória, uma vez que a exposição museal lida com objetos, ou seja, existe a necessidade de elaborar a verificação dessa memória através dos objetos.

Deparamo-nos, desta forma, com a questão da autonomia ou não da exposição, enquanto possibilidade de reinventar noções da história e composições da memória. No contexto deste trabalho, é necessário pensar nos alcances que se pretendiam alcançar em termos de construção de compreensão da história da cidade. Ou seja, estamos trabalhando com uma exposição que se pretendia problematizadora? Ou estamos trabalhando com uma exposição que reforça uma compreensão de história formatada em um determinado contexto (Demanda Memorialista)? Ou ainda, esta exposição possibilita outras compreensões desta história e a formação de uma memória plural? Ou, encerra em si mesma uma compreensão da História da cidade?

Exageros a parte, toda exposição advoga sobre algo, para algo. No contexto de sua criação o objetivo de preservação de memória ultrapassa sua potencialidade quando se insere dentro de uma possibilidade de exposição museal. Tanto que o conceito de Museu-Escola aparece na reportagem que apresenta o MHCG no Jornal da Paraíba no ano de sua fundação. Este potencial do museu enquanto espaço para se educar sobre a história da cidade aparece como objetivo, mas é preciso ter cuidado acerca disto. Embora se reconheça a possibilidade educadora da instituição museal, enquanto instituição cultural se faz necessário diferenciá-la de um recurso pedagógico. Encerrar a idéia de Museu-Escola apenas para reconhecer enquanto funcionalidade educativa não significa dizer que esteja ligada a uma formatação em sua exposição que dialoga com preceitos e normas referentes à atividade de museu, ou seja, não estamos nos deparando com uma problematização de uma proposta pedagógica, pensada, elaborada e discutida. Em contrário. O caráter educativo de sua exposição esta muito mais relacionada à valorização de uma história-exemplo, confeccionada em outro setor, para que seja absolvida e pensada dentro do que determina, expõe e diz.

A formação do acervo do Museu Histórico segue a política do Museu-Escola, organizado cronologicamente a partir da fundação da cidade até a década de 40. O acervo é composto por fotografias, gráficos sobre os ciclos da economia campinense, mapas políticos de Campina Grande levantados por William Tejo e Jaldete Soares e formados pelo engenheiro Félix Araújo, utensílios domésticos usados nas casas grandes das fazendas da Zona Rural de Campina Grande, mobiliário, armas, objetos usados por escravos, louça inglesa, prataria o primeiro motor que forneceu luz elétrica a Campina Grande, os primeiros telefones, e um púlpito entalhado do século 19 - uma peça rara e única sobrevivente a demolição da igreja da Guia completam o museu, um auditório com ar condicionado, serviço de som e tela para slide; e um salão de exposição temporária criado pela direção do museu com a finalidade de ser um espaço aberto a arte e a cultura campinense. Mensalmente o museu realiza uma exposição temporária. Este ano já foram realizadas as seguintes exposições: Prefeitos de Campina Grande (fotografia), História do Teatro Campinense, Todo dia é dia do Índio e a exposição Reflexões do artista plástico Barroso. (TAVARES, 1983)

Mas não deixemos de pensar na dimensão de autonomia, ou não, do museu enquanto uma instituição cultural que promove recepções entre seus públicos. Embora sua criação responda a demanda cultural, ou seja, vista enquanto elemento de entretenimento cultural. Encontramos também uma demanda formação memória, onde se atribui a necessidade de criação de espaço que promovam pertencimento e identidade para a sociedade campinense. Um de seus públicos que é colocado e dito é o público escolar, embora esta ligação possa ser pensada através da vinculação professoral do Wiliam Tejo, o MHCG não pode ser concebido

apenas através disto. A teoria é a de que o papel de professor influencia na composição do intelectual que vem a ser William Tejo, assim como na sensibilidade em tornar uma escrita da história acessível a outros públicos e dentro de outro formato.

Pensemos, portanto, no deslocamento que se faz ao (segundo nossa problematização) retirar de um dado lugar de sociabilidade intelectual as produções elaboradas acerca da história da cidade e lançá-las dentro de uma formatação diferenciada (Museu) a ser exibida e explorada. No contexto deste deslocamento há continuidades e descontinuidades das quais já falamos anteriormente, entretanto atentar para a vinculação professor, intelectual e a sua ação do patrimônio, é um dos pontos que compõe o protagonismo intelectual de William Tejo para o campo cultural. Questionamo-nos, portanto, sobre isto. Se este protagonismo amplia o alcance de circulação de uma memória, se este protagonismo é o que possibilita a construção de um Museu, se este protagonismo é o que caracteriza sua exposição, então podemos falar em um Museu que é resultante do imaginário de passado, e de composição material deste passado que é engajamento intelectual de William Tejo. Embora tenhamos, ainda, dificuldade em reconhecer caso esta exposição permita ou não a liberdade de recomposição visual e narrativa da história através de sua narrativa, por parte de seus públicos. Por outro lado podemos afirmar que este compõe, um dos cenários mais diversificados de uma prática discursiva que se mostrou ao longo do tempo extremamente elitizada e intelectualizada, uma vez que a absorção de uma Demanda de Ação do Patrimônio e da Demanda Memorialista propiciou a elaboração deste espaço de produção e reprodução de significados.

Temos, portanto, o seguinte esquema que estrutura a Exposição:

- Estrutura-se a vir explicar a História da cidade de Campina Grande centrada em uma narrativa de passado localizada em finais de século XIX e início de século XX.
- Concepção de cidade modernizada e urbanizada. Expõe seus signos de modernidade e de estrutura de cidade moderna.
- Baseado na escrita historiográfica tradicional da História da cidade e especialmente relacionada ao grupo que buscou compor o IHGCG;
- Trabalha com a idéia de Museu-Escola, mas não se apropria de recursos didáticos formais ou ainda pensados para exposições museais elaborados à época;

- Tem como público-alvo a sociedade campinense como um todo e estudantes do ensino formal da cidade, embora não se aproprie desta relação de maneira elaborada.

Seria necessário que elaborássemos uma problematização acerca da recepção de sentidos reelaborada através de sujeitos que interagem com a exposição museológica elaborada á época. Entretanto recuperar esses outros atores, também participantes e ativos deste processo, assim como suas percepções sobre a primeira fase de exposição, sendo esta a de sua inauguração, se mostrou uma impossibilidade dentro de nossa pesquisa, uma vez que tal dado de percepção não fora de modo algum guardado e conservado. Diríamos até que estas impressões não se transformaram material de inferência e pesquisas, para o próprio museu estudar os seus públicos.

A isto inferimos apenas com hipóteses, uma vez que a pouca problematização por parte do MHCG enquanto instituição, acerca da sua responsabilidade sobre seus públicos. Podemos considerar que estes públicos são tidos como passivos, ou seja, apenas receptáculos da ação externa? Que são apenas objetos constituintes de uma ação que espera nada mais de que a ação de reconhecimento e absorção de tudo aquilo que vem a ser exibido na exposição?

Um dos problemas dos quais nos deparamos em relação a tal instituição esta relacionada a pouca visibilidade que tem dentro do cenário cultural da cidade, ainda que possamos dizer que em geral o cenário cultural tenha pouca visibilidade, o MHCG parece ter bem menos. Falta-lhe projetos pedagógicos entre a Secretaria de Educação, falta-lhe visibilidade de ação dentro da própria cidade, falta-lhe divulgação, falta-lhe estrutura básica de uma instituição museal. Entretanto não deixa de ser um território que elabora referências e ações que estabelecem sentidos de pertencimento a determinados atores. O que podemos dizer em relação a isto é que nos dias de hoje o MHCG estabelece uma referência ainda muito ligada a determinados grupos que ainda se posicionam como produtores culturais da cidade.

Desde 1983 até hoje, passaram pelo MHCG os seguintes diretores: William Tejo (1983-1985), subsequentemente pelo historiador Josemir Camilo (1986), Edilson Nóbrega de Souza (1987-1994), Walter Tavares (1994-2004), o jornalista Hermano José (2004-2008), o historiador, Herry Charriery da Costa Santos (2008-2010) e atualmente a diretoria do MHCG voltou às mãos de um de seus fundadores Walter Tavares. Todos eles ao longo do tempo adicionaram elementos de recompuseram o acervo de exposição do Museu. Edilson Nóbrega de Souza chegou a introduzir no nome do museu a palavra Geográfico, tornando o Museu

Histórico e Geográfico de Campina Grande, ele também foi responsável por no período de sua atuação introduzir e realizar diversas pesquisas para compor o acervo do Museu.

Entretanto nunca houve uma reforma que mudasse a estrutura narrativa do Museu, ou que reelaborasse a sua exposição. Até hoje ainda são encontrados diversos elementos que correspondem a sua antiga exposição, o que nos faz dizer que as suas reformas foram nada mais que diversos recortes reinseridos dentro de uma estrutura narrativa que só fez ampliar os seus alcances, dentro da mesma possibilidade. Como por exemplo, a reforma empreendida por Walter Tavares em 1996 onde foi desativado um pequeno auditório para que ali fosse feita uma sala de exposição relacionada aos antigos carnavais da cidade, onde elabora referência a Eneida Agra Maracajá, trazida a exposição como a dama da cultura de Campina Grande. Esta hoje a atual secretária de Cultura da cidade e responsável pelo Festival de Inverno. Este cenário compõe mais do mesmo?

Mais do mesmo que vem sendo exibido, elaborado e introduzido dentro do MHCG ao longo desses vinte e oito anos? Afinal, o que faz com que um museu se feche dentro de suas possibilidades a ponto de não ser reconhecido, visto, visitado, mas ainda assim, compondo um espaço de referência para seu atores sobre a qual não se deseja perder?

A hipótese é a de que este lugar acaba por tornar-se um espaço que abre possibilidade para ele mesmo. Um espaço que encerra em si, como em um ciclo, todas as ações que produz significados e desperta sensibilidades. Ou seja, ao se gerenciar, por meio de uma prática discursiva a elaboração de uma narrativa museal estamos nos deparando com a ação que corrobora a existência de um grupo que referencia a si mesmo e ao universo simbólico que significa suas próprias ações.

Podemos dizer que o museu se configura como um espaço que não estabelece diálogo com outros setores e grupos e que compõe narrativas que estabelecem referência ao grupo social que o tornou possível? Mais uma vez é difícil estabelecer tal análise uma vez que optamos por nos situar no sentido da ação de construção e formatação do museu à década de 1980, ou seja, pela produção de um sentido museal. Mas insistimos em pensar nas verdades, em buscar as verdades e intencionalidades que perpassam o projeto de construção do museu assim como os discursos que se impõe e que estabelecem interdições promovendo a si mesmos por meio de uma prática discursiva. E sim, podemos afirmar que existe um conjunto de intencionalidades, um conjunto de regras que se fazem operar através da prática discursiva e dentro desta intencionalidade operam sujeitos que pertencem e sujeitos que não pertencem:

[...] condições de seu funcionamento, de impor aos indivíduos que os pronunciam certo número de regras e assim de não permitir que todos mundo tenha acesso a elas. Rarefação, desta vez, dos sujeitos que falam; ninguém entrará na ordem do discurso se não satisfizer a certas exigências ou se não for, de início, qualificado para fazê-lo (FOUCAULT, 2009, pg. 37).

Estas condições de funcionamento de uma prática discursiva, quando estabelecidas para formatar uma instituição que se propõe a divulgar a História de Campina Grande mais de que nunca, promovem tais interdições, tais possibilidades e impossibilidade de circulação, recepção e reelaboração de uma memória.

A doutrina liga os indivíduos a certos tipos de enunciação e lhes proíbe, conseqüentemente, todos os outros [...] liga indivíduos entre si e os diferenciam. A doutrina realiza uma dupla sujeição: dos sujeitos que falam aos discursos e dos discursos ao grupo, ao menos virtual, dos indivíduos que falam. (Idem, pg. 43)

As apropriações destes discursos formatados através de narrativas da história são modelos de enculturação que permitem e não permitem aos indivíduos separados em grupos acessarem a sua estrutura discursiva. E os indivíduos que compõe os públicos deste museu, são os mais interditados, e esta interdição é aqui vista enquanto uma exposição que compreende o seu visitante enquanto objeto, não participante de seu **por que de existência**.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um dos primeiros questionamentos que faziam sentido quando pensávamos acerca da importância em se estudar tal espaço, elaborava-se de tal forma “Qual a importância em se estudar um espaço de confecção da memória da cidade de Campina Grande que parece ser tão esquecido, desatualizado, mal visualizado até mesmo na paisagem urbana?” E ao mesmo tempo “Como ignorar vinte e oito anos de existência de um espaço que se dedicou a confecção da memória, seus atores, suas vontades, seus personagens, sua história?”

Tais questionamentos estavam presentes quando admitíamos uma vontade em reformar uma linguagem museal que **não funcionava** quando comparado a outras instituições culturais. Assim como quando pensávamos na memória daquele espaço de memória. E como não viver esta tensão que pressiona pela **atualização e operacionalização da linguagem museal** (que uma vez atualizada propiciará a sua **existência significativa** entre os indivíduos) e ao mesmo tempo o reconhecimento da **trajetória histórica** do primeiro museu histórico da cidade?

Imaginem a destruição de um espaço de memória? Como poderiam os agentes do patrimônio permitir que isso venha a acontecer? E por outro lado, como advogar na necessidade de atualização sem que haja destruição, reforma? Acreditamos que isto seja nada mais que a síndrome de preservação e registro. Segundo Mário Chagas em palestra realizada na Faculdade de Ciências da Informação na UFMG “É preciso nos permitir o esquecimento, é preciso nos permitir o descarte dos objetos, das coisas”, quando fala sobre a necessidade de identificarmos nos objetivos, através das intencionalidades, a confecção da memória, ou seja, a necessidade de discutir a orientação de um projeto de museu é, também, a necessidade de identificar a nossa orientação enquanto projeto de pesquisa.

O que é tudo isto se não remorso? Remorso em ver apenas uma fotografia que identifica o fundador do MHCG, remorso em imaginar todo um investimento social, intelectual e emotivo na estruturação de um espaço que, quando visitado, irá (iria?) identificar na janela de passado a si mesmo e aos outros. Mas, ainda nas palavras de Mário Chagas, “toda tentativa de destruir esta tensão é destruir os museus”. Então se a tensão fez e faz surgir um museu através de sua história, esperamos ter conseguido fazê-lo atuar através da nossa pesquisa. A tensão em falas desencontradas, a tensão em não conseguir adentrar em certos ciclos e acessar certos personagens, a tensão em buscar estabelecer rede de contatos que não têm interesse em nosso contato. Como não viver toda essa tensão?

Todas as interdições elaboradas ao entrarmos em seus ambientes de exposição; todas as negações ao buscarmos provocar nossos interlocutores com questionamentos acerca de sua legitimidade. Como não viver a tensão que este espaço nos impõe? Como não se incomodar com isto?

Esperamos que este estudo, que é o primeiro acerca da história do MHCG, possa despertar para pesquisa outras tantas ações de preservação, enquanto trajetória histórica, no modo que fazem e constroem conjuntos de diretrizes e regras acerca dos modos de produzir história, memória, sentimento, assim como a construção de identidade. O movimento de reconhecimento, identificação, proteção e promoção do patrimônio, nada mais é de que a atividade de invenção da história, organizada em estruturas institucionais, discursivas e de poder, que por muitas vezes nos parece tão distantes, insensíveis e desconectadas.

Esperamos, desta forma, ter-nos aproximado do **por que de existência** deste lugar. Ainda que dentro de uma trama que busca apresentar-se enquanto coesa e objetiva, talvez deixemos escapar algumas dimensões que também podem se configurar enquanto portas que permitem a elucidação por outro ângulo, esperamos que no conjunto de nossas escolhas tenhamos nos aproximado daquilo que foi proposto a ser problematizado. Esperamos compor, em outras possibilidades de estudo, um panorama maior e completo da atividade do intelectual William Ramos Tejo, assim como um aprofundamento em sua **imaginação museal** para confecção de estruturas narrativas dentro da exposição.

*

A título de conclusão podemos pontuar que, as Ações do Patrimônio Histórico ainda estão bastante distanciadas de uma ação efetiva na cidade de Campina Grande, onde o poder econômico aliado ao poder político ainda promovem ao sabor de suas vontades modificações na paisagem urbana ignorando o sentimento de pertencimento e identidade, reivindicado seja por grupos organizados com caráter político, personalista, seja dissolvido e atuando através da memória coletiva de todos que pertencem mais ou menos ao espaço da cidade atravessado pela cultura. Tais ações organizadas que timidamente se fazem, denunciam tal contexto de destruição e descaso, e demonstram através de suas ações as poucas ligações elaboradas e fragilidade da estrutura de atuação em prol do patrimônio histórico e cultural.

Ainda presenciamos que os agentes de promoção da memória, localizados em lugares estratégicos que possibilitam as suas ações, demonstram pouco interesse em discutir as práticas de preservação com variados outros setores da sociedade, quando não, discutem apenas entre poucos interessados. Atitude que não faz nenhum sentido, ao menos quando pensamos em suas justificativas de ação e existência. Pouco interesse na discussão visceral

destas ações, discussão esta que quando elaborada de forma sincera e comprometida, possibilita o estabelecimento de metas e ações mais significativas.

Embora não tenhamos o objetivo em promover através deste trabalho uma ação de intervenção no MHCG, esperamos elucidar e tornar compreensível os caminhos pelos quais a Ação do Patrimônio permitiu a existência deste espaço, compreender as suas condições de existência e possibilitar que mais a frente outros pesquisadores possam entender o que foi este lugar e propor ações concretas e coerentes com os contextos de criação e ação.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (orgs.). **Memória e Patrimônio**: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- BOURDIEU, Pierre. *Sobre o Poder Simbólico*. In: **O poder simbólico**. Tradução: Fernando Tomaz (14ª edição). Rio de Janeiro: Bertrand, 2010.
- BACHELARD, Gaston. **A poética do Espaço**. Tradução: Antonio de Pádua Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988. 292p.
- BRASIL. Decreto-Lei n. 25/1937 - Organiza a proteção do Patrimônio Cultural no Brasil.
- CHAGAS, Mário. **Há uma gota de sangue em cada museu**: A ótica museológica de Mário de Andrade. Chapecó: Argos, 2006.
- _____. **A imaginação museal**: Museu, memória e poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro. Rio de Janeiro: MinC/IBRAM, 2009.
- CANCLINI, Nestor. *O Patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional*. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 23, 1994, p.94-115.
- CURY, Cláudia Engler. **Políticas Culturais no Brasil**: subsídios para a construção de brasilidade. Tese (doutorado). Faculdade de Educação. Universidade Estadual de Campinas: SP (s.n.), 2002.
- CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. Tradução: Luciano Vieira Machado, São Paulo: Ed. UNESP/ Estação Liberdade, 2001.
- DECRETO-LEI n. 7819 de 24 de outubro de 1978. **Diário Oficial do Estado**. João Pessoa.
- DELGADO, Andréa Ferreira. **A invenção de Cora Coralina na batalhas das memórias**. Tese (doutorado). Universidade Estadual de Campinas: SP, 2003.
- DINOÁ, Ronaldo de Casto. William Tejo. In: **Memórias de Campina Grande**. 2 vol. João Pessoa: A União. s/d.
- Documento de organização do IHGCG. Acervo de Josemir Camilo. Campina Grande, 1948.
- SCOREL, Maria Amélia Arruda. **Museu Histórico de Campina Grande**: sua trajetória histórica e abordagem didática. Monografia (Especialização). Universidade Estadual da Paraíba. Campina Grande, PB, 2004.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em Processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. 6. ed. rev. ampli. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do Discurso**: aula inaugural do Collège de France, pronunciada em 2 de Dezembro de 1970. Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 2009.

FREIRE, Paulo. **Ação Cultural para a liberdade e outros escritos**. (11ª edição) São Paulo: Paz e Terra, 2006.

JULIÃO, Letícia. *Apontamentos sobre a história do museu*. In: **Caderno de Diretrizes Museológicas**. Belo Horizonte: Secretaria de Estado e Cultura/Superintendência de Museus, 2002, pg. 15-28.

LOPES, Vasti Cléa M. C. **Ofício n. 177/00 – 2ª CAOP/PPP**. Campina Grande, PB, 2000

MENESES, Ulpiano T. Bezerra. *A Exposição Museológica e o conhecimento histórico*. In: **Museus: do Gabinete de Curiosidades à Museologia Moderna**. Belo Horizonte, MG: Argvmentvm, 2005.

MOBRAL. **Livro do Município de Campina Grande**. João Pessoa: Unigraf, 1984.

MHCG. Trabalho de recuperação do prédio e do acervo do Museu Histórico de Campina Grande - Realizado no período de 1994 a 1996. Gestão de Walter Tavares.

GONÇALVES, José Reginaldo dos Santos. **A Retórica da Perda**: os discursos do Patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro. Ed. UFRJ; MinC/IPHAN, 1988.

HALBSWACHS, Maurice. **A memória Coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HÖFLING, Eloísa de Mattos. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos Cedex**: políticas públicas e educação. São Paulo: Unicamp, Ano XXI, nº 55, novembro/2001.

HORTA, Maria de Lourdes Parreira *et al.* **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília: IPHAN, Museu Imperial, 1996.

NORA, Pierre. **Lês Lieux de Mémoire**. Paris: Gallimard, t3, v.1, 1993.

_____. *Entre Memória e História: a problemática dos lugares*. Tradução Yara Aun Khoury. **Projeto História**. n. 10 – História e Cultura, p.07-28, São Paulo: EDUC, 1981.

OLIVEIRA, Almir Félix Batista de. **Memória, História e Patrimônio Histórico**: Políticas públicas e a preservação do patrimônio histórico: 2002. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

ORTIZ, Renato. **Cultura Brasileira & Identidade Nacional**. (12ª reimpressão da 5ª edição de 1994). São Paulo: Brasiliense, 2010.

POLLAK, Michael. *Memória, Esquecimento, Silêncio*. **Revista de Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 2, n.3, 1989, p.3-15.

PIMENTEL, Thais Velloso Cougo Pimental (org.). **Reinventando o MHAB: O museu e seu novo lugar na cidade 1993-2003**. Belo Horizonte: Museu Abílio Barreto, 2004.

Prefeitura Municipal de Campina Grande. **Lei Orgânica do Município**. Campina Grande, 05 de abril de 1990.

Prefeitura Municipal de Campina Grande. **Lei de criação do Departamento de Patrimônio Cultural** – n. 599/80. Campina Grande, 25 de Junho de 1980.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das Raças: Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. **A danação do objeto: O museu no ensino de História**. Chapecó: Argos, 2004.

Secretaria de Cultura e Desporto. **Colóquio “Cultura Agora”**. Campina Grande, Maio de 2011

SILVA, Helenice Rodrigues da. **Fragments da História Intelectual: entre questionamentos e perspectivas**. Campinas: Papyrus, 2002.

SOUZA, Fábio Gutemberg Ramos Bezerra. *Cristino Pimentel: Cidade e Civilização em Crônicas*. In: **Paraíba no Império e na República: Estudos de História Social e Cultural**. João Pessoa: Idea, 2005.

TARGINO, Itapuan Bôtto. **Patrimônio Histórico da Paraíba 2000-2002**. João Pessoa: Idea, 2003.

ANEXOS

ANEXO A - Lei n.599/80

Nº 38/80
 Proj. nº44/80

AUTORA
 EMENTA

MARIA LOPES BARBOSA
 Faz denominação de rua e dá ou-
 tras providências.
 Lei: 597/80
 RUA: SINHAZINHA CELINO

Nº 39/80
 Proj. nº48/80

AUTOR
 EMENTA

MESA DA CÂMARA
 Dispõe sobre transferência e
 anulação de dotação orçamentá-
 ria da Câmara de Vereadores, e
 dá outras providências.
 Lei: 598/80

Nº40 /80
 Proj. nº47/80

AUTOR
 EMENTA

PODER EXECUTIVO
 Cria o Departamento de Patrimô-
 nio Cultural e dá outras provi-
 dências.
 Lei:

 Secretaria Geral da Câmara Municipal de Campina
 Grande "Casa de Félix Araújo", em, 13 de janeiro de 1981.

149/47/80



ESTADO DA PARAIBA
MUNICIPIO DE CAMPINA GRANDE
CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
(CASA DE FELIX ARAÚJO)

LEI Nº. _____

Data _____

AUTOGRAFO Nº. 40/80 _____
Projeto de Lei Nº. 47/80 _____
ORIGEM Nº. 25/80 _____ /

EMENTA: Cria o Departamento de Patrimônio Cultural e dá outras providências.

VISTO
TRANSB. 40
Guilherme J. Figueiredo

VISTO
FICHA
at. B. B. B.
30/7/80

AUTOR: PODER EXECUTIVO
M. 20. 900 - 1/79



ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE
(CASA DE FÉLIX ARAUJO)

11

AUTÓGRAFO Nº 140/80

PROJETO DE LEI Nº 47/80
Nº NA ORIGEM - 25/80

538

Cria o Departamento de Patrimônio Cultural e dá outras providências

- Art. 1º - Fica criado o DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO CULTURAL subordinado diretamente a Secretaria de Educação e Cultura.
- Art. 2º - O DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO CULTURAL será composto de:
- a) - divisão de Bibliotecas
 - b) - divisão de Arquivo Público
 - c) - divisão de Museus
 - d) - Divisão de Cinemas e Teatros
- Art. 3º - Ficarão vinculados:
- a) - à DIVISÃO DE BIBLIOTECAS: a Biblioteca Pública Municipal e as Bibliotecas Escolares dos Estabelecimentos de ensino, mantidos pela Secretaria de Educação e Cultura e as que vierem a ser criadas;
 - b) - à DIVISÃO DE ARQUIVO PÚBLICO: o Arquivo Público ora criado constituído do acervo de esferas oficiais e arquivos particulares da comunidade que lhes sejam confiados;
 - c) - à DIVISÃO DE MUSEUS: O Museu Histórico de Campina Grande que ora é criado e os demais existentes e que vierem a ser criados;



ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE
(CASA DE FÉLIX ARAÚJO)

- 2 -

d) - à DIVISÃO DE CINEMAS E TEATROS: o Teatro Municipal "Severino Cabral", o Cinema Municipal ora criado e demais estabelecimentos do gênero que vierem a ser criados pelo Município.

Art. 4º - Compete ao DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO CULTURAL:

- a) - elaborar normas e padrões para recolhimento, preservação e difusão do Patrimônio cultural de Campina Grande, prestar assessoria técnica e coordenar as atividades de planejamento e divulgação dos órgãos que lhe são subordinados;
- b) - estabelecer as diretrizes do sistema;
- c) - realizar estudos para aplicação de técnicas modernas de tratamento do fluxo de informações;
- d) - assessorar tecnicamente as Divisões dando-lhes o suporte necessário para funcionamento;
- e) - incentivar a promoção de programa de ação comunitária como meio de difusão dos serviços das Bibliotecas, Arquivos, Museus, Cinemas e Teatros;
- f) - orientar quanto à denominação de Ruas, Praças, Logradouros, bem como do levantamento biográfico de campinenses natos ou por adoção, que contribuíram para o progresso de Campina Grande, e da Paraíba tanto na literatura como em outros setores de atividades;
- g) - coordenar o controle de estoques de todos os bens sob a sua orientação;
- h) - outras atribuições que sejam decretadas.



ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE
(CASA DE FELIX ARAÚJO)

- 3 -

para a consecução dos seus objetivos.

538

Art. 5º - Compete à DIVISÃO DE BIBLIOTECAS:

- a) - promover a integração das Bibliotecas com Programas Nacionais e Internacionais de Bibliotecas e Economias;
- b) - integrar as Bibliotecas no Sistema de Informações Científicas e Tecnológicas.

Art. 6º - Compete à DIVISÃO DE ARQUIVO PÚBLICO:

- a) - preservar os documentos textuais, audiovisuais, cartográficos e outros, considerados de valor histórico e originário tanto dos poderes Executivos, Legislativos e Judiciários, assim como arquivos particulares e da administração privada;
- b) - elaborar e divulgar os inventários do acervo histórico.

Art. 7º - Compete à DIVISÃO DE MUSEUS:

- a) - estabelecer critérios de aquisição, registros e classificação de peças de interesse histórico;
- b) - desenvolver estudos para estabelecimento de legislação sobre conservação e preservação das peças pertencentes ao acervo do Museu;
- c) - executar a política de preservação da memória nacional neste Município através das atividades museológicas;
- d) - promover exposições, conferências, cursos, estudos, atinentes à sua destinação;
- e) - estabelecer intercâmbio de informações, e a



ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE
(CASA DE FÉLIX ARAÚJO)

[Handwritten signature]

- 4 -

integração, do museu ao sistema Nacional de Museus;

- f)- promover a administração dos demais Museus do Município ora existente ou que vierem a ser criados, diretamente quando for o caso, ou através de contratos, respeitados os já existentes.

Art. 8º- Compete à DIVISÃO DE CINEMAS E TEATROS;

- a) - promover a administração do Cinema Municipal criado nesta lei, diretamente ou através de contrato na forma que a Lei vier estabelecer;
- b) - promover a administração do Teatro Municipal e outros que vierem a ser criados, diretamente quando for o caso, ou através de contrato, respeitados os já existentes.

Art. 9º- Fica criado na Secretaria de Educação e Cultura 1 (hum), cargo de Diretor do Departamento de Patrimônio Cultural, símbolo - 66-2-.

Art.10º- Compete ao Diretor do Departamento de Patrimônio Cultural as atribuições genéricas do Art. 15 do Regulamento Interno da Prefeitura Municipal - Decreto nº 647, de 31 de Agosto de 1979, e aos Chefes das Divisões, às do Art. 16 do referido Diploma Legal, por força da Lei nº 495, de 03 de julho de 1979.

Art.11º- O Instituto Histórico e Geográfico de Campina Grande será considerado Órgão Consultivo para todas as atividades Culturais dos serviços criados nesta Lei

Art.12º- Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um Crédito Especial de Cr\$ 500.000,00 (QUINHENTOS MIL CRUZEIROS), para fazer face às despesas decorrentes desta Lei.

Art.13º- Os recursos correspondentes às despesas referidas



ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE
 (CASA DE FÉLIX ARAÚJO)

- 5 -

598

no artigo anterior serão decorrentes de anulação parcial de dotações orçamentárias vigentes.

Art. 14º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 15º - Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Campina Grande "Casa de Félix Araújo", em, 1º de junho de 1980.

O PRESENTE AUTOGRAFO é cópia fiel do que foi aprovado em Plenário em sessão de 19/06/1980
 Secretaria Executiva da Câmara Municipal de C. Grande em 20/06/1980

VISTO:

[Handwritten Signature]
 Sec. Sec. Comunicação e Arquivo
 Secretário Executivo



ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE
(CASA DE FÉLIX ARAÚJO)

40

PROJETO de LEI Nº 47/80- Nº na origem 025/80
Em 3º de maio de 1980- Data da entrada: 06/06/1980
Autor Poder Executivo

538

EMENTA: CRIA O DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO CULTURAL e dá outras providências.

DISTRIBUIÇÃO

(REGIME DE URGÊNCIA)

A Comissão JUSTIÇA - FINANÇAS

para dar parecer.

S. S. Câmara Municipal 06 de 06 de 1980

[Handwritten signature] Presidente
[Handwritten signature] Secretário

Aprovado em sessão de 16 de julho de 1980 em 1ª. votação.

S. S. Câmara Municipal

[Handwritten signature] Presidente
[Handwritten signature] Secretário

Aprovado em sessão de 16 de julho de 1980 em 2ª. votação.

S. S. Câmara Municipal

[Handwritten signature] Presidente
[Handwritten signature] Secretário

REDAÇÃO FINAL

Aprovado em sessão de 19 de julho de 1980

S. S. Câmara Municipal, de de 19

[Handwritten signature] Presidente
[Handwritten signature] Secretário



ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE
(CASA DE FÉLIX ARAÚJO)

REDAÇÃO FINAL

PROJETO DE LEI Nº 47/80
Nº NA ORIGEM - 25/80

Cria o Departamento de Patrimônio Cultural e dá outras providências

Art. 1º - Fica criado o DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO CULTURAL subordinado diretamente a Secretaria de Educação e Cultura.

Art. 2º - O DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO CULTURAL será composto de:

- a) - divisão de Bibliotecas
- b) - divisão de Arquivo Público
- c) - divisão de Museus
- d) - Divisão de Cinemas e Teatros

Art. 3º - Ficarão vinculados:

- a) - à DIVISÃO DE BIBLIOTECAS: a Biblioteca Pública Municipal e as Bibliotecas Escolares dos Estabelecimentos de ensino, mantidos pela Secretaria de Educação e Cultura e as que vierem a ser criadas;
- b) - à DIVISÃO DE ARQUIVO PÚBLICO: o Arquivo Público ora criado constituído do acervo de esferas oficiais e arquivos particulares da comunidade que lhes sejam confiados;
- c) - à DIVISÃO DE MUSEUS: O Museu Histórico de Campina Grande que ora é criado e os demais existentes e que vierem a ser criados;



ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE
(CASA DE FÉLIX ARAUJO)

- 2 -

- d) - à DIVISÃO DE CINEMAS E TEATROS: o Teatro Municipal "Severino Cabral", o Cinema Municipal ora criado e demais estabelecimentos do gênero que vierem a ser criados pelo Município.

Art. 4º - Compete ao DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO CULTURAL:

- a) - elaborar normas e padrões para recolhimento, preservação e difusão do Patrimônio cultural de Campina Grande, prestar assessoria técnica e coordenar as atividades de planejamento e divulgação dos órgãos que lhe são subordinados;
- b) - estabelecer as diretrizes do sistema;
- c) - realizar estudos para aplicação de técnicas modernas de tratamento do fluxo de informações;
- d) - assessorar tecnicamente as Divisões dando-lhes o suporte necessário para funcionamento;
- e) - incentivar a promoção de programa de ação comunitária como meio de difusão dos serviços das Bibliotecas, Arquivos, Museus, Cinemas e Teatros;
- f) - orientar quanto à denominação de Ruas, Praças, Logradouros, bem como do levantamento biográfico de campinenses natos ou por adoção, que contribuíram para o progresso de Campina Grande, e da Paraíba tanto na literatura como em outros setores de atividades;
- g) - coordenar o controle de estoques de todos os bens sob a sua orientação;
- h) - outras atribuições que sejam decretadas.

para a consecução dos seus objetivos.

Art. 5º - Compete à DIVISÃO DE BIBLIOTECAS:

- a) - promover a integração das Bibliotecas com Programas Nacionais e Internacionais de Biblioteca concêntricas;
- b) - integrar as Bibliotecas no Sistema de Informações Científicas e Tecnológicas.

Art. 6º - Compete à DIVISÃO DE ARQUIVO PÚBLICO:

- a) - preservar os documentos textuais, audiovisuais, cartográficos e outros, considerados de valor histórico e originário tanto dos poderes Executivos, Legislativos e Judiciários, assim como arquivos particulares e da administração privada;
- b) - elaborar e divulgar os inventários do acervo histórico.

Art. 7º - Compete à DIVISÃO DE MUSEUS:

- a) - estabelecer critérios de aquisição, registros e classificação de peças de interesse histórico;
- b) - desenvolver estudos para estabelecimento de legislação sobre conservação e preservação das peças pertencentes ao acervo do Museu;
- c) - executar a política de preservação da memória nacional neste Município através das atividades museológicas;
- d) - promover exposições, conferências, cursos, estudos, atinentes à sua destinação;
- e) - estabelecer intercâmbio de informações, e a

ESTADO DA PARAIBA
 CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE
 (CASA DE FÉLIX ARAUJO)

- 4 -

integração, do museu ao sistema Nacional de Museus;

- f) - promover a administração dos demais Museus do Município ora existente ou que vierem a ser criados, diretamente quando for o caso, ou através de contratos, respeitados os já existentes.

Art. 8º. Compete à DIVISÃO DE CINEMAS E TEATROS:

- a) - promover a administração do Cinema Municipal criado nesta lei, diretamente ou através de contrato na forma que a Lei vier estabelecer;
- b) - promover a administração do Teatro Municipal e outros que vierem a ser criados, diretamente quando for o caso, ou através de contratos, respeitados os já existentes.

Art. 9º. Fica criado na Secretaria de Educação e Cultura 1 (um), cargo de Diretor do Departamento de Patrimônio Cultural, símbolo - 66-2-.

Art. 10º. Compete ao Diretor do Departamento de Patrimônio Cultural as atribuições genéricas do Art. 15 do Regulamento Interno da Prefeitura Municipal - Decreto nº 647, de 31 de Agosto de 1979, e aos Chefes das Divisões, às do Art. 16 do referido Diploma Legal, por força da Lei nº 495, de 03 de julho de 1979.

Art. 11º. O Instituto Histórico e Geográfico de Campina Grande será considerado Órgão Consultivo para todas as atividades Culturais dos serviços criados nesta Lei.

Art. 12º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um Crédito Especial de Cr\$ 500.000,00 (QUINHENTOS MIL CRUZEIROS), para fazer face às despesas decorrentes desta Lei.

Art. 13º. Os recursos correspondentes às despesas referidas

ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE
(CASA DE FELIX ARAUJO)

- 5 -

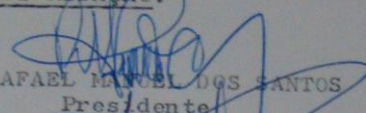
no artigo anterior serão decorrentes de anulação parcial de dotações orçamentárias vigentes.

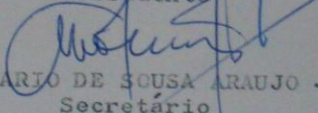
Art. 14º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

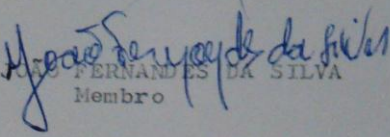
Art. 15º - Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Campina Grande "Casa de Félix Araújo",
em, 17 de junho de 1980.

COMISSÃO DE REDAÇÃO:


RAFAEL MANOEL DOS SANTOS
Presidente


MARIO DE SOUSA ARAUJO -
Secretário


JOÃO FERNANDES DA SILVA
Membro



ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE
 (CASA DE FÉLIX ARAÚJO)

Parecer favorável ao Projeto de Lei nº 47 / 80.

COMISSÃO DE FINANÇAS:

1 - Ao oferecer o presente PARECER FAVORÁVEL à aprovação do presente Projeto de Lei, cumpre-nos propor a seguinte emenda:

Emenda nº 1

Onde se lê, no "caput" do art.12º, a expressão "fica aberto", leia-se:

"Fica o Poder Executivo autorizado a abrir".

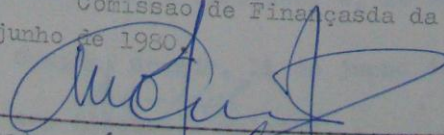
Justifica-se a presente emenda pela obrigação de determinação dos recursos disponíveis para a abertura do Crédito Especial. Eles serão oriundos de anulação parcial de dotações orçamentárias, segundo dispõe o art.13º do projeto sob estudo. Entretanto a Lei nº 4320 dispõe, como exigência, que sejam definidos os recursos e no caso, deverão constar as rubricas, programas, sub-programas e atividades. E isso será feito por Decreto.

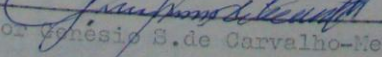
Com a Emenda nº 1 é feita a autorização para essa abertura, devendo o Poder Executivo fazer a definição das rubricas orçamentárias a anular.

Com a emenda proposta, oferecemos nosso parecer favorável à aprovação do presente projeto.

É o parecer.

Comissão de Finanças da Casa de Félix Araújo, em 16 de junho de 1980.


 Vereador Marto de S. Araújo-Pres e Rel.


 Vereador Genésio S. de Carvalho-Membro

V. Verso

COMISSÃO DE JUSTIÇA
P A R E C E R

O anteprojeto de lei nº 47/80, de 06 de junho de 1980, de autoria do Poder Executivo, em regime de urgência, objetiva criar o departamento de patrimônio cultural, conforme se identifica da ementa.

A criação do Departamento de Patrimônio Cultural ficará subordinado diretamente à Secretaria de Educação e Cultura, como se infere do art. 1º do mencionado anteprojeto.

Acresce salientar, por oportuno, que os artigos - 12º e 13º do referido anteprojeto, fazem referência a abertura de um crédito especial de Cr\$ 500.000,00 (quinhentos mil - cruzeiros) decorrentes de anulação parcial de dotações orçamentárias vigentes, aspectos de interesse da Câmara que deverão ser analisados pela Comissão de Finanças, como matéria - privativa.

Uma verdade indiscutível emerge da Mensagem: " O desenvolvimento do nosso Município, que está, felizmente, em processo irreversível e rápido, deve ser abrangente e harmonioso para que todos os segmentos da comunidade dele se beneficiem da melhor maneira ".

A matéria é de competência do Poder Executivo, por privatividade, conforme se infere do inciso V, parágrafo único do art. 113 do Regimento Interno.

Diante do exposto, tratando-se de pleito constitucional, jurídico e de boa técnica legislativa, somos de parecer favorável à sua normal tramitação e, no mérito, pela sua aprovação.

Campina Grande, 11 de junho de 1980.

Ary Ribeiro
Ary Ribeiro - relator

Presidente da Comissão de Justiça .

Estamos de acordo com o parecer do Relator.

Rafael Manuel dos Santos
Rafael Manuel dos Santos
Membro

João Fernandes de Silva
João Fernandes de Silva
Secretário



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE
GABINETE DO PREFEITO

MENSAGEM Nº 025/80.

- Em, 30 de maio de 1980.

Exmº Sr.
Dr. JOSÉ SOBREIRA TARGINO
DD. Presidente da Câmara de Vereadores
Acata.

SENHOR PRESIDENTE;
SENHORES VEREADORES:

Honra-nos encaminhar para apreciação e deliberação dos Senhores Ilustres Vereadores, esta Mensagem, com o Projeto de Lei em anexo, que cria o Departamento de Patrimônio Cultural.

O desenvolvimento do nosso Município, que está, felizmente, em processo irreversível e rápido, deve ser abrangente e harmonioso para que todos os segmentos da comunidade dele se beneficiem da melhor maneira.

A Administração Pública deve dinamizar sua funcionalidade para acompanhar a marcha do progresso em todos os sentidos.

O aspecto cultural insere-se no contexto das primeiras preocupações do governo e Campina Grande não pode deixar de engajar-se no processo de valorização dessas atividades.

Por isso é que, em consonância com a política cultural do País, a filosofia de ação e prática administrativa vigente nas esferas federal e estadual, temos de adaptar a nossa estrutura funcional de tal forma que possamos integrar nossos projetos aos projetos nacionais de interesse cultural tal como o PRO-MEMÓRIA do Ministério da Educação e Cultura.

Explicamos que a estrutura do Departamento (art. 2º), constará de:

a) - uma Divisão que coordenará a Biblioteca Municipal Central e as bibliotecas escolares bem como bibliotecas de Bairros que pretendemos criar em futuro próximo;

b) - Divisão de Arquivo Público: órgão que ora se cria com ...



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE

2.

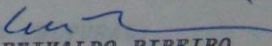
a finalidade de recolher, preservar para a posteridade o documentário de nossa civilização, tanto selecionando papeis, escritos e documentos gráficos da administração pública de qualquer esfera, quanto de particular que os queiram doar para a conservação da memória campinense. A quem cabe lembrar que a Prefeitura Municipal com o apoio dos ilustres Vereadores já colocou em funcionamento o Centro de Microfilmagem que está dando excelentes resultados com o moderno processo de fixação dos documentos úteis à Administração, que ficarão sob tal forma guardados no Arquivo Administrativo, ao mesmo tempo em que libera os velhos papeis para colocação no Arquivo Público, polivalente e comunitário, à disposição dos estudiosos da nossa história. Vale salientar que o edifício adequado está sendo construído com aproveitamento do Instituto Histórico de Campina Grande;

c) - Divisão de Museus: cria-se com este Projeto o Museu Histórico de Campina Grande, destinado à guarda, tratamento especializado e estudos do nosso acervo histórico. Deixa oportunidade a que os Museus anteriormente existentes e que estejam sendo operados em regime de convênios com outras entidades, tais como o Museu de Artes e o Museu do Algodão, ao voltarem à administração direta o sejam através do órgão agora criado;

d) - Divisão de Cinemas e Teatro: será encarregada de prover a administração do futuro Cinema Municipal cujo edifício já está sendo construído no Parque do Açude Novo; também nela será incluído o Teatro Municipal "Severino Cabral" quando voltar à administração direta, bem assim estabelecimentos congêneres que vierem a ser criados.

Pela relevância da matéria e em face da necessidade de captação de recursos em aproveitamento de dotações do governo Federal destinados ao PRO-MEMÓRIA, solicitamos o empenho sempre presente dos nobres Vereadores no sentido de ser aprovado o presente Projeto em CARÁTER DE URGÊNCIA.

Atenciosamente


ENIVALDO RIBEIRO

- Prefeito -



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE
 GABINETE DO PREFEITO

PROJETO DE LEI nº 025/80.

- De 30 de maio de 1980.

PROJETO DE LEI Nº 47/80

CRIA O DEPARTAMENTO DE
 PATRIMÔNIO CULTURAL e
 dá outras providências.

ART. 1º - Fica criado o DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO CULTURAL subordinado diretamente a Secretaria de Educação e Cultura.

ART. 2º - O DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO CULTURAL será composto de:

- a) - divisão de Bibliotecas
- b) - divisão de Arquivo Público
- c) - divisão de Museus
- d) - Divisão de Cinemas e Teatros

ART. 3º - Ficarão vinculados:

- a) - à DIVISÃO DE BIBLIOTECAS: a Biblioteca Pública Municipal e as Bibliotecas Escolares dos Estabelecimentos de ensino, mantidos pela Secretaria de Educação e Cultura e as que vierem a ser criadas;
- b) - à DIVISÃO DE ARQUIVO PÚBLICO: o Arquivo Público ora criado constituído do acervo de esferas oficiais e arquivos particulares da comunidade que lhes sejam confiados;
- c) - à DIVISÃO DE MUSEUS: O Museu Histórico de Campina Grande que ora é criado e os demais existentes e que vierem a ser criados;
- d) - à DIVISÃO DE CINEMAS E TEATROS: o Teatro Municipal "Severino Cabral", o Cinema Municipal ora criado e demais estabelecimentos do gênero que vierem a ser criados pelo Município.

ART. 4º - Compete ao DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO CULTURAL:

...



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE

2.

- a) - elaborar normas e padrões para recolhimento, preservação e difusão do Patrimônio cultural de Campina Grande, prestar assessoria técnica e coordenar as atividades de planejamento e divulgação dos órgãos que lhe são subordinados;
- b) - estabelecer as diretrizes do sistema;
- c) - realizar estudos para aplicação de técnicas modernas de tratamento do fluxo de informações;
- d) - assessorar tecnicamente as Divisões dando-lhes o suporte necessário para funcionamento;
- e) - incentivar a promoção de programa de ação comunitária' como meio de difusão dos serviços das Bibliotecas, Arquivos, Museus, Cinemas e Teatros;
- f) - orientar quanto à denominação de Ruas, Praças, Logradouros, bem como do levantamento biográfico de campinenses natos ou por adoção, que contribuíram para o progresso de Campina Grande, e da Paraíba tanto na literatura como em outros setores de atividades;
- g) - coordenar o controle de estoques de todos os bens sob a sua orientação;
- h) - outras atribuições que sejam decretadas para a consecução dos seus objetivos.

ART. 5º - Compete à **DIVISÃO DE BIBLIOTECAS**:

- a) - promover a integração das Bibliotecas com Programas Nacionais e Internacionais de Biblioteconomias;
- b) - integrar as Bibliotecas no Sistema de Informações Científicas e Tecnológicas.

ART. 6º - Compete à **DIVISÃO DE ARQUIVO PÚBLICO**:

- a) - preservar os documentos textuais, audiovisuais, cartográficos e outros, considerados de valor histórico e originário tanto dos poderes Executivos, Legislativos e Judiciários, assim como arquivos particulares e da administração privada;
- ...



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE

3.

b) - elaborar e divulgar os inventários do acervo histórico.

ART. 7º - Compete à **DIVISÃO DE MUSEUS**:

- a) - estabelecer critérios de aquisição, registros e classificação de peças de interesse histórico;
- b) - desenvolver estudos para estabelecimento de legislação sobre conservação e preservação das peças pertencentes ao acervo do Museu;
- c) - executar a política de preservação da memória nacional neste Município através das atividades museológicas;
- d) - promover exposições, conferências, cursos, estudos, atinentes à sua destinação;
- e) - estabelecer intercâmbio de informações, e a integração, do museu ao sistema Nacional de Museus;
- f) - promover a administração dos demais Museus do Município ora existente ou que vierem a ser criados, diretamente quando for o caso, ou através de contratos, respeitados os já existentes.

ART. 8º - Compete à **DIVISÃO DE CINEMAS E TEATROS**:

- a) - promover a administração do Cinema Municipal criado nesta lei, diretamente ou através de contrato na forma que a Lei vier estabelecer;
- b) - promover a administração do Teatro Municipal e outros que vierem a ser criados, diretamente quando for o caso, ou através de contratos, respeitados os já existentes.

ART. 9º - Fica criado na Secretaria de Educação e Cultura 1 (hum), cargo de Diretor do Departamento de Patrimônio Cultural, símbolo - CC-2 -.

ART. 10º - Compete ao Diretor do Departamento de Patrimônio Cultural as atribuições genéricas do Art. 15 do Regimento Interno da Prefeitura Municipal - Decreto nº 647, de 31 de Agosto de 1979, e aos Chefes das Divisões, às do Art. 16 do referido'

...



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE

4.

Diploma Legal, por força da Lei nº 495, de 03 de julho de 1979.

ART. 11º - O Instituto Histórico e Geográfico de Campina Grande será considerado Órgão Consultivo para todas as atividades Culturais dos serviços criados nesta Lei.

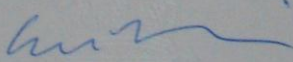
ART. 12º - (Fica aberto) um Crédito Especial de CR\$ 500.000,00 (QUINHENTOS MIL CRUZEIROS), para fazer face às despesas de correntes desta Lei.

ART. 13º - Os recursos correspondentes às despesas referidas no artigo anterior serão decorrentes de anulação parcial de dotações orçamentárias vigentes.

ART. 14º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

ART. 15º - Revogam-se as disposições em contrário.

Campina Grande, 30 de maio de 1980.


ENIVALDO RIBEIRO

Prefeito

GUIA.

DMP - 01

**ANEXO B – Trabalho de Recuperação do prédio e do acervo do Museu Histórico de
Campina Grande**

Proc. Assessoria

TRABALHO DE RECUPERAÇÃO DO
PRÉDIO E DO ACERVO DO MUSEU
HISTÓRICO DE CAMPINA GRANDE
REALIZADO NO PERÍODO DE 1994 À 1996.

GESTÃO WALTER TAVARES- DIRETOR DO
DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO
CULTURAL.

1ª SALA DE EXPOSIÇÃOSANDUICHE DE VIDRO - 1

SÉC. XVIII

Em fins do séc. XVIII, os Engenhos de Farinha - "Casa de Farinha" - levaram os lavradores a transformarem a povoação de Campina Grande, em ponto de convergência de tropeiros e boiaqueiros dos Sertões. Da farinha fabricada nos sítios campinenses, nasceu o comércio deste artigo, que era vital para a economia do povoado.

SANDUICHE DE VIDRO - 2

SÉC. XVIII

Em fins do séc. XVIII, a pecuária era um forte esteio de economia da povoação de Campina Grande. Daí a construção dos "Currais de Pedra" para evitar que o gado devastasse as lavouras existentes. Além dos Currais de Pedra existia também o chamado "Travessão" - uma cerca de madeira limitando as regiões da pecuária e da agricultura, dentro da qual, ficou virtualmente proibido conservar o gado em liberdade.

SANDUICHE DE VIDRO - 3

1697 - Representação da chegada dos Índios Ariús em Campina Grande, traidos por Teodósio de Oliveira Ledo, em 1697, vindos do Vale das Piranhas. Nessa ocasião, foi lançado os fundamentos do Arraial, que posteriormente transformou-se em Campina Grande.

PEÇAS

- TIJOLOS E TELHAS, da construção deste prédio, em 1814.

SANDUICHE DE VIDRO - 4

1790 - Em 1701 foi erguida a primeira Capela de Campina Grande. Em 1790, com a fundação da Vila Nova da Rainha, funcionou na Capela, o Primeiro Senado da Câmara, até quando foi inaugurado a Casa da Câmara e Cadeia em 1814.

SANDUICHE DE VIDRO - 5

1824 - Frei Caneca e outro revolucionario, quando pernoitaram presos, neste prédio, no dia 12 de dezembro de 1824.

ALÇAPÃO - 1824

Por este "Alçapão" desciam os detentos, por intermédio de uma escada, que era depois retirada. Fechado o alçapão, o preso ficava totalmente isolado e sem condições de fugir.

PAINEL 1

Roteiro da Exposição

PAINEL 2

Síntese Cronológica

- 1697 - Aldeamento dos índios Ariús no sítio de Campina Grande, pelo Capitão-Mor dos sertões, Teodósio de Oliveira Lêdo.
- 1750 - Campina Grande foi elevada à Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres (São João do Cariri).
- 1787 - Antônio Felipe Soares de Andrade Brederodes (Desembargador) propôs, em 28 de março de 1787, ao governador de Pernambuco, a criação de três vilas, sendo uma nos Cariris.
- 1790 - Campina Grande é elevada à Vila, com a denominação de VILA NOVA DA RAINHA.
- 1814 - Inaugurado o Edifício do Senado, da Câmara, no Largo da Matriz, que também servia de cadeia (atual prédio do Museu Histórico de Campina Grande).
- 1822 - Criação da primeira escola da Vila.
- 1824 - Participação de Campina Grande na Confederação do Equador, em Pernambuco.
- 1826 - Inauguração da Casa do Mercado, no Largo da Matriz, construída por Baltazar Gomes Pereira.
- 1830 - Concluída a construção do Açude Velho.
- 1831 - Concluída a construção do Açude Novo.
- 1848 - Participação de Campina Grande na Revolução Praeira, em Pernambuco.
- 1852 - Sedição popular, denominada "RONCO DA ABELHA".
- 1864 - CAMPINA GRANDE é elevada à cidade.
- 1874 - Revolta dos QUEBRA-QUILOS.
- 1876 - Criação do primeiro Colégio Eleitoral de Campina Grande, que contava com 34 eleitores.
- 1879 - Inaugurado o PAÇO MUNICIPAL.
- 1888 - Publicado o primeiro número do Semanário GAZETA DO SERTÃO.

- 1895 - A Lei Municipal nº 27, cria em cada Município o lugar de Prefeito.
- 1897 - Inauguração da primeira Agência Telegráfica em Campina Grande.
- 1904 - O Governo da União assina contrato com a GREAT WESTERN para a construção da Ferrovia ITABAIANA-CAMPINA GRANDE.
- 1907 - Inauguração oficial da Estação Ferroviária e a chegada do primeiro trem.
- 1914 - Aparece na cidade, o primeiro automóvel. Era um "Studebaker" da garage Londres, de João Pessoa. Veio em trânsito para Soledade e Taperoá, conduzindo o Dr. Seráfico da Nóbrega e os comerciantes Manoel Soares Londres e João Vergara.
- 1916 - Inauguração da barragem do açude Bodocongô.
- 1919 - Fundação da Associação dos Empregados do Comércio.
Inauguração da luz elétrica.
Instalação do Posto Anti-Ofídico do Instituto Vital Brasil.
- 1922 - Inauguração do Monumento à Independência, no Largo da Matriz, em frente ao Paço Municipal.
- 1923 - Fundada a Loja Maçonica "Regeneração Campinense".
Inaugurada a Agência do Banco do Brasil - primeiro estabelecimento de crédito da cidade. Gerente: José Arrais de Alencar.
- 1925 - Inauguração da primeira Fábrica de Sabão, e inauguração do Mercado Público.
- 1926 - Início do tráfego de BONDES, que funcionavam a gasolina.
- 1927 - Inauguração do Serviço de Abastecimento d'Água de Puxinanã.
- 1930 - A guarnição federal da cidade e todos liberais apoiaram a Revolução.
- 1933 - Inauguração de Edifício dos Correios e Telégrafos no Largo do Rosário.
Getúlio Vargas visita Campina Grande.
- 1934 - Inaugurada a 1ª Usina de Pasteurização do Leite.
- 1937 - Inauguração do Serviço de Telefones automáticos.
- 1940 - Fundação do Aeroclube de Campina Grande.

PAINEL 3

1697 - ROTAS DE COLONIZAÇÃO

Mapa de colonização da Paraíba do Norte, mostrando as ENTRADAS de:

- ELIAS HERCKMAN (1639)
Holandês, diretor autêntico da ocupação holandesa na Paraíba, enfrentou os sertões à procura de jazidas de ouro e prata.
- MANUEL FIGUEIRA (1682)
- ANTÔNIO DE OLIVEIRA LÊDO (1663)
- TEODÓSIO DE OLIVEIRA LÊDO (1697)

Os Oliveira Ledo vieram da Bahia dispostos a criar gado. Antônio de Oliveira Ledo foi quem montou a primeira fazenda da Cariri-Boqueirão. O exemplo dos Oliveira Ledo foi seguido por vários colonos.

A colonização do Interior do Estado da Paraíba foi muito lenta, havendo passado mais de 100 anos sem que a capital tivesse conhecimento da existência das localidades do BOQUEIRÃO e PIRANHAS. A integração da Capitania só foi realizada no final do séc. XVII, com a incorporação das terras do Cariri e dos Sertões.

PAINEL 4

1697 - POPULAÇÃO INDÍGENA

Mapa da POPULAÇÃO INDÍGENA da Paraíba do Norte, séc. XVII, mostrando as seguintes tribos existentes:

- TUPI
- POTIGUARA
- TABAJARA
e as aldeias dos índios
- CARIRIS
- ARIÚS
- SUCURUS
- PARATIS
- CUREMAS
- JANDUIS
- ICÓS

Os ANIÚS se formaram no aldeamento de Campina Grande, são oriundos do Vale do Rio Piranhas, trazidos por Teodósio de Oliveira Ledo, em 1697.

PAINEL 5

1697 - CARTA DE ALBERGARIA

Cópia fotográfica do original da carta de D. MANUEL SOARES DE ALBERGARIA, em 1697, ao Rei de Portugal, solicitando religiosos para catequizar os Índios.

Na época, eram quatro Ordens Religiosas na Capitania da Paraíba do Norte:

- JESUÍTAS
- FRANCISCANOS
- BENEDITINOS
- CARMELITAS

Foram os Padres Jesuítas que catequisaram os Índios Ariús, que povoavam o Cariri e Campina Grande.

Cópia da Carta de D. Manuel Soares de Albergaria.

Senhor,

O Capitão-mor da Parayba, Manuel Soares de Albergaria em carta de 14 de mayo deste anno dá conta a V. Magestade em como no princípio de Dezembro de 1697 fôra aquella cidade o Capitão-mor das Piranhas de Piancó, Theodósio de Oliveira Ledo e o informara do estado em que se achavão os certoens daquelle districto, despovoados das invasoens que tinha feito o gentil bárbaro Tapuya ee que era conveniente que estes se tornassem a povoar com gados e curraes asy pela utilidade que resultava a Fazenda Real no crescimento dos dizimos como pela conveniência de toda aquella capitania pela muita quantidade de gados e pastos que havia; para o que lhe era necessario que elle capitam o ajudasse com alguma gente e municoens para nas ditas Piranhas fazer arrayal; que trouxera consigo huma nação de Tapuyas chamadas Arius, que estão aldeados juntos aos careris onde chamão a Campina Grande e querião viver como vassalos de V. Magestade e reduzirem-se a Nossa Santa Fé Catholica dos quais era principal um Tapuya de boa traça,

+

07.

e muito fiel chamado Cavalcanti, os quaes forão com o dito Capitão-mor e 40 carerês, e 16 índios que tirara das aldeas e dez soldados daquella praça, mandando-lhe consertar as armas e dando quatro arrobas de polvora e balla, quarenta alqueires de farinha e algumas carnes; e partindo no 1º de janeiro do anno passado fôra com o dito Capitão-mor hum religioso de Santo Antoneo, a quem particularmente encomenara conversão daquelle gentio, e pela carta inclusa do dito capitão-mor, seria presente a V. Magestade o bom successo que Nosso Senhor foi servido dar-lhe; e que estava esperando pelo capitão-mor para fazer outra entrada e lhe constara se hião juntado muitos gados para hirem povoar as Piranhas, onde se devia fazer arrayal para segurança dos povoados.

Ao Conselho parece fazer presente a V. Magestade o que escreve o Capitão-mor da Parayba o bom successo que se teve na campanha com os índios nossos inimigos; e que o que obrou Theodósio de Oliveira Ledo se deve estranhar mui severamente em matar a sangue frio muitos índios que tomou na guerra, que suposto insinua erão capazes, isso não tira que era mais conveniente que se usasse com elles de toda a piedade, por que o exemplo do rigor que com elles executou, seria dá occasião a fazer aos mais nossos contrarios vendo a nossa impiedade; e que assim se fez êste caso digno de hum exemplar castigo; enquanto a situação do arrayal se approva o que nesta porta se assentou, pois se entende que se escolheria o que se tivesse por mais conveniente.

Lisboa 3 de setembro de 1699.

José de Freitas Serrão

Miguel Nunes de Mesquita

O Conde de Alvor, Francisco Pereira da Silva

PAINEL 6

1790 - ATA DE FUNDAÇÃO DA VILA NOVA DA RAINHA

No dia 20 de abril de 1790, o Povoado de Campina Grande foi elevada à Vila. O ato contou com a presença do Desembargador Antonio Felipe de Andrade Brederodes, Ouvidor e Auditor Geral do Crime e do Civil, em toda Comarca da Paraíba do Norte e nele Corregeda. Também presentes ao ato, as autoridades locais e o povo em geral.

X

08.

Nesta mesma ocasião, o Desembargador Antônio Felipe de Andra de Brederodes, deu posse aos membros do Primeiro Senado da Câmara e foi inaugurado o Pelourinho, que era símbolo do Poder Municipal.

Assinaram a ata de instalação, quarenta ilustres campinenses da época, além das autoridades presentes.

PAINEL 7

1698 - MAPA DE ANDREAS HORATY

Mapa de ANDREAS ANTONIUS HORATY, publicado em Roma, no ano de 1698, na obra de Frei Giuseppe Santa Tereza: "Istoria Delle Guerre del Regne del Brasile Accadute tra la Cerena de Portu gale e La Republica de Olanda".

Este MAPA mostra os pontos interiores do Estado da Paraíba, mais distantes da "FREDERICK" (cidade de João Pessoa).

Entre eles, CAMPINA GRANDE aparece como povoação.

PAINEL 8

1814 - PRÉDIO DO MUSEU-HISTÓRICO

Este prédio teve sua construção iniciada em 1812, tendo sido inaugurado em 1814.

A parte térrea serviu como cadeia e no primeiro andar foi instalada a Casa da Câmara, tendo funcionado neste local, durante 60 anos.

CARACTERÍSTICAS DO PRÉDIO:

- A escada que dava acesso ao primeiro andar era externa;
- No térreo que servia como CADEIA, não havia portas e janelas. Havia apenas dois óculos com grades de ferro, para entrada de ar e luz.
- O acesso ao térreo era feito através de um ALÇAPÃO, localizado no primeiro andar. O prisioneiro descia para o térreo, por uma escada que depois era retirada.
- Até o ano de 1895, quando foi ampliado, o prédio contava apenas com dois salões: o térreo que servia de Cadeia e o primeiro andar onde funcionava a Casa da Câmara.

+

09.

- Com a inauguração do Paço Municipal e da Nova Cadeia, nas proximidades da Igreja do Rosário, em 1879, este prédio ficou desocupado.
- Em 1895, quando Campina Grande já era cidade o Governo Federal recebeu o prédio como doação da Prefeitura, para instalar no primeiro andar, a Agência do TELÉGRAFO, a primeira da cidade, inaugurada em 13 de janeiro de 1896.
- O Governo Federal remodelou o prédio, aumentando-o consideravelmente: a velha escada externa foi demolida e uma outra foi construída no seu interior. Foram feitas duas portas no térreo do prédio.
- O Telégrafo funcionou neste prédio até 1933, quando foi transferido para um novo local, na Administração de Prefeito Lafayette Cavalcanti.
- Em 1935, foi instalado o Serviço Médico da INSPECTORIA DE OBRAS CONTRA AS SECAS. Nessa ocasião o prédio passou a contar com tres portas no térreo e tres portas no primeiro andar.
- Em 1965, serviu como primeira sede da Reitoria da UNIVERSIDADE REGIONAL DO NORDESTE e do MUSEU DE ARTES. Atualmente, na Administração do Prefeito ENIVALDO RIBEIRO, este prédio foi totalmente restaurado, conservando suas características primitivas, para que nele funcionasse o MUSEU HISTÓRICO DA CIDADE DE CAMPINA GRANDE.

PAINEL 9

1864 - ELEVÇÃO À CIDADE

A lei que eleva uma Vila a categoria de Cidade, era discutida e aprovada pela ASSEMBLÉIA PROVINCIAL, instalada na Capitania do Estado. Depois de aprovada, era sancionada pelo Presidente da Província.

A lei nº 127, que elevou a Vila de Campina Grande à categoria de CIDADE, foi discutida e aprovada pela 15ª Legislatura, composta por trinta Deputados Provinciais havendo entre os mesmos um representante de Campina Grande, o Pe. Francisco Alves Pequeno, filiado ao Partido Liberal.

A lei nº 127, foi assinada pelo Presidente da Província da Paraíba do Norte Dr. Sinval Odorico de Moura, no dia 11 de outubro de 1864.

LEI Nº 127

"SINVAL ODORICO DE MOURA, Bacharel, formado em Ciências Jurídicas e Sociais, pela Academia de Olinda, Oficial da Imperial ORDEM DA ROSA e PRESIDENTE DA PROVÍNCIA DA PARAÍBA DO NORTE: Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembléia Legislativa Provincial resolveu, e eu sanciono a LEI seguinte:
Art. Único - A Vila de Campina Grande fica elevada a categoria de CIDADE, conservando a mesma denominação e revogadas as disposições em contrário.

Mando portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução da presente RESOLUÇÃO pertencer, que a cumpram e façam cumprir e guardar tão inteiramente como nela se contém. O secretário desta Província a faça imprimir publicar e correr.

Palácio do Governo da Paraíba, em 11 de outubro de 1864.

SINVAL ODORICO DE MOURA".

TOTEM 1 - A

SÉC. XVIII - AGRICULTURA

O sustentáculo econômico de Campina Grande desde a época em que foi Freguesia e Vila, deveu-se aos "ENGENHOS DE FARINHA DE PAU" - Casa de Farinha - e à Pecuária. Graças à farinha fabricada nos sítios campinenses, nasceu o comércio desse artigo. Colonos pobres se socorriam da indústria e comércio farináceo como "tábua de salvação" e que veio a servir como mais um fator de progresso local.

Campina Grande, e somente ela na Capitania, experimentou a influência da "civilização da farinha". Ela foi a primeira etapa da evolução comercial e graças a ela, na Aldeia se criou freguesia e erigiu vila.

As terras de Campina Grande denunciavam diferenças geológicas específicas:

- AO NORDESTE: o solo era montanhoso, com terras roxas, árvores frondosas nos altos e baixos, água doce de inúmeros mananciais. Era o BREJO.

11.

- AO NOROESTE: o sol era levemente acidentado, terra arenosa, vegetação xerófila, água salobra, ausências de manaciais. Era o AGRESTE.
- AO SUDESTE: planícies, árvores enfezadas nos tabuleiros e frondosas nas margens dos ribeiros, água abundante. Era a CAATINGA.
- AO SUDOESTE: planícies, vegetação rarefeita e entremeada de cactáceas. Pouca água. Era o CARIRI.

Essas características determinaram os diversos rumos que os primeiros agricultores deveriam tomar.

TOTEM 1 - B

SÉC. XVIII - PECUÁRIA

Até o fim do Século XIX, a economia de Campina Grande foi sustentada pelo comércio da pecuária e de produtos agrícolas. A maior ambição do colono era criar rebanhos. A pecuária antecedeu à agricultura nas regiões do Planalto da Borborema e dos Sertões, influenciando a preferência dos colonos pelas terras apropriadas à criação.

Os campos da Caatinga e do Cariri não demoraram a se povoar de rebanhos. O gado bovino era em maior quantidade, seguindo-se o cavalariço, o caprino, o lanífero, o mular e o asinino.

Para evitar que o gado devastasse as lavouras, o colono construía os cercados em volta dos roçados. Os rebanhos aclimatavam-se nos campos das zonas mais enxutas e sadias, ficando assim a divisão entre "TERRAS DE PLANTAR E TERRAS DE CRIAR".

Entretanto, apesar da preferência pela pecuária, era necessário fazer o plantio de cereais para suprir as necessidades de alimentação do pessoal nas Fazendas. A mandioca tornou-se de grande vantagem econômica, tendo iniciado a primeira indústria campinense. Foi a "casa de farinha" que fez da povoação de Campina Grande um ponto de convergência, ponto de tropeiros e boiadeiros do Sertão.

PAINEL 10

1790 - CARACTERÍSTICAS

A Vila de CAMPINA GRANDE, em 1790, apresentava a seguinte situação:

POPULAÇÃO: cerca de 600 pessoas.

POPULAÇÃO DA VILA COM AS FAZENDAS JURISDICIONADAS: 8.000 pessoas, e inclusive escravos.

CASAS - aproximadamente 100 casas.

RUAS - Três: Rua das Barrocas, Rua do Oitão da Igreja e Largo da Igreja.

FEIRA - Localizava-se na Rua das Barrocas e também em frente à Capela e Alpendrada do Mercado.

ESTRADAS - cinco:

SERTÃO - Início em frente à Alpendrada, seguindo pelas Fazendas do Lucas, Cacimba Nova e Povoado Timbaúba.

SERIDÓ - Início ao poente de Alpendrade, passando pelos sítios dos Cuité, do Colvaio, Fazenda Puxinanã, e Povoado dos Pocinhos.

QUEIMADAS - Início em frente à Alpendrada e remando pelo Ligeiro e Bodoquitã.

BREJO - Início no oitão da Capela, subia e alcançava Alagoa Nova e Banabuié.

ALAGOA GRANDE - Início no oitão da Capela e alcançava o Marinho e Serra Redonda.

PAINEL 11

1864 - CARACTERÍSTICAS

A cidade de Campina Grande, em 1864 apresentava a seguinte situação:

POPULAÇÃO: cerca de 1.800 habitantes.

CASAS: aproximadamente, 300 casas.

ESCOLAS - Duas: uma para crianças do sexo feminino e outra para o sexo masculino.

RUAS - Quatro: Rua do Seridó, Rua das Barrocas, Rua do Meio e Rua do Oitão da Matriz.

LARGOS - Quatro: Largo da Matriz, Largo do Mercado Velho, Largo do Mercado Novo e Largo do Rosário.

IGREJAS - Duas Igrejas Católicas: a Igreja Matriz e a Igreja do Rosário.

13.

AÇUDES - Dois açudes públicos; o Açude Velho e o Açude Novo.
MERCADO - Duas casas de mercado: o Mercado Velho e o Mercado Novo.
CEMITÉRIO - Um cemitério.
CASA DA CÂMARA E CADEIA - Uma
ARRECADÇÃO MUNICIPAL - Rs. 1:624\$250.

PAINEL 12

1907 - CARACTERÍSTICAS

- cerca de 600 casas:
- cerca de 1.800 habitantes.
- Dois açudes: Açude Velho e Açude Novo.
- Oito ruas:
 - RUA das Barrocas
 - RUA do Meio ou de Baixo
 - RUA do Oitão da Igreja
 - RUA Grande ou do Seridó
 - RUA Princesa Isabel
 - RUA dos Armazéns
 - RUA da Cadeia
 - RUA Irineu Joffily
- Quatro Largos:
 - Largo da Matriz
 - Largo do Comércio Velho
 - Largo do Comércio Novo
 - Largo do Rosário

PAINEL 13

1918 - CARACTERÍSTICAS

- cerca de 1.800 casas.
- cerca de 11.000 habitantes.
- Dois açudes:
 - Açude Velho e Açude Novo
- Dois cemitérios:
 - Das Boninas
 - Nossa Senhora do Carmo

- Trinta e uma ruas
- cinco Travessas
- Seis praças
- Quatro largos
- Três ranchos
- Receita orçada: Rs. 105:000\$000

PAINEL 14

1977 - CARACTERÍSTICAS

POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO: 225.232 habitantes.

POPULAÇÃO URBANA: 235.365 habitantes.

ÁREA DO MUNICÍPIO: 970km², divididas administrativamente nos Distritos de Boa Vista, Catolé, Galante, Santa Terezinha, São José da Mata e o Distrito Sede.

DENSIDADE DEMOGRÁFICA - Em média, 2.200 habitantes por km² e 440 residências por km².

REGIÕES MAIS DENSAS - 6.000 habitantes por km² e 2.000 residências por km².

EDUCAÇÃO E CULTURA - 2 Universidades, 1 Teatro Municipal, 1 Biblioteca Pública, 1 Canal de Televisão, 4 Emissores de Rádio, 3 Jornais diários, e 1 Museu de Arte.

DISTRITO INDUSTRIAL - Considerando, no setor secundário, um dos seis maiores centros fabris do Nordeste, contanto com 444 indústrias entre pequenas, médias e de grande porte.

ITEM 2 - A

1824 - FREI CANECA EM CAMPINA GRANDE

Durante o movimento revolucionário denominado CONFEDERAÇÃO DO EQUADOR, contra o governo de D. Pedro I, e que visava a implantação de uma República composta de seis províncias sob o modelo dos Estados Unidos da América do Norte, foi trazido preso das Lavras da Mangabeira, no Estado do Ceará, o Frei Caneca que junto com outros revolucionários, pernitoou neste prédio, onde funcionou, naquela época, a Cadeia Pública de Campina Grande.

Frei Caneca chegou em Campina Grande, conduzido pelo Major

Pantorrinha que o recolheu à Cadeia Pública, situada no térreo deste prédio.

Frei Caneca e os revolucionários foram conduzidos ao primeiro andar deste prédio e desceram ao térreo, através de uma escaleta que era colocada no alçapão (que ainda hoje existe no assoalho de madeira) sendo este, o mesmo local em que Frei Caneca desceu como prisioneiro.

Na prisão, Frei Caneca foi visitado por vários campinenses. Daqui Frei Caneca foi conduzido ao Recife onde viria a ser fuzilado.

TOTEM 2 - B

1824

No dia 12 de dezembro de 1824, durante a Confederação do Equador, Frei Caneca pernitoou como prisioneiro, neste prédio (atual Museu Histórico de Campina Grande) trazidos com outros revolucionários das Lavras da Mangabeira, no Estado do Ceará. Esta é a transcrição da carta escrita por Frei Caneca relatando sua estada em Campina Grande:

"Nesta Vila fomos visitados pelo Pita e outras muitas pessoas de patriotismo e sentimentos liberais do lugar, que se mostraram extremamente consternados com nossa sorte, entre os quais foi um pardo chamado Manuel Alexandre, cuja generosidade nesta ocasião, não podemos deixar de mencionar, porque vendo-me e ao Mercês, faltosos inteiramente de vestuário, visto que apenas possuíamos uma camisa, uma calça e vestes já rôtas, que trazíamos vestidos, por quanto toda a nossa fardagem tinha sido carregada pelos calhambolas, nas cargas que nos roubaram na descida da Pedra Lavrada, correu a sua casa, e trouxe para cada um de nós duas camisas, dois lençóis e um corte de veste que nos apresentou vertendo lágrimas e pedindo-nos queouvéssemos de perdoar aquela pequena oferta, que nada mais podia dar, atendida a sua pobreza; mas que o céu era testemunha dos sentimentos internos do seu coração e de quanto desejava ter naquela ocasião para nos ofertar, pois lhe causara a maior compaixão possível o ver em semelhante estado os verdadeiros filhos de sua pátria".

"Aqui em Campina Grande, o nosso condutor, o Major Pas

torinha, portou-se conosco malissimamente, pondo-nos sentinela à porta da cadeia, em que nos meteu e até dando ordem para não consentir subir lá gente e separando-se do nosso rancho para ir jantar como Lord em casa do Comandante; e como mandasse-nos o jantar, foi por todos nós repudiado, porque ainda que presos nós tínhamos os sentimentos de homem de bem, para nos sujeitarmos a sofrer indignidades e vilezas. Passamos pois, sem jantar, tomando apenas uma pequena refeição de bolachas, queijo e vinho, que alguns companheiros mandaram comprarmos com isto nos contentamos. Pelas três horas da tarde, saímos de Campina Grande para ir pernoitar a três léguas de distância, no Caboclo de Cima, Fazenda de Bento Comporra, onde fomos bem hospedados pelos filhos do dito Bento, os quais nos mandaram fazer uma boa ceia e nós administraram eles mesmos com a maior urbanidade possível. No dia seguinte, 13, saímos de manhã do Caboclo e fomos jantar na povoação de In-gá, a sete léguas".

Frei Joaquim do Amos Divino Caneca.
Obras Políticas e Literárias. Tomo I,
p. 133.

2ª SALA DE EXPOSIÇÃO

SANDUICHE DE VIDRO 1

FOTO...

- Igreja Nossa Senhora da Buia, 1927 (demolida em 1966)

FOTO...

- Igreja Nossa Senhora da Guia, no bairro de São José em 1936 (foi demolida na administração do Prefeito Williams Arruda, em 1966)

FOTO...

- Rua Maciel Pinheiro, 1932 (vendo-se o CINE FOX e o modelo de poste de iluminação pública)

FOTO...

- Rua Maciel Pinheiro, 1935 (vendo-se os postes de iluminação pública no meio da rua)

FOTO...

- Rua Maciel Pinheiro, 1938.

3ª SALA DE EXPOSIÇÃOTOTEM 1 - A

1879 - PAÇO MUNICIPAL

PEDRA FUNDAMENTAL - Em 27 de março de 1877, no início da terrível seca que assolou o Nordeste.

INAUGURAÇÃO - 02 de dezembro de 1879.

DEMOLIÇÃO - Em 1942, na administração do Prefeito Wergniaud Wanderley.

HISTÓRICO - O PAÇO MUNICIPAL constituiu-se em sede da Câmara e do FORUM, recinto onde se decidiam os efeitos de maior importância para a vida política e administrativa do Município.

Sua construção deveu-se ao Dr. Antonio da Trindade Antunes Meira Henrique, Juiz de Direito de Campina Grande. A obra foi iniciada com os recursos enviados pelo Presidente Provincial "para amparo aos necessitados" da grande seca que assolava o Município. Antes da obra ser concluída, estando a estiagem no fim, cessou a remessa dos auxílios públicos. O Dr. Trindade Henriques resolveu então apelar para a boa vontade do povo e foi bem sucedido. A Câmara votou uma verba para o término da obra, mas a mesma não foi liberada. O Dr. Trindade Henriques, confiando na seriedade do Poder Municipal, fez um "adiantamento" para o término da construção. A Câmara não pagou a dívida, mas também nunca a negou. Em reconhecimento ao esforço e benefício feito, a Câmara prestou uma homenagem ao Dr. Trindade Henriques, fazendo a aposição do seu retrato, feito a óleo, em um dos salões do Edifício. A inauguração foi no dia 2 de dezembro de 1879, tendo sido o maior acontecimento já registrado em Campina Grande.

TOTEM 1 - B

1904 - CONSTRUÇÃO DA FERROVIA

No início do século XX, Campina Grande se ressentia da ausência de transportes para acelerar o seu desenvolvimento. O então Prefeito de Campina Grande, Cristiano Lauritzen, com seus próprios recursos, foi ao Rio de Janeiro para tratar junto às autoridades federais sobre o assunto e conseguir recursos para a construção de uma linha férrea para Campina

Grande. Neste sentido, chegou a falar com o Presidente da República, o Marechal Floriano Peixoto.

No dia 26 de julho de 1904, o Diário Oficial publicava o Decreto Federal nº 5.237, ratificando o contrato do Governo da União com a Great Western para a construção da Ferrovia ITABAIANA - CAMPINA GRANDE. Os trabalhos foram iniciados de imediato.

Posteriormente, a construção foi interrompida em Alagoa Grande e pela segunda vez Cristiano Lauritzen foi ao Rio de Janeiro, com recursos próprios, tendo sido recebido pelo Presidente Rodrigues Alves e pelo Senador Almeida Barreto, tendo conseguido os recursos para continuação da obra, que foi concluída no prazo previsto.

No dia 2 de outubro de 1907 foi inaugurada a Estação Ferroviária, com a chegada do primeiro trem. A máquina nº 3 da Great Western toda enfeitada com folhas de palmeiras e com duas bandeiras do Brasil na frente, chegou em Campina Grande, dando início assim ao progresso e desenvolvimento da cidade.

PAINEL 1

1907 - CHEGADA DO TREM

Registro da chegada do TREM em Campina Grande, no dia 2 de outubro de 1907.

Na Estação Ferroviária estavam as autoridades e toda a população com banda de música, fogos de artifícios e muita alegria.

HISTÓRICO - Antes do meio-dia, de carro de linha, chegou uma comitiva da GREAT WESTERN, chefiada por Mr. Clarck, acompanhado de altos funcionários da Companhia.

A comissão de recepção foi encabeçada por Cristiano Lauritzen, pelo médico Dr. Chateaubriand Bandeira de Melo (orador da solenidade), Major Lino Gomes, Major Juvino do Ó, o Alferes Manoel Paulino de Moraes, Prof. Clementino Procópio, Monsenhor Sales, Comerciante Tito Sodré, Benedito Rodrigues, Dr. Afonso Campos, Dr. José Pinto, os irmãos Cazuza, Miguel e Francisco Barreto, Manoel Lins de Albuquerque, todos proprietários de terras e pessoas da alta sociedade campinense.

19.

O Trem chegou às seis horas da tarde, com um atraso de quatro horas.

FOTO...

- Estação Ferroviária, em 2 de outubro de 1907, no dia da chegada do primeiro trem à Campina Grande.

PAINEL 2

1927

FOTO...

- Açude de Puxinanã. Início da Barragem principal para fornecimento de água porável para Campina Grande em 1926.

1939

FOTO...

- Rua Marquês do Herval, 9 de março de 1939. Desfile em homenagem ao Interventor Argemiro de Figueiredo na inauguração da Adutora de Vaca Brava.

TOTEM 2 - A

1927 - ÁGUA DE PUXINANÃ

O CHAFARIZ DE PUXINANÃ foi inaugurado no dia 22 de outubro de 1927, juntamente com todo o Serviço de Abastecimento d'Água de Puxinanã, constituindo-se assim, no primeiro serviço de abastecimento d'água dncanada de Campina Grande.

O Serviço de Abastecimento d'Água era composto de:

- DUAS GRANDES BARRAGENS: uma em Puxinanã e a outra em Grota Funda. As duas barragens coletavam 500.000 m³ de água, quantidade suficiente para abastecer uma população de 20.000 pessoas.
- UMA ADUTORA: de 12 km.
- UMA CAIXA D'ÁGUA: localizada perto do Cemitério de Nossa Senhora da Conceição.
- UM CHAFARIZ: um pouco abaixo da Caixa d'água.

A obra custou aos cofres do Estado da Paraíba, no Governo de João Suassuna a importância de Rs. 350:000\$000.

O Engenheiro responsável pela obra, foi o Dr. Rômulo Campos.

Em 1944, a Adutora foi arrancada e seus canos foram retirados de Campina Grande, por ordem do Governador Ruy Carneiro, para dar lugar a um novo serviço de abastecimento d'água para a cidade de Campina Grande.

TOTEM 2 - B

1939 - VACA BRAVA

Em 1936, o chafariz da pequena adutora de Puxinanã, não mais atendia as necessidades de abastecimento d'água da cidade de Campina Grande. O Governador da Paraíba, Dr. Argemiro Figueiredo, assinou um contrato com a firma S. SATURNINO DE BRITO FILHO para instalação de um novo sistema de abastecimento d'água e serviços de esgotos para Campina Grande.

As obras foram iniciadas em 9 de março de 1937 e inaugurada em 9 de março de 1939, com grandes solenidades e homenagens ao Dr. Argemiro de Figueiredo, Interventor da Paraíba.

Constava no novo sistema de abastecimento d'água e esgotos, o seguinte:

- Aparelhamento da tomada d'Água na Barragem VACA BRAVA;
- Arejador das águas a aduzir;
- Aqueduto em concreto da Barragem à Estação de Bombas;
- Prefiltro no fim do aqueduto;
- Estação elevatória;
- Linha dupla de recalque;
- Caixa de partida;
- Estação de Filtros e Reservatório de Acumulação do Alto Branco;
- Linha de ligação desse Reservatório ao seguinte;
- Reservatório de distribuição da zona baixa da cidade;
- Linha de recalque desse Reservatório ao seguinte;
- Antigo Reservatório do açude de Puxinanã (Caixa d'água das Areias) adaptado para distribuição à zona alta;
- Rede de distribuição d'água;
- Rede de coletores de esgotos;
- Emissora de esgotos;
- Estação depuradora;
- Sete chafarizes públicos na cidade.

PAINEL 3

1874 - REVOLTA DOS QUEBRA QUILOS

Irrompeu na Serra de Bodopitá, a sedição popular dos QUEBRA-QUILOS. Os revoltosos, dirigidos por JOÃO CARGA D'ÁGUA (João Vieira) invadiram a cidade no dia 14 de novembro de 1874, um dia de sábado, reclamando aos gritos contra a exploração dos preços da Feira. Quebraram as "medidas" (caixas de madeira de litro e de meia cuia - 5 litros - fornecidos aos feirantes pela municipalidade) usadas pelos feirantes, lançando, em seguida, os pesos no Açude Velho.

Dias depois o criminoso Neco de Barros, acompanhado de vários indivíduos armados dominaram a cadeia da cidade, pondo seu pai e todos os detentos em liberdade. Um outro criminoso Alexandre de Viveiros, juntando-se aqueles, invadiu a cidade e incendiou os cartórios e o arquivo municipal. Eles aproveitavam o movimento do QUEBRA-QUILOS para depredar, saquear e incendiar os cartórios e arquivos visando destruir os autos de processo do crime de homicídios a que estavam pronunciados.

O movimento de QUEBRA-QUILOS visava apenas inutilizar os pesos e medidas usados nas feiras, porque julgavam que era uma forma de exploração do pobre e enriquecimento dos ricos.

João Carga d'Água e Alexandre de Viveiros tiveram que fugir devido à repressão policial. Alexandre de Viveiros foi preso posteriormente.

PAINEL 4

1879 - PAÇO MUNICIPAL

Prédio onde funcionou o PAÇO MUNICIPAL, inaugurado em 02 de dezembro de 1879 e demolido em outubro de 1942, na Administração do Prefeito Wergniaud Wanderley.

O PAÇO MUNICIPAL serviu como Câmara Municipal do Império e da República. Em seus salões, reunia-se o Corpo de Jurados de Campina Grande. Em época de festa foi palco de grandes bailes.

FOTOS...

- PAÇO MUNICIPAL. Demolido na administração do Prefeito Wergniaud Wanderley em outubro de 1942.

PAINEL 5

1920 - PRIMEIRO MOTOR DE LUZ

Até 1920, Campina Grande apesar de ser um poderoso centro exportador de algodão, não tinha iluminação elétrica. Toda a iluminação da cidade era feita através de querosene, enquanto que outras cidades como Guarabira, Itabalana, Bananeiras e Mangauape, já possuíam luz elétrica.

Em 1920, o Sr. João da Costa Pinto, vindo de Recife e autorizado pelo Prefeito de Campina Grande, Cristiano Lauritzen, adquiriu de uma firma de São Paulo, um motor para geração de energia elétrica, de 100 CHV, de fabricação alemã, com dínamo de corrente contínua, com 65 mil velas, pesando três mil quilos, pelo valor de dezoito contos de réis, pagos à vista, ao Banco de Londres no Recife, intermediário da venda entre a firma paulista e a Prefeitura de Campina Grande.

O dinheiro para compra do motor foi conseguido por uma Comissão de campinenses, composta pelo Coronel Jovino do Ó, os comerciantes João Uchoa, Mário Cavalcanti e Genaro Cavalcanti, que arrecadaram quarenta contos de réis.

FOTO...

- Prédio onde funcionou a EMPRESA DE LUZ, de Campina Grande, em 1937.

PAINEL 6

1920 - ENERGIA ELÉTRICA

A inauguração da luz elétrica, foi um dos atos mais solenes de Campina Grande. Houve banda de música, foguetões, danças e festejos populares, depois do ato inaugural.

A solenidade decorreu na Rua Maciel Pinheiro, no dia 29 de setembro de 1920.

Para explorar o sistema de energia elétrica, foi constituída uma sociedade com três sócios: o engenheiro Joaquim de Brito, o Dr. André Bezerra do Rego Barros e o Sr. João da Costa Pinto. O nome da firma era J. BRITO & CIA., cujo escritório ficava na Rua Coronel Jovino do Ó, antiga Quatro de outubro.

Poucos anos depois, devido a grande demanda por energia, uma nova firma foi constituída com novos sócios. Foi então

adquirido um novo motor de 200 HP, de gás pobre. Na década de 1940 o Prefeito Wergniaud Wanderley encampou a empresa e em 1950 o então Prefeito Elpídio de Almeida transferiu a Empresa de Luz para as margens do Açude Velho com novas e possantes unidades que rápido progresso de Campina Grande. exigia.

FOTO...

- Rua Maciel Pinheiro, em 1920. (No dia da inauguração da luz elétrica).

PAINEL 7

1930 - REVOLUÇÃO DE 1930

A REVOLUÇÃO de 1930, realmente começou na Paraíba, no dia 1º de março, num dia de domingo de Carnaval, com um tiroteio na cidade de Teixeira, entre Silveira Dantas e o Tenente Ascendino Feitosa, Comandante da Força Policial que invadiu aquela cidade. As principais causas deste incidente, foram:

- O Coronel José Pereira, de Princesa, havia rompido com Presidente João Pessoa, da Aliança Liberal, dando apoio à candidatura de Júlio Prestes à Presidência da República;
- O Coronel José Pereira proclamou Princesa "território livre". Contava com o apoio de grande parte do sertão, especialmente das famílias Suassuna e Dantas, muito poderosas. O plano do Coronel era provocar a intervenção federal na Paraíba, mas, secretamente, contava vencer João Pessoa pelas armas.
- Durante mais de quatro meses a Paraíba ficou mergulhada numa disputa pelas armas. Campina Grande era o centro natural do abastecimento. Daqui saíam as tropas para combater o Coronel José Pereira.
- O chefe liberal de Campina Grande era o Prefeito Lafayette Cavalcanti. Dos Perrepistas, dois nomes se destacavam: o Dr. José Agra e o fiscal de Consumo Silvino Tejo.
- O Presidente João Pessoa mobilizou a Polícia da Paraíba, tentando estrangular a revolta nascente o que não conse

guiu. Assim, de 1º de março a 26 de julho de 1930, foram realizados vários combates entre as Forças Perrepistas de José Pereira e as Forças Liberais, de João Pessoa.

- Os combates cessaram temporariamente, devido ao assassinato de João Pessoa, numa tarde de sábado no Recife, na Confeitaria Glória e o seu substituto, o 1º Vice-Presidente Dr. Álvaro Carvalho, tentou pacificar o Estado, não conseguindo êxito.
- Na madrugada do dia 04 de outubro de 1930, sob a inspiração do Capitão Juarez Távora, que se achava foragido na Paraíba, as forças liberais tomaram o Quartel do Exército, em João Pessoa.
- Em Campina Grande, na manhã do dia 4 de outubro, o Prefeito Lafayette Cavalcanti e o médico Dr. Severino Cruz, após conversarem com o Comandante das Forças aquarteladas na cidade, estas aderiram ao Movimento.

ESTAVA VITORIOSA A REVOLUÇÃO DE 1930 NA PARAÍBA!

FOTO...

- CARRO DE COMBATE, imaginado e montado numa oficina de Campina Grande, durante a Revolução de 1930, aproveitando um caminhão GMC. Esse carro, todo blindado, seguiu para Princesa, mas, devido a defeitos apresentados na viagem, regressou à Campina Grande, sem ter chegado a seu destino.

MÓDULO 1

PEDRA FUNDAMENTAL DO PAÇO MUNICIPAL

Data do lançamento: 25 de março de 1877

Localização: lado esquerdo da Igreja Matriz

Histórico: A Pedra Fundamental foi doada pelo Dr. Antonio Siqueiredo, que teve o cuidado de guardá-la quando o Paço Municipal foi demolido em outubro de 1942.

BRAÇO DE BALANÇA DE FERRO, para pesar algodão, usado em fins do séc. XIX, na época algodoeira de Campina Grande. (Coleção José Francisco)

MÓDULO 2

PESO (20 Kg) DE BALANÇA INGLESA, usado em Campina Grande no final do séc. XIX para pesar algodão e outras mercadorias. (Coleção José Francisco)

PAINEL 8

FOTO...

- Praça do Algodão, em 1925

FOTO...

- Fardos de Algodão, em Santa Luzia, em 1948

PAINEL 9

CICLO DO ALGODÃO

FOTO...

- Firma José de Brito & CIA, em 1940 na comemoração do Fardo nº 50.000

FOTO...

- Prensa José de Vasconcelos, em 1930 (rua da Estação)

FOTO...

- Prensa de Algodão, em 1940

TOTEM 3 - A

CICLO DO ALGODÃO

O ALGODÃO foi essencial para o progresso de Campina Grande. Como centro natural de uma Região, Campina Grande até o início deste século, recebia todo o algodão produzido na Paraíba.

O produto era conduzido nos lombos dos burros para Itabaiana e de lá, seguia de trem para João Pessoa e Recife. Campina Grande, sem possuir ainda uma estrada-de-ferro, tinha nisso um fator bastante negativo ao seu crescimento. Em 1907 com a inauguração da sua linha férrea, Campina Grande acelerou o seu progresso, enviando diretamente para as praças exportadoras o seu "OURO BRANCO".

O algodão era comprado pelas firmas locais, beneficiado e em seguida, exportado em fardos. Antes da Segunda Guerra Mundial, Campina Grande exportava algodão para a Inglaterra e Alemanha, através da Operação conhecida como MARCO COMPENSADO.

TOTEM 3 - B

Em 1919 foi inaugurada a primeira PRENSA HIDRÁULICA para preparação dos fardos de algodão para serem transportados, de propriedade da firma WHARTON, PEDROZA & CIA.

Em 1925 existiam 28 importantes Firms e Escritórios de vendas e exportação de algodão. Entre elas destacavam-se:

- SION & CIA;
- LEITÃO & CIA;
- DEMÓSTENES BARBOSA & CIA;
- M. BARROS & CIA;
- ARAÚJO RIQUE & CIA;
- JOSÉ DE BRITO;
- JOSÉ DE VASCONCELOS.

Em época de safra, a Rua dos Armazéns (atual Marques do Herval) e a Praça do Algodão, ficavam com seus armazéns totalmente repletos de fardos de algodão, sendo que a maioria deles era armazenados na rua.

TOTEM 4 - A

FOTO...

- Rua dos Armazéns, em 1925, na safra do algodão

FOTO...

- Rua Marques do Herval, 1936

FOTO...

- Rua Marques do Herval, 1942

TOTEM 4 - B

1937 - TELEFONES AUTOMÁTICOS

O primeiro SERVIÇO DE TELEFONES AUTOMÁTICOS na cidade de Campina Grande, foi inaugurado em 20 de novembro de 1937, na Administração do Prefeito Wergniaud Wanderley.

Anteriormente, os telefones existentes em Campina Grande eram particulares, interligando Fazendas da Região e residências da cidade.

O sistema não era automático e consistia de uma Central Telefônica que necessitava do auxílio de uma telefonista pa-

ra que a ligação fosse completa.

Os telefones automáticos melhoraram o sistema de comunicações na cidade de Campina Grande e em todo o Município, uma vez que as ligações passaram a ser feitas diretamente, sem a intervenção da telefonista.

Os primeiros telefones automáticos foram adquiridos pela Prefeitura Municipal de Campina Grande à firma sueca ERICKSON

Além da Prefeitura, também o comércio e a indústria providenciaram, de imediato, a compra de seus novos telefones automáticos, seguidos das residências particulares, que trocaram os telefones manuais pelos novos modelos automáticos.

FOTO...

- Usina de Higienização e Pausterização de Leite. Sala de Pasteurização em 1935.

FOTO...

- Entrega de Leite Pausterizado "Celeste" à domicílio, 1935

FOTO...

- Carro de entrega dos produtos da LEITERIA CELESTE, em 1935

PAINEL 11

INDUSTRIAS PIONEIRAS

FOTO...

- Fábrica de Sabão Pernambucana, da firma Marques de Almeida & CIA, em Campina Grande

FOTO...

- Primeira Usina de Higienização e Pausterização de Leite, Campina Grande, em 1935

FOTO...

- Leiteria Celeste, da firma Oliveira Ferreira & CIA. LTDA. em 1935, localizada na Praça Eptácio Pessoa

PAINEL 12

FOTO...

- Times: América de Campina e América do Ingá, 1917

FOTO...

- Time do treze Futebol Clube, em 1937

Ajoelhados: Caroca, Néri, Tibúrcio, Jiló, Zezé Buchudo, José Eloi.

28.

Em pé: Nanã, Alberto Santos, Alcides Borrego, Pedro Macaco, Né, Eus
táquio, Aderson Eloi.

PAINEL 13

CLUBES ESPORTIVOS

FOTO...

- HIGHT LIFE, primeiro time de futebol de Campina Grande, em 1912

FOTO...

- Diretoria e Sócios do Campinense Clube, 1918.

MÓDULO 3

- TAÇA CRUZEIRO. Troféu de campeão agremiação carnavalesca de Campi
na Grande, conquistado no carnaval de rua do ano de 1957.

PAINEL 14

CARNAVAL

FOTO...

- Bloco "Dona Não Grite", no carnaval de 1931

FOTO...

- Baile de Carnaval no Clube 31, em 1933

FOTO...

- Bloco das Pastoras, em 1933, organizado por Ioiô Cavalcanti

PEÇA

- PRENSA DE QUEIJO. Usada na fabricação de queijo. Peça rústica e
primitiva do início do séc. XX, existente nas "Casas Grandes" das
Fazendas da zona rural de Campina Grande.

PAINEL 15

EVENTOS RELIGIOSOS

FOTO...

- Procissão. Rua Maciel Pinheiro, em 1912

FOTO...

- Procissão. Avenida Floriano Peixoto, em 1941

FOTO...

- Procissão. Rua do Progresso, em 1937

SANDUICHE DE VIDRO 1

FOTO...

- Representação da peça "DE SERRA ACIMA", no dia 15 de janeiro de 1924, pelo corpo cênico do Gremio Renascença, composto por Carloz Piza, Brígida Santos, Lili Araújo, Suzete Câmara, Ernestina Belo, M^a José Pontes, Alice de Moura, C. Silva e João Pinto.

FOTO...

- Representação da peça "ISSO É QUE É GOZAR". Grupo formado por: No lide Cunha, M^a Augusta Colaço, Iracema Câmara, Zezé Pontes, Ceci Silva, M^a Antonieta Colaço, Geni Costa, Olindina Schuller, Ederli na Fernandes, Antonieta Gomes, Pedro A. Silva, Carloz Piza, Raimundo Hazan e João Pinto.

30.

FOTO...

- Usina de Higienização e Pausterização de Leite. Sala de Pasteurização, em 1935

FOTO...

- Entrega de Leite Pausterizado "Celeste" à domicílio, 1935

FOTO...

- Carro de entrega dos produtos da LEITERIA CELESTE, em 1935

PAINEL 11

INDUSTRIAS PIONEIRAS

FOTO...

- Fábrica de Sabão Pernambucana, da firma Marques de Almeida & CIA, em Campina Grande

FOTO...

- Primeira Usina de Higienização e Pausterização de Leite, Campina Grande, em 1935

FOTO...

- Leteria Celeste, da firma Oliveira Ferreira & CIA. LTDA. em 1935, localizada na Praça Eptácio Pessoa

PAINEL 12

CLUBES ESPORTIVOS

FOTO...

- Times: América de Campina e América do Ingá, 1917

FOTO...

- Time do Treze Futebol Clube, em 1937.

Ajoelhados: Caroca, Néri, Tibúrcio, Jilô, Zezé Buchudo, José Eloi.

Em pé: Nanã, Alberto Santos, Alcides Borrego, Pedro Macaco, Né, Eustáquio, Aderson Eloi.

PAINEL 13

CLUBES ESPORTIVOS

FOTO...

- HIGHT LIFE, primeiro time de Futebol de Campina Grande, em 1912

FOTO...

- Diretoria e Sócios do Campinense Clube, 1918

MÓDULO 3

- TAÇA CRUZEIRO. Troféu de campeão agremiação carnavalesca de Campina Grande, conquistado no carnaval de rua do ano de 1957.

PAINEL 14CARNAVAL

FOTO...

- Bloco "Dona Não Grite", no carnaval de 1931

FOTO...

- Baile de Carnaval no Clube 31, em 1933

FOTO...

- Bloco das Pastoras, em 1933, organizado por Ioiô Cavalcanti

PEÇA

- PRENSA DE QUEIJO. Usada na fabricação de queijo. Peça rústica e primitiva do início do séc. XX, existente nas "Casas Grandes" das Fazendas da zona rural de Campina Grande.

PAINEL 15EVENTOS RELIGIOSOS

FOTO...

- Procissão. Rua Maciel Pinheiro, em 1912

FOTO...

- Procissão. Avenida Floriano Peixoto, em 1941

FOTO...

- Procissão. Rua do Progresso, em 1937

SANDUICHE DE VIDRO 1

FOTO...

- Representação da peça "DE SERRA ACIMA", no dia 15 de janeiro de 1924, pelo corpo cênico do Gremio Renascença, composto por Carlos Piza, Brígida Santos, Lili Araújo, Suzete Câmara, Ernestina Belo, M^{te} José Pontes, Alice de Moura, C. Silva e João Pinto.

FOTO...

- Representação da peça "ISSO É QUE É GOZAR". Grupo formado por: Nolide Cunha, M^{te} Augusto Colaço, Iracema Câmara, Zezé Pontes, Ceci Silva, M^{te} Antonieta Colaço, Geni Costa, Olindina Schulle, Ederlina Fernandes, Antonieta Gomes, Pedro A. Silva, Carlos Piza, Raimundo Hazan e João Pinto.